

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA

Revista

Psicologia Política

ISSN 1519-549X

VOL. 3 – N° 6 – JULHO/DEZEMBRO DE 2003

Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Presidente

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/Unicamp-Brasil)

Vice-Presidentes

Centro Oeste

Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Sudeste

Cornelis van Stralen (UFMG-Brasil)

Norte

Enock Pessôa (UFAC-Brasil)

Nordeste

Leoncio Camino (UFPB-Brasil)

Sul

Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

Secretário Geral

Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG-Brasil)

Conselho Fiscal

Karin von Smigay (UFMG-Brasil)

Maria Palmira da Silva (ESP-Brasil)

Cícero Pereira (UCG-Brasil)

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

Comitê Editorial da RPP

Editores

Marco Aurélio M. Prado
(UFMG-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval
(PUCSP/UNICAMP-Brasil)

Editores Executivos

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)
Márcia Prezotti Palassi (PUCSP-Brasil)

Soraia Ansara (PUCSP-Brasil)

Bruno da Graça Leite Padilha (PUCSP-Brasil)
Nadir Lara Junior (UNIMARCO-Brasil)
Frederico Viana Machado (UFMG-Brasil)

Conselho Editorial

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria da Graça Correa Jacques (UFRGS), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

Endereço para correspondência e permuta

Núcleo de Psicologia e Movimentos Sociais Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Rua Monte Alegre, 984 Perdizes

CEP 05014-001 - São Paulo - São Paulo - Brasil - E-mail: revistapsipol@uol.com.br

Revista disponível integralmente no site:

www.fafich.ufmg.br/~psicopol

Revisão técnica de língua inglesa
Salvador Sandoval - PUC/SP

Diagramação e editoração eletrônica
YM Studio Gráfico e Fotolito Ltda.
Fone: (11) 3283-5040

Tiragem
500 exemplares/Impresso em 2004

Indexações

INDEX PSI (Conselho Federal de Psicologia)
Geodados (Universidade Estadual de Maringá)

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia
Política – vol.3, nº6 - (Jul./Dez. 2003). – São Paulo: SBPP,
2003.

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos 2. Psicologia social –Periódicos
3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Bibliotecária: Rosangela Ap. Marciale CRB 8/5846

Volume 3 – Número 6 – Jul./Dez. 2003

Mensagem da Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia Política-SBPP	190
Linha Editorial	193
Editorial	195
La Construcción de Ciudadanía como una Respuesta Posible a la Agresión Discursiva	
Maritza Montero - Universidad Central de Venezuela	199
Características e Significados de Rebellões em Prisões Brasileiras: Um Estudo a Partir de Material Jornalístico	
Gilead Marchezi Tavares - Universidade Federal do Espírito Santo	
Paulo Rogério Meira Menandro - Universidade Federal do Espírito Santo	225
Participação Política e Psicologia Social: A Trajetória de Lideranças de Movimentos Populares	
Bernadete Baltazar - Universidade Federal do Espírito Santo	247
Póficas De Reconhecimento e Ação Afirmativa	
Maria Lúcia Miranda Afonso - Universidade Federal de Minas Gerais	
Cristiano Santos Rodrigues - Universidade Federal de Minas Gerais	267
Nas Empresas Todos Têm as Mesmas Chances, Contanto que Sejam Homens	
Eliana Ismael Costa - UNJPE	289
Sobre a Consciência de Classe e a Teoria Crítica: Rosa Luxemburgo e o Eclipse da Revolução	
Ricardo Pagliuso Regatieri - USP	303
Graduação & Pesquisa: Em Formação	315
Resenhas	327
Estados Párias: A Lei da Força nos Assuntos Internacionais	
Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá - UFC	329
Publicando na RPP	336

Sumário

Volume 3 – Número 6 – Jul./Dez. 2003

Message from Brazilian Society of Political Psychology - BSPP	190
Editorial Line	193
Editorial	195
The Construction of Citizenship as a Possible Response to the Discursive Aggression	
Maritza Montero - Universidad Central de Venezuela	199
Characteristics and Signification of Rebellions in Brazilian Prisons: A Study from Jornalistic Material	
Gilead Marchezi Tavares - Universidade Federal do Espírito Santo	
Paulo Rogério Meira Menandro - Universidade Federal do Espírito Santo	225
Political Participation and Social Psychology: Popular Movement Leadership's Trajectory	
Bernadete Baltazar - Universidade Federal do Espírito Santo	247
Politics of Recognition and Affirmativa Action	
Maria Lúcia Miranda Afonso - Universidade Federal de Minas Gerais	
Cristiano Santos Rodrigues - Universidade Federal de Minas Gerais	267
In the Companies Everyone has the Same Opportunities, as Far as They Be Men	
Eliana Ismael Costa - UNJPE	289
On Class Consciousness and Critical Theory: Rosa Luxemburg and the Eclipse of Revolution	
Ricardo Pagliuso Regatieri - USP	303
Undergraduate & Research: In Progress	315
Book Review	327
Gender Relationships: from the Everyday Relationships to Political Participation	
Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá - UFC	329
Submission guidelines	336

Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Mensagem da Diretoria da SBPP

Salvador A. M. Sandoval

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUCSP
Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Em apresentando a atual edição da Revista Psicologia Política em nome da Sociedade Brasileira de Psicologia Política, torno a oportunidade para informar aos nossos leitores que a RPP recebeu em 2004 financiamento do CNPq, pelo segundo ano consecutivo com base no critério de excelência da revista, tal como avaliada pelo seu Comitê de publicações. Esse é um fato importante considerando que a publicação de revistas acadêmicas no Brasil ainda é uma árdua tarefa e, com frequência, nem sempre devidamente respaldada pelas instituições acadêmicas para as quais é dirigida, inclusive como veículo natural de debates e reflexão. No entanto, a SBPP, seus membros e pesquisadores compromissados com o projeto viabilizaram essa excelência continuada. Somos gratos aos nossos colaboradores que tornaram possível a trajetória de sucesso da revista.

Durante o segundo semestre de 2003, a SBPP teve reconhecida participação no XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) realizada em outubro de 2003 em Porto Alegre. Nesse congresso, a SBPP foi responsável pela organização de diversas mesas redondas sobre psicologia política, e ao mesmo tempo insistente para que essa área estivesse bem representada na lista de temas do congresso. Como fruto de nossos esforços, disseminou-se um grande interesse pelo campo especialmente dentre estudantes de graduação e pós-graduação que ainda não haviam sido expostos aos aportes da psicologia política. Seguramente, a presença de muitos membros da SBPP em sessões da ABRAPSO teve o efeito de projetar a psicologia política em seu dinamismo contemporâneo.

A SBPP e a RPP foram, respectivamente, cadastradas junto à Sociedade International de Psicologia Política, a maior associação internacional em sua categoria. Ademais, prévios contactos e intercâmbios com psicólogos políticos na Argentina, México, Espanha, Portugal, França e Estados Unidos vieram contribuir para a crescente projeção da SBPP.

No encontro da SBPP durante a programação do XII Encontro Nacional da ABRAPSO, foi decidido que o próximo Simpósio de Psicologia Política será realizado no campus de Bauru da UNESP em outubro de 2004. Já foi iniciada a organização desse encontro bi-anual da Sociedade, e em meados do mês de abril enviaremos comunicados aos nossos membros e leitores acerca das datas, agenda e arranjos logísticos. O tema central do simpósio será a contribuição da psicologia política ao estudo do Brasil contemporâneo.

A SBPP também esteve por mim representada no Fórum Nacional de Entidades, e sendo adotada como linha mestra de nossa visão de que um importante papel da psicologia política entre outras associações no campo geral da psicologia é representar uma abordagem interdisciplinar frequentemente ausente em seu spectrum científico. Desde suas origens, a psicologia política tem sido marcada por longa e sólida tradição interdisciplinar. Nas pegadas dessa trajetória, a representação da SBPP no Fórum Nacional tem focalizado a ativa promoção de maior interdisciplinaridade (vale lembrar, em perfeita consonância com a ABRAPSO). Em 2004, continuaremos a manter essa linha política/ científica, e desse modo evitando tendências corporativistas que por tanto tempo alienou o campo da psicologia das outras ciências humanas.

Esperamos contar com sua entusiasta participação no próximo Simpósio Nacional de Psicologia Política em 2004!

SBPP

A *Revista Psicologia Política* é um periódico semestral vinculado a Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP). A *Revista* é uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política. Constitui-se, portanto, em um periódico de estudos das problemáticas no campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas. O ponto de intersecção entre estas duas áreas científicas – Psicologia e Política – tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate no qual nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como co-determinantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. A Revista preocupa-se com o desenvolvimento deste campo interdisciplinar de reflexão e prática investigativa, no qual os principais debates têm sido reunidos em torno de questões como o preconceito social, diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, bem como os estudos sobre opinião pública e meios de comunicação de massa. Reunem-se, ainda, nestas preocupações, os estudos sobre análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. As questões referentes aos debates teóricos e metodológicos neste campo são bem recebidas por este conselho editorial que tem a preocupação de debater cientificamente o aprofundamento das temáticas constituintes da interface entre os aspectos políticos e os psicológicos.

Três anos de divulgação da Revista Psicologia Política no Brasil

Com este número, a Revista Psicologia Política faz seu terceiro aniversário de existência. Ao longo destes anos, a vida da RPP foi marcada por grandes desafios e por projetos inovadores. O maior desafio, sem dúvida alguma, está na atividade cotidiana de sustentação de um periódico. Esforços coletivos de professores, pesquisadores, alunos de cursos de pós graduação, alunos de cursos de graduação e simpatizantes de diferentes áreas científicas e de distintos estados brasileiros foram mobilizados para que a RPP surgisse como expressão de um acúmulo de conhecimentos produzidos no interior da Psicologia Social, na sua expressão mais centradamente política. E, muito mais esforços ainda vem sendo exigidos para a sustentação semestral de sua publicação, veiculação e distribuição. Mas não só de desafios este periódico científico vem se estabelecendo, pois projetos de inovação também apareceram como o espaço reservado para publicação de trabalhos de iniciação científica que expressam qualidade notável em muitas áreas da ciência brasileira.

A RPP neste terceiro ano deu passos importantes que revelam o compromisso deste periódico com a divulgação do conhecimento científico. Buscou-se uma reformulação do sítio na internet, agora hospedado na página institucional da Fafich/UFMG - www.fafich.ufmg.br/~psicopol. Esta reformulação apontou como objetivo principal disponibilizar os números passados integralmente para qualquer leitor que tenha acesso a rede informatizada. Desta forma, a RPP tem buscado um caminho de democratizar o conteúdo de sua divulgação, não somente estando presente nas prin-

pais bibliotecas universitárias do país, mas também, a partir de 2003, disponibilizando seu conteúdo na íntegra na internet. Um outro importante passo foi a aprovação durante dois anos seguidos deste periódico em edital de destino de verba para publicação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Além da RPP contar com o apoio financeiro do CNPq, ela passou por duas avaliações que indicaram um padrão de qualidade expressivo para um periódico tão jovem. E, por último, ainda ressalta-se que a Revista vem este ano buscando sua indexação em bases internacionais de expressiva relevância. Todos estes passos são conquistas que devem ser comemoradas neste aniversário.

Neste número, apresentamos temas e estudos em Psicologia Política que revelam com que atualidade este campo científico tem enfrentado os dilemas nacionais e internacionais da contemporaneidade. A expressão internacional deste número conta com artigo de uma pesquisadora reconhecidamente original e de excelência dentro do campo da Psicologia Social, da Psicologia Comunitária e da Psicologia Política na América Latina. A venezuelana *Maritza Montero* tem trabalhado com brasileiros e latino-americanos na consolidação de um campo político da Psicologia Social desde meados de 1970. Com expressiva publicação no campo da Psicologia Política e considerada uma das pesquisadoras mais atuantes entre nós, *Maritza Montero* traz um texto bastante polêmico no qual analisa, através da imprensa venezuelana, os discursos do Presidente Hugo Chavéz e o impacto destes na democratização de seu país. O leitor poderá, além de acompanhar uma análise de conteúdo e de discurso cuidadosa, desenvolvida pela pesquisadora, perceber o estudo do discurso político e da democracia a partir de elementos psicosociológicos. Um outro artigo, apresentado aqui por *Gilead Marchezí Tavares* e *Paulo R. Meira Menandro*, também se utiliza de análise de conteúdo jornalístico para compreensão do fenômeno de rebeliões carcerárias no Brasil. O artigo, fruto de pesquisa de nível de pós graduação, traz uma radiografia importante das rebeliões prisionais durante cinco anos (1995-2000).

A RPP, em seu número 6, também apresenta outros três artigos que tratam de temáticas historicamente clássicas no campo da Psicologia Política. No entanto, esses temas são tratados a partir de contextos contemporâneos e de atualidade implacável para um campo científico preocupado em contribuir com o debate sobre as perspectivas democráticas das relações de poder. Lideranças, movimentos sociais e preconceito são temas que por muito tempo vem sendo tratados no campo da Psicologia Política, no entanto, o artigo de *Bernadete Baltazar* sobre a trajetória de vida de lideranças de movimentos populares em uma cidade média brasileira, o artigo de *Maria Lúcia Mirando Afonso* e *Cristiano Santos Rodrigues* sobre as políticas de ação afirmativa como expressão da demanda por reconhecimento e redistribuição dos movimentos sociais e o artigo de *Eliana Ismael Costa* sobre o preconceito de gênero no mundo do trabalho expressam a

presença de temáticas fundantes do campo da Psicologia Política. Entretanto com abordagens atualizadas, diferenciadas e problematizadoras. Dois artigos de caráter teórico são ainda apresentados neste número, um de interesse ao debate sobre a importância da atualidade do marxismo, no qual o autor *Ricardo Pagliuso Regatieri* apresenta uma reflexão crítica acerca da possível passagem entre uma teoria da consciência revolucionária para uma teoria da crítica a cultura e o outro, fruto de pesquisa de iniciação científica de *Carine Suder Fernandes*, apresenta algumas reflexões sobre as possíveis relações entre a constituição do sujeito e os projetos democráticos. Por último, a RPP traz ainda a publicação de uma resenha de autoria de *Antonio Tupinambá* sobre as reflexões de Noam Chomsky acerca das relações internacionais pós 11 de setembro de 2001.

Com este conteúdo, os leitores poderão enveredar não somente por temáticas diversas, mas também através do conhecimento de diferentes posturas teórico-metodológicas que caracterizam o espaço democrático de experimentação e de produção do conhecimento científico neste campo específico.

Desejamos a todos que queiram se aventurar nesta trajetória de leitura e estudo um ótimo passeio entre as páginas deste periódico.

*Marco Aurélio Máximo Prado
Salvador Antonio Mirelles Sandoval*
Editores da Revista Psicologia Política

La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva

The Construction of Citizenship as a Possible Response to the Discursive Aggression

Maritza Montero*

Resumen

En el presente trabajo he trabajado formas de liberación y de opresión en las cuales no ha habido una intervención psicosocial destinada a producirlas estudiando el discurso político, desarrollado bajo ciertas circunstancias específicas, que puede tener efectos tanto en la formación de conciencia ciudadana, cuanto a reacciones de aceptación o de rechazo capaces de reproducir mecanismos retóricos atacados en perspectivas radicalmente diferentes. En este artículo mi objetivo es conocer los efectos producidos por el discurso del presidente de Venezuela, Hugo Chávez Fíras elegido en diciembre de 1998, y cómo su discurso ha afectado al discurso político de esa nación. Los textos analizados fueron extraídos de la prensa escrita, en la cual se analizaron citas textuales de sus declaraciones y discursos oficiales, siempre y cuando fuesen transcritas de la misma manera, en por lo menos dos diarios. Dichos textos fueron publicados durante el período comprendido entre Enero de 1999 y Mayo del 2002. El corpus comprende 2480 páginas de periódico, en las cuales seleccioné: (1) textos que contienen opiniones, análisis o anuncios hechos por el Presidente Chávez o por prominentes miembros de su gabinete, muy cercanos a él; (2) textos que contienen opiniones, análisis, y críticas de voceros de organizaciones de la sociedad civil o de partidos políticos opositores; de analistas políticos, y de gente común entrevistada por periodistas, en relación con las políticas y palabras del Presidente. En ambos tipos de textos revisé el uso de epítetos, amenazas en general, frases insultantes, así como la intención general del texto que les sirvió de contexto. Se realizó tanto un análisis de contenido como de discurso.

* Professora Titular de Psicología,
Universidad Central de Venezuela,
Caracas – Venezuela

Montero, M. (2004). La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva. *Psicología Política*, 3(6), 199-223.

Palabras claves

Analises del discurso, politica venezolana, Hugo Chavez, analyse de periodicos

Abstract

The present article has studies forms of liberation and of oppression in which there has not been a social psychological intervention directed at producing them by studying the political discourse, developed under certain circumstances, that can have effects not only on the formation of citizen consciousness, in terms of reactions of acceptance or rejection capable of reproducing rhetoric mechanisms attacked in radically different perspectives. In this article my objective is to know the effects produced by the discourse of the president of Venezuela, Hugo Chávez Frías, elected in december 1998, and how his discourse has affected the political discourse of the nation. The texts analyzed were taken from the written press, in which were analyzed textual citations of his official declarations and speeches, always and when these were written up in the newspapers. The texts were published during the period between January 1999 and May 2002. The body of material comprises 2480 pages of newspaper print, in which I selected: (1) texts that contained opinions, analyses or announcements made by President Hugo Chávez or by prominent members of his cabinet close to him; (2) texts that contain opinions, analyses and criticisms of spokespersons of organizations of civil society or opposition political parties, of political analysts and common people interviewed by reporters in relation to the policies and speeches of the President. In both types of texts, I reviewed the use of epithets, threats in general, insulting phrases, as well as how the general intention of the text with its context. We conducted content analysis as well as discourse analysis in our procedures.

Palavras chaves

Discourse analysis, Venezuelan politics, Hugo Chavez, newspaper analysis

El objeto de este estudio

Los dos campos en los cuales, hasta ahora, la psicología social de la liberación ha presentado su mayor desarrollo aplicado, son el comunitario y el político. En el segundo, su acción ha estado encaminada fundamentalmente al desarrollo y movilización de una conciencia crítica respecto de las situaciones de vida de grupos que sufren exclusión social, deprivación económica, desigualdades diversas. En el presente trabajo, que puede ubicarse en el ámbito mencionado, he trabajado formas de liberación y de opresión en las cuales no ha habido una intervención psicosocial destinada a producirlas. Lo que he estudiado es cómo el discurso político, desarrollado bajo ciertas circunstancias específicas, puede tener efectos que pueden conducir tanto a la formación de conciencia ciudadana, cuanto a reacciones de aceptación o de rechazo capaces de reproducir mecanismos retóricos atacados en perspectivas radicalmente diferentes.

El poder de la retórica: Un caso concreto

La retórica, por definición, es el arte de argumentar para convencer; es la manera de influir sobre la conducta de las personas construyendo sentido a través del discurso. Mediante las estrategias discursivas se crea una comunidad argumentativa, a la vez que el consenso, la discusión, y la oposición encuentran un lugar en ese ámbito. Esta capacidad para seducir y también para intimidar, abrumar y paralizar ha sido ampliamente ilustrada, tanto por la investigación sistemática cuanto por la literatura. En este artículo mi objetivo es conocer los efectos producidos por el discurso del presidente de Venezuela, Hugo Chávez Frías elegido en diciembre de 1998, y cómo su discurso ha afectado al discurso político de esa nación, así como a la acción pública de los voceros de la sociedad civil y a la población en general.

La carrera política de Hugo Chavez, aunque reciente, ha tenido gran impulso. Se inició con su derrota y encarcelamiento en 1992, cuando era un teniente coronel desconocido, partícipe en un fracasado intento de derrocamiento del entonces presidente, Carlos Andrés Pérez (quien luego fuera enjuiciado por malversación de fondos públicos). Casi inmediatamente, una combinación de interés público y una amplia cobertura mediática iniciaron la construcción social de su imagen pública, convirtiéndolo en una figura popular. El Presidente Caldera, sucesor de Pérez, lo perdonó antes de ser sentenciado en el juicio que se le seguía por el intento de golpe de Estado de 1992 y tan pronto quedó en libertad comenzó su campaña política para obtener por medios legales, el poder deseado. Así, en 1998 ganó las elecciones con 67% del 56% de la población votante (hubo abstención de más del 35%). Durante la campaña electoral Hugo Chavez dio muestras de su fogosidad verbal, así como de su uso estratégico del silencio (Montero, Montero, Maritza (2003). La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva.

1999). Pero una vez ganadas las elecciones y tomado posesión del mando (Febrero 2, 1999), tanto su uso de los medios y su estilo discursivo, su frecuencia y duración, crearon un fenómeno oratorio desconocido en Venezuela, marcado no sólo por un léxico particular, sino también por prácticas discursivas inéditas.

Este estudio presenta un análisis del discurso del presidente Hugo Chávez, y de algunos de los altos funcionarios del gobierno voceros de sus políticas o que lo apoyan, y de las respuestas que a ese discurso han sido dadas a través de la palabra o de los hechos, por la sociedad civil y grupos de oposición por vía de algunos de sus portavoces. Versa pues sobre la relación entre pueblo y gobierno, los dos interlocutores fundamentales de una sociedad. Lo que distingue al discurso de Hugo Chávez (Bolívar, 2002; Montero, 2002) es el tono amenazante que le imprime y el uso de epítetos agresivos, de amenazas y de apodos que derrama sobre sus opositores. El propósito de este estudio entonces, fue no sólo registrar y describir esa peculiaridad, sino asimismo estudiar el efecto político que ha tenido sobre la audiencia.

Método

Los textos analizados fueron extraídos de la prensa escrita, en la cual se analizaron citas textuales de sus declaraciones y discursos oficiales, siempre y cuando fuesen transcritas de la misma manera (con comillas), en por lo menos dos diarios (*El Nacional*; *El Universal*; *Tal Cual*; *El Mundo*; *Últimas Noticias*). Dichos textos fueron publicados durante el período comprendido entre Enero de 1999 y Mayo del 2002. El corpus comprende 2480 páginas de periódico, en las cuales seleccioné: (1) Textos que contienen opiniones, análisis o anuncios hechos por el Presidente Chávez o por prominentes miembros de su gabinete, muy cercanos a él (Canciller, Ministro de Interior y Justicia, Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas, algunos Gobernadores afectos a su partido, el Alcalde de Caracas). (2) Textos que contienen opiniones, análisis, y críticas de voceros de organizaciones de la sociedad civil o de partidos políticos opositores; de analistas políticos, y de gente común entrevistada por periodistas, en relación con las políticas y palabras del Presidente. En ambos tipos de textos revisé el uso de epítetos, amenazas en general, frases insultantes, así como la intención general del texto que les sirvió de contexto.

Se realizó tanto un análisis de contenido como de discurso. El primero fue dirigido a identificar contenidos y unidades de análisis en transcripciones textuales de las palabras del presidente y otros actores sociales, así como de palabras y acciones descriptas en la prensa, llevadas a cabo por miembros o grupos de la sociedad civil. Como unidad de análisis para la codificación se utilizó la frase o párrafo completos contentivos de una idea. Las unidades codificadas fueron agrupadas en categorías, en un proceso de deconstrucción con lectura y re-lectura de los textos, que permitió introducir

modificaciones en el proyecto anticipatorio presente al inicio de la investigación. Al mismo tiempo, se iba produciendo la comprensión de los significados de los textos y aumentaba el conocimiento sobre el asunto estudiado.

Una vez construidos los datos, la investigación se transformó en un análisis de discurso, cuyos principales instrumentos fueron la lectura recurrente de los textos, haciendo listas de epítetos; construyendo un léxico con las palabras que daban sentido a los textos; analizando la estructura gramatical de las frases; observando las estrategias retóricas: las figuras, tropos y la construcción de significados implícitos. Estas tareas me permitieron hacer una reconstrucción de textos en función de su significado y elaborar nuevos proyectos de sentido e interpretaciones.

Lo que ha sido descrito es un procedimiento desconstructivo-reconstructivo, cualitativo, reflexivo-hermenéutico, dirigido a comprender el significado de los textos analizados y sus efectos psicopolíticos sobre otros textos y acciones, que igualmente tienen significado.

Tabla 1: Léxico usado por el presidente H.Chávez Frías y portavoces de su gobierno

<i>Afligidos:</i> Opositores.	<i>Guanábana podrida:</i> Miembros de los partidos políticos tradicionales.
<i>Alistarse:</i> Acción que lleva a formar parte de los partidarios del gobierno.	<i>Guerra civil:</i> Lo que pasará si los planes de Hugo Chavez no son seguidos.
<i>Adversario:</i> Opositores. Aquellos que no lo apoyan	<i>Horda:</i> Opositores huyendo colectivamente.
<i>Armas:</i> Un medio. Orden dada para prepararse a combatir: (Ej. ¡Arma al hombro!)	<i>Hostil:</i> Actitud que el presidente puede tomar en relación con ciertos eventos.
<i>Arrinconar:</i> Modo de ataque. Si es recibido podría desencadenar una violenta respuesta de su bando.	<i>Llamado:</i> Movilización (i.e. Movilización de masas para defender al Gobierno).
<i>Ataque:</i> Modo de acción política	<i>Manos arriba:</i> Conducta que se espera sea observada por los opositores-enemigos, quienes son invitados a hacerlo.
<i>Batalla:</i> Forma de relación con la oposición. Es considerada hermosa, grande y debería ser mantenida.	<i>Militares:</i> Principales actores sociales de su revolución. Aquellos con un rol conductor en la sociedad democrática.
<i>Campaña:</i> Expresión de un ataque, modo de acción	<i>Negativos:</i> Opositores.
<i>Cáncer:</i> Opositores. Miembros de los partidos políticos tradicionales.	<i>Pelea:</i> Modo de relacionarse con los opositores.
<i>Combate:</i> Modo de lucha. Acción.	Modo de autoafirmarse en relación con la oposición.
<i>Confrontación:</i> Modo de relacionarse con los opositores.	<i>Plomo:</i> Balas y palabras para el ataque. Modo aplastante de ataque ("Les enviaré plomo grueso")
<i>Corrupto:</i> Aquellos que han pertenecido a la Cuarta República, o ligados a los partidos políticos tradicionales. Opositores.	<i>Puntofijismo:</i> Calificación genérica aplicada a todos aquellos opositores o críticos del Gobierno.
<i>Cuarta República:</i> Manera de referirse a los cuarenta años previos a su Gobierno.	<i>Revolución:</i> Proyecto político de Hugo Chavez considerado pacífico.
<i>Cuenta:</i> Recesiva. Se aplica al tiempo que le queda a quienes no obedezcan al gobierno.	<i>Rendirse:</i> Conducta a ser observada por los enemigos de Hugo Chavez
<i>Cúpulas podridas:</i> Enemigos. Líderes de los partidos políticos tradicionales.	<i>Soldado:</i> Cualidad a tener. Identidad positiva.
<i>Defender:</i> Acción para proteger los planes gubernamentales.	<i>Tregua:</i> Pausa en la lucha, descada por la oposición, pero que no le será acordada.
<i>Derrota:</i> Lo que sin darse cuenta le está ocurriendo a la oposición.	<i>Tumor:</i> Altos dignatarios de la Iglesia Católica y líderes empresariales.
<i>Disciplina:</i> Lealtad al superior y a la Fuerza a la que se pertenece dentro del ejército.	<i>Uniforme:</i> Expresión de identidad. Forma importante de autopresentación social,
<i>Enemigo:</i> La oposición.	<i>Victorioso:</i> Triunfador. Cualidad que Hugo Chavez anima a sus partidarios para que la tengan

Resultados

La retórica presidencial

El discurso de Hugo Chavez se caracteriza por el uso de palabras fuertes y metáforas poderosas. El suyo es un discurso enfático acentuando algunas sílabas y letras, y repitiendo algunas palabras que parece considerar importantes. Durante su programa semanal ("Aló, presidente") canta; cuenta chistes y anécdotas; conversa con amigos o invitados; atiende selectivamente algunas llamadas telefónicas; responde las preguntas de sus Ministros o asistentes; se entristece o alegra y se enfurece cuando habla de aquellos que define como enemigos y todo ello es acompañado de un lenguaje no verbal peculiar. Estos aspectos se pierden cuando son transcritos al texto escrito, pero para quienes han escuchado por radio o mirado en la televisión sus presentaciones semanales de tres a seis horas, el estilo discursivo y expresivo pone acentos que contribuyen a la aceptación o rechazo con las cuales son recibidas las palabras del presidente.

Como parte de la línea general de investigación del discurso presidencial construyó un léxico (Montero, 2001) con las palabras y expresiones más frecuentemente usadas por el presidente Hugo Chavez, o que refuerzan líneas de sentido. La organización cronológica de la aparición de epítetos en el lenguaje presidencial y en el de la oposición permite relacionar una y otra fuentes, complementando el léxico.

La construcción retórica de partidarios y opositores

El léxico y la construcción de opositores

Como se puede ver en el léxico del presidente (con datos recolectados desde enero de 1999 hasta junio de 2002), las palabras más utilizadas se refieren a una relación de lucha. Ellas indican una construcción del otro opositor como enemigo, como adversario, sin que medie ningún estadio o posición intermedia. En su primer año de gobierno ya Hugo Chavez advirtió que, parafraseando al Nuevo Testamento, quien no está con él, está contra él. Establece así una línea divisoria entre el comienzo de su gobierno y aquellos que lo antecedieron, enfatizado por su definición del pueblo en dos categorías: aquellos que lo apoyan (que son el pueblo) y por lo tanto son buenos patriotas, y aquellos que se oponen a él (oligarcas), a quienes comenzó a colocar apodos cubriendolos de epítetos negativos¹.

Primero incluyó en la lista de enemigos a los partidos tradicionales y a los gobiernos anteriores habidos en el período democrático (las tres dictaduras vividas en Venezuela durante el siglo XX quedan exentas de descalificación, y el interregno democrático de los presidentes López Contreras y Medina Angarita nunca es mencionado). Luego la descalificación es extendida a cualquier opositor.

La relación de *combate*, *lucha*, *batalla* o *pelea*, con uso de armas y metáforas provenientes del

¹ Subrayados y cursivas mías, para destacar las expresiones usadas por el sujeto de análisis.

el mundo militar es complementada con la descalificación mediante apodos. En el primer caso los siguientes ejemplos ilustran la construcción: En junio de 1999, el presidente dijo: "Yo soy uno que le voy a disparar plomo grueso con mi garganta a todo el que salga a dar batalla. Vengan todos, a mí me gusta el combate" (Nacional, Universal, 7/06/1999).

"Yo pudiera dar un golpe de Estado, de verdad pudiera hacerlo. Yo pudiera hacer lo que hizo el Presidente Fujimori en el Perú (...) hoy, a esta hora, once de la mañana del 26 de junio, o esta tarde, cualquier día pudiera hacerlo y dependería de mi decisión, única y exclusivamente, y asumiría mi responsabilidad ante el mundo entero". (Nacional D/2, 27/06/1999)

"Pero para echarle plomo a la Constituyente [ANC] va fel Fiscal, no perteneciente al chavismo] a tener que buscar refuerzos, porque aquí lo que tenemos son cañones de 155 milímetros en ráfaga, y el plomo va para allá. Que se pongan al frente los que quieran echar plomo para acá. No hay miedo, que se alineen todos, que hablen, que digan" (Nacional, Universal, 06/11/99).

Disparar en esta frase no se refiere al actual acto de disparar un arma, sino a cualquier forma de ataque, incluyendo el oponerse al sector oficialista (partidarios del gobierno), o criticar o contradecir lo que él dice.

Ejemplo del uso de apodos es la utilización del adjetivo derivado del sustantivo *Cuarta República*, utilizado peyorativamente para designar a quienes formaron parte de los gobiernos comprendidos en ese período (1958-1998), luego acuña las expresiones *oligarca*s y *negativos* (Universal, 1/14, 12/04/99), a las cuales siguen las de *escuálidos* y *aflijidos*, que son aplicadas indistintamente a sus opositores de cualquier proveniencia, pero que funcionan como marcadores de clase social y de antítesis política. A la vez este léxico sirve también para construir, por contraste a las fuerzas armadas como un grupo privilegiado en el cual residen la identidad social positiva, las virtudes ciudadanas y el fundamento de la democracia.

Hugo Chávez aplica esos vocablos a los miembros de partidos políticos de la oposición, para indicar que ellos fueron actores políticos durante los pasados 40 años y como sinónimo de ejercicio ineficiente, corrupto y perverso de la política (los califica a todos indistintamente, de *corruptos*). Otros epítetos apuntan al lugar, rol y afiliación política de aquellos a quienes los endilga. Por ejemplo, el de *Oligarcas* aplicado originalmente a opositores ligados al empresariado, la industria, la banca, el comercio, y en general, el mundo financiero. El calificativo de *enemigos de la Patria*, sirve para extender la atribución de deslealtad contra el presidente, a todo el país. El uso de epítetos sirve también para rebotar a sus opositores las críticas que le han hecho a él, a sus políticas, o a su conducta, así como para construir a esos enemigos dándoles una imagen discursiva.

TABLA 2-I: Epítetos y opiniones (1999 - 2001)

Año	Del presidente y los miembros de su círculo interno hacia la oposición	De la oposición hacia el presidente y el MVR (Partido político oficialista)
1999	<ul style="list-style-type: none"> • "Partidocracia" criminal • Enemigos de la Patria • Cúpulas podridas [Líderes de los partidos políticos] • Buitres políticos • Los negativos. • Enemigos • Puntofijistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Chantaje presidencial • El "plomo grueso" es su mejor idea [del presidente Chávez] • [El presidente Chávez] sólo quiere dar órdenes.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Corruptos [Partidos políticos, opositores] • Cuenta república [opositores] • Oligarcas • Guanábana podrida 	<ul style="list-style-type: none"> • Hay que darle tiempo para que empiece a gobernar
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Escuálidos • Tumor • Aflijidos. • Mentirosos, falsos (los medios). • Cáncer • Corruptos • Mercenarios 	<ul style="list-style-type: none"> • Antidemócrata • [Partidarios de Chávez] en la ANC están listos "para arrodillarse ante el presidente". • Revolución portátil • Con poca inteligencia [MVR] • Loco

Montero, Maritza (2003). La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva.

TABLA 2-2: EPÍTETOS (Enero-Junio 2002) II

Del presidente y los miembros de su entorno hacia los opositores	De los opositores hacia el presidente y el MVR (partido político que lo apoya)
<ul style="list-style-type: none"> • Escudillados • Delincuentes electorales • Tumores [la Iglesia Católica, líderes empresariales] • Cáncer • Usos del diminutivo para restar importancia a un periódico: “El Nacionalillo” [El Nacional] • Dicτadura de los medios • Tiranos (Dueños de medios) • Talibanes de la información • Sucia y perversa [forma en que Los medios manipulan la información] • Mercenarios • Mentirosos y falsos • Golpistas • Sueñan con golpes de Estado • Deben olvidarse de cuentos de hadas Manipulación perversa • Cúpulas ilegítimas (Sindicatos) • Oligarcas, intrigantes políticos <p>Contra los Medios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compinchas [Militares cercanos al Presidente] • Ascenso de militares designado por Chavcz es considerado como una “puñalada al honor militar” • Agresor uniformado de mujeres (Gral. Acosta Carles) • Carnaval retrasado (revolución) • Alborotador • Ostentoso y mezquino • Fascista • Amenazas constantes e incoherencia en su discurso. • Insensato • Tonto e ignorante • Incompetente y arrogante • Destructor de las instituciones • Actúa contra el Estado • Promotor de la corrupción • Mentiroso • Organización reaccionaria (MVR) • Turbas, hordas (Miembros de MVR y seguidores de Chávez) • Loco 	<ul style="list-style-type: none"> • Tiene un pasticho en la cabeza en materia económica y social • Es “un problema para el país” • Es el primer agitador • Agente provocador • Promotor de disturbios • Asesino • Autoritario • Vocación autoritaria • Tiene las manos ensangrentadas • Es recalitrante y engañoso [chavismo] • Abusador • Gobierno sanguinario • Dictador, su gobierno es una dictadura • Dictador de opereta • Tirano • Cobarde • Golpista • Tumor maloliente • Apuñaló el alma del pueblo • Mafia (MVR y partidarios) • (El pueblo) está harto y avergonzado de su conducta

Monter, *Datos de la investigación, 2002*

El uso de figuras retóricas en la construcción de opositores

Las metáforas construidas con inclusión de epítetos también construyen a sus oponentes como poseedores de un carácter decadente, débil, sucio o enfermo. Por ejemplo, *corrupto* y *cáncer*, usadas como adjetivos para designar a miembros de la oposición, a jueces que dictan sentencias adversas a sus fines, y a funcionarios públicos no designados por él. O la palabra *tumor* usada contra el Cardenal Velasco, los obispos católicos, y líderes empresariales (Nacional, A/2; Últimas Noticias, p. 13, 25 de Enero de 2002), metáfora muy poderosa ya que no sólo significa una excrecencia enferma, un crecimiento maligno, sino también algo que debe ser cortado, extirpado, para curar el cuerpo. Asimismo, son ejemplo de esto las expresiones *buitres políticos*, usada por J.V. Rangel, actualmente Vicepresidente (Universal, 1/10, 29/12/99) y *cúpulas podridas*, referida a los líderes de partidos políticos (tanto de centro como de izquierda, tales como Acción Democrática- socialdemócratas, COPEI- socialcristianos, y MAS, originalmente de izquierda, más tarde de centro).

Otra estrategia discursiva frecuentemente usada por Ch es la de poner apodos (de hecho, comprendida en lo antes descrito). Durante la campaña electoral en 1998 adjudicó a H. Salas Römer, un competidor, el nombre del caballo de Salas Römer, seguido por el número cardinal II: “Frijolito II”. Pero el sobrenombre más frecuentemente usado es el de *escuálidos*, al cual la respuesta de la oposición y de la sociedad civil fue la de asumir asertivamente el apodo identificándose positivamente con el (colocándolo en camisetas, afiches y carteles).

Las figuras retóricas, tropos, y estrategias usadas por el Presidente Chávez presentan aspectos interesantes, uno de los cuales es apelar a la cultura para usar chistes y expresiones populares destinados a ironizar, burlándose abiertamente de aquellos a quienes califica como adversarios. En su continua lucha contra los medios, acusa a los periódicos y canales de TV de ser *dictadores, tiranos, talibanes, mentirosos, y mercenarios*. O con una impresionante metáfora escatológica, considera que “deberían tomar [sus periódicos] y enrollarlos, bien enrollados, y metérselos... en los bolsillos” (“Aló Presidente”, 02/05/2002; Nacional, D/1, 03/05/2002).

Con la Iglesia Católica, un poderoso oponente, la relación de Hugo Chávez ha sido de tensión y fuertes ataques discursivos en un intercambio cada vez más y más polémico. En diciembre de 1999, el Cardenal José Ignacio Velasco, públicamente atribuyó el diluvio y los deslizamientos de tierra que afectaron al país a la intervención divina castigadora del gobierno de Hugo Chávez por su falta de acción y sensibilidad social. Esto molestó al Presidente y provocó su pública profesión de fe protestante, seguida de nuevas declaraciones sobre su profunda fe católica. En 2002 (Nacional, D/2, 28/01/2002), Hugo Chávez asumiendo retóricamente un estatus religioso superior al del

Montero, Maritza (2003). La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva.

Cardenal y al de un obispo, los acusa de usar la represión contra algunos sacerdotes que lo apoyan. Condena así a la jerarquía eclesiástica, añadiendo que ellos tienen que confesar sus pecados y termina por imponerles una penitencia diciendo:

Tienen que reflexionar, Cardenal Vélez y los obispos. Recuperen la sindéresis, porque son los dignatarios de la Iglesia y les queda feo decir las cosas que han dicho. Da tristeza ver que el Cardenal condena a unos sacerdotes sin llamarlos antes, sin conversar con ellos... Párese ante Dios y recite un padrenuestro y 20 Aves Marías. Vá a tener que pagar una penitencia, Cardenal. (Nacional D/2, 28/01/02).

En este texto, el Presidente usa el apóstrofe como estrategia, y un modo dialógico de discurso, como si el Cardenal estuviera frente a él (quien ocupa el lugar de Dios), y como si la acusación que él hace fuese un hecho comprobado. Sus palabras, recogidas por la prensa, fueron dichas durante el Programa de TV "Aló Presidente". De esa manera, frente a la audiencia, construye un hecho y un culpable, al cual juzga, da una reprimenda e impone una sanción; para retóricamente colocarse en una posición superior. Esta estrategia es usada desde el comienzo de su mandato, así el 29 de Noviembre de 1999, Hugo Chavez recriminó a Monseñor Luckert, obispo católico de la ciudad de Coro, citando el Nuevo Testamento: "Perdónalos, Señor, porque ellos no saben lo que hacen". El "pecado" de Mgr. Luckert fue decir que votar por la nueva Constitución podría arriesgar la paz y la democracia (Universal, 1/19, 29/11/1999). El 26 de Enero de 2002, Monseñor Luckert responde a un nuevo insulto de Hugo Chavez, cuando calificó a la Iglesia Católica de *tumor*, diciendo: "Cuando se destape el tumor que él tiene a su alrededor, el hedor va a llegar hasta las antípodas" (Nacional, D/1, 26/11/02; Universal). El silencio ofendido de 1999 mantuvo vivo el rencor hasta 2002, y una ofensa fue respondida con otra ofensa.

Si bien el presidente Hugo Chavez y sus partidarios se refieren a la oposición como a un movimiento único, el fenómeno de surgimiento de una oposición a su gobierno no ha sido monolítico. Por tal razón, cuando se habla de la oposición bajo tal denominación se agrupa una pluralidad de organizaciones, grupos y movimientos entre los cuales algunas tienen profundas diferencias. Los puntos de unión sin embargo, muestran un proceso de construcción de ciudadanía caracterizado por la defensa de valores democráticos, por una idea de nación deseada y deseable, por la defensa de derechos civiles y humanos y por el compromiso de esa variedad de personas y tendencias, expresado en acciones y discurso. En el caso del discurso este es de dos tipos: de defensa de derechos y compromiso con deberes ciudadanos, que suponen el sacrificio, el esfuerzo, el trabajo, la privación y la asunción de riesgos, mas una cierta

dosis de valentía cívica. Esta última definida como la capacidad de actuar en función de convicciones cívicas a pesar de sentir miedo.

La construcción de los partidarios del gobierno

La construcción de los aliados del presidente sigue este razonamiento: (1) Asumir a las masas como solamente formadas por aquellos que lo apoyan, (2) Considerar que sus seguidores pertenecen a la clase trabajadora, a los desposeídos, a los pobres, a los excluidos y marginados, (3) En tales categorías sociales residen las virtudes cívicas. (4) Esas categorías sólo lo apoyan a él, y (5) que el pueblo está constituido sólo por esas categorías de personas. A esto se agrega que recientemente ha comenzado a usar el adjetivo positivo *bonita*, para calificar laudatoriamente a su *revolución* y a algunas de las actividades de sus partidarios. Por consiguiente, Hugo Chavez y los portavoces de su gobierno, asumiendo implícitamente una oposición y lucha de clases, amenazan con movilizarlo a sus partidarios en su apoyo siempre que la oposición trata de bloquear o impedir alguna política de su gobierno, construyendo así al pueblo como medio o como instrumento de ataque, a la vez que de modo igualmente implícito, se fundamenta la amenaza en un hecho que debería aterrizar a los opositores. Durante la crisis de gobernabilidad de marzo-abril de 2002, las palabras atribuidas al vicepresidente J. V. Rangel por militares que se hallaban junto a él 11 de abril, relativas a que amenazar con un ataque popular "caga" a la oposición, sostienen el sentido de esta interpretación. Los siguientes textos son un ejemplo de esto:

En 1999, durante el proceso de creación de una Asamblea Nacional Constituyente (ANC) para sustituir al Congreso, Isaías Rodríguez, entonces Defensor del Pueblo, más tarde vicepresidente de la ANC y actualmente Fiscal General de la Nación, decía:

Si nos obligan, si nos arrinconan, el proceso revolucionario puede dejar de ser pacífico (...) Si es así, el pueblo tiene que salir a la calle a defender el poder constituyente. [El pueblo] Tiene que salir a defender la autenticidad de ese proceso, y debemos organizarnos para eso (Nacional, D, 17/02/1999).

Cambios en los actores o figuras políticas

La retórica del insulto, unida a una política de desestabilización de las agrupaciones partidistas, tuvo un importante efecto. Los partidos políticos tradicionales, de centro y de izquierda, fueron las principales víctimas (Montero, 2002), pues comenzaron a dividirse internamente; vieron disminuir sus filas; lucharon entre sí además de oponerse al partido de Hugo Chavez, el MVR, y sus líderes denunciaron haber sido objeto de campañas "sucias" de descrédito. Y todo esto sucedía cuando además tenían

Montero, Maritza (2003). La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva.

una ínfima representación en la ANC. Por otra parte nuevas agrupaciones y nuevas figuras políticas comenzaron a aparecer tanto a favor del gobierno como entre las filas de la oposición. Dos nuevas organizaciones políticas se distinguen: El Movimiento V República (MVR) creado en torno al presidente Hugo Chávez, y el partido Primero Justicia. El MVR rápidamente acapara cargos de gobierno; Primero Justicia, que se caracteriza por la juventud de sus dirigentes detenta la Alcaldía del Municipio Chacao en la ciudad de Caracas y aunque tiene una participación mínima en la ANC, se ha ido haciendo más fuerte y más visible. Organizaciones femeninas como Mujeres por la Democracia, a pesar de ser minoritarias han tenido a partir de 2001, destacada participación pública y también ataques (uno de ellos violento, cuando una de sus dirigentes fue secuestrada y golpeada por agentes de la Dirección de Inteligencia Militar). Y en particular los medios y los y las periodistas han hecho sentir su voz y han mostrado los acontecimientos a través del ojo de sus cámaras y de la voz de sus micrófonos.

En el campo oficialista, a pesar del carácter rotativo que tienen los allegados al presidente (las mismas personas giran en su entorno desde 1999), también han surgido nuevas figuras y una estructura creada en 1999 y cuya formación ha tornado los dos últimos años, ha pasado a tener figuración no sólo en la vida pública, sino que se ha convertido en fuerza de choque en las manifestaciones públicas, a la vez que ha pasado a ocupar un lugar en el imaginario popular: los "círculos bolivarianos". Junto a ellos, pero con un lugar ganado por su impactante estilo y apariciones públicas, está la figura de Lina Ron, una desconocida que surge a la vida pública al quemar en la Plaza Bolívar de Caracas, rodeada de un pequeño grupo de compañeros, una bandera de los EE.UU., a partir de lo cual ha ido ganando cada vez más publicidad y poder, sobre todo por su discurso y conducta agresiva, a veces violenta.

Los efectos de la retórica amenazante

Polarización social y política y construcción de respuestas por los opositores

La visión confrontante de la sociedad venezolana y las frecuentes amenazas del Presidente Hugo Chávez (León Guerra, 2002; Montero, 2002a; 2002b; Romero, 2002) han producido una polarización social y política. Tal fenómeno supone posiciones opuestas cada vez más exacerbadas, en las cuales cada polo construye al otro en función de atributos negativos. A la vez que el discurso presidencial los ubica como en diferentes clases sociales.

En las Tablas N° 1 aL 5 se presenta el desarrollo de las reacciones de la sociedad civil a la retórica presidencial. Puede distinguirse varias fases desde 1999 hasta abril de 2002. A la primera de ellas la he llamado *Período del asombro*. Este asombro es más

evidente durante los ocho primeros meses de gobierno (no hay inicios ni fines exactos) y en él de una manera cauta, algunos políticos advertían sobre lo que percibían como inadecuado, peligroso o errado en las políticas anunciadas o empezadas por el Presidente. Un ejemplo es el ex-Presidente Caldera, predecesor de Hugo Chávez, quien tan temprano como enero de 1999, exigió "el respeto hacia la sociedad y los partidos políticos" (Universal: 1/14). Opositores y público en general parecían oscilar entre el asombro y la confianza optimista en el futuro: Esperaban ver los efectos de las políticas anunciadas por el presidente antes de criticarlo, se buscaba el diálogo y las tradicionales alianza y pactos interpartidistas.

Críticas, opiniones y análisis son moderados, razonados, y caracterizados por permitir la apertura de las posibilidades para los acuerdos. Opositores de diferentes partidos y organizaciones trataban de dar sentido a lo que decían el presidente y sus seguidores, de acuerdo con su comprensión y experiencia de la política. Seguían las reglas y movimientos de su historia política: oponerse dentro de un marco de alianzas. Pero ya en Junio de 1999, estaban asombrados y confusos. Ese modo de hacer política no parecía estar funcionando. Hugo Chávez permitía a los partidos políticos que lo apoyaban el establecer los pactos y formar las alianzas, y una vez que los acuerdos estaban hechos y los deseos y expectativas, así como las fuerzas de los otros habían sido medidas, los nexos eran rotos dejando a los "socios" maltrados y debilitados (Montero, 2002).

**TABLA 3: Desarrollo de la respuesta ciudadana
Período de asombro (enero – agosto 1999)**

- Asombro, sorpresa y expectativas acerca del gobierno
- El pueblo espera por los planes del presidente
- Búsqueda de diálogo y alianzas
- Se pide respeto hacia los partidos políticos y la sociedad en general

Montero: Datos de la investigación, 2002

Para septiembre de 1999 la inquietud empieza a hacerse sentir entre algunas organizaciones y sindicatos; en Noviembre de ese año empiezan las protestas públicas y callejeras, con ollas y cacerolas sonando en Diciembre. Entonces, la catástrofe natural más grande en la historia venezolana impone una tregua a las actividades políticas durante la mayor parte del primer semestre del 2000. La sociedad civil trataba de curar las heridas causadas por las lluvias y los deslizamientos de tierra, pero el sonido de ollas y cacerolas golpeadas podía ser escuchado. Durante ese período, la arena política Montero, Maritza (2003). La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva.

parecía dividirse entre la lucha y la sorpresa, y algunas reacciones, todavía tímidas, hacia el discurso presidencial. Comienzan a aumentar las críticas: formas implícitas de descalificación, denuncias y acusaciones, mientras uno de los portavoces del Presidente, Luis Miquilena, hace una pregunta descalificadora: “¿Sociedad civil? ¿Con qué se come eso?” (Universal; Nacional; 2000).

Grupos específicos comienzan a organizarse y a protestar, pero la verbalización es cuidadosa, la intención agresiva está predominantemente implícita y los ciudadanos comunes manifestaban que había que dar tiempo al presidente para empezar a gobernar. Julio Borges, uno de los líderes del Partido *Primero Justicia*, presenta un ejemplo del uso retórico de insultos implícitos, dirigido hacia el MVR, partido oficial. Dice: “La inteligencia está peor distribuida en ese partido, que las riquezas en el país [Venezuela]”... añadiendo que algunos miembros del parlamento (ANC) no están preparados “para arrodillarse ante el Presidente” (acusía así, implícitamente, a los seguidores del Presidente de hacer eso) (Nacional, D/4, 21/01/01). Esto predomina aproximadamente hasta agosto de 2000, aunque tiene manifestaciones posteriores, que dejaran paso luego a formas más directas. Este período o fase lo he llamado *Período de respuesta moderada*.

TABLA 4: DESARROLLO DE LA RESPUESTA CIUDADANA Período de respuesta moderada (septiembre 1999 – agosto 2000)

- Grupos específicos empiezan a protestar
- Paros y manifestaciones aisladas
- Cuidadosos insultos implícitos
- Organización de grupos opositores y fortalecimiento de nuevos partidos políticos
- Suenan ollas y cacerolas
- Se considera que hay que dar tiempo al presidente para que empiece a gobernar
- Primera denuncia de corrupción (diciembre de 1999)

Montero: *Datos de la investigación, 2002*

Entre octubre de 2000 y septiembre de 2001 se configura un *período de respuestas explícitas*. La polarización de la sociedad venezolana y la brecha entre seguidores y opositores se profundizan, y aumenta el análisis crítico desde la oposición, junto con abiertas manifestaciones dirigidas contra el gobierno, especialmente entre militares. De nuevo, diferentes grupos de oposición tratan sin éxito de formar coaliciones y la sociedad civil empieza a pedir al presidente que rectifique y a hablar de un gobierno de transición que podría sucederlo. Los epítetos dirigidos contra el presidente y su gobierno comienzan a ser agresivos e insultantes. Siguen sonando ollas y cacerolas y la oposición asume los insultos recibidos, afirmando en ellos su identidad.

Tabla 5: Desarrollo de la respuesta ciudadana

Comienzo del período de respuestas explícitas (octubre 2000 – septiembre 2001)

- Intentos de crear coaliciones por parte de la oposición
- Insultos explícitos dirigidos hacia el presidente, su partido, y sus seguidores
- Suenan ollas y cacerolas
- Transformación por sociedad civil de los epítetos negativos usados por el presidente, en formas de identificación afirmativa
- Algunos militares y seguidores retiran su apoyo al presidente

Montero: *Datos de la investigación, 2002*

El 10 de diciembre de 2001, un paro nacional convocado por la Confederación de Trabajadores de Venezuela, organización fuertemente opuesta al gobierno, tuvo lugar con un éxito del 80%. La sociedad civil organiza en enero de 2002 una marcha en el aniversario de la caída del dictador Marcos Pérez Jiménez (23 de Enero); aumentan los insultos explícitos hacia el presidente y sus seguidores, así como las críticas al gobierno; las denuncias de corrupción, ataques a la prensa y de violación a derechos humanos; siguen los cacerolazos, las renuncias de militares de alto rango; nuevos actores políticos ingresan en escena (Pe.: Lina Ron, líder popular chavista. “Mujeres por la democracia”, un nuevo grupo de mujeres opositoras), caracterizados por ser mucho más radicales en cada polo y por el aumento de la participación ciudadana en las protestas y manifestaciones. Este período o fase puede llamarse *período de intensificación de acciones y verbalizaciones* y comprendería desde octubre de 2001 hasta marzo de 2002.

Tabla 6: Desarrollo de la respuesta ciudadana Período de intensificación de acciones y verbalizaciones (Octubre 2001 – marzo 2002)

- Aumento de insultos explícitos contra el presidente y sus seguidores
- Descalificación hacia el presidente y sus seguidores
- Aumentan los “cacerolazos” como medida de protesta
- Paros específicos y paro nacional
- Denuncias contra el gobierno por militares de alto rango
- Renuncia de algunos militares de alto rango
- Aumento de la participación ciudadana en las manifestaciones públicas
- Algunos periodistas y dueños de medios hacen fuertes críticas y denuncias
- Denuncias y solicitudes ante organismos internacionales para que velen por la libertad de expresión y los derechos humanos
- Denuncias de corrupción

Montero: *Datos de la investigación, 2002*

Montero, Maritza (2003). La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva.

Finalmente en abril de 2002 se inicia un importante aumento de confrontaciones, las cuales ya son totalmente abiertas y se produce una crisis de gobernabilidad. El abuso verbal empieza a ser acompañado por ataques físicos (i.e.: bombas explotan en las puertas de sedes de diarios; aparece la violencia callejera y se dispara contra una marcha opositora pacífica). Las amenazas comienzan a transformarse en acciones reales. Seguidores de Chávez, algunos de ellos armados y organizados en los llamados "círculos bolivarianos" empiezan a actuar y desaparece todo respeto entre el Presidente y la sociedad civil. La prensa escrita y la TV recogen los insultos explícitos e implícitos entre ambas partes y el gobierno implosiona y explosiona en la primera quincena de abril. Las pancartas y carteles que llevan los y las manifestantes durante las marchas de protesta, obviamente surgidas de la creatividad popular, no sólo son jocosas, sino además agresivas e insultantes.

Confrontación, agresión, hostilidad, insultos y amenazas pueblan las páginas de los periódicos y llenan las pantallas de los televisores. Las tácticas de los círculos bolivarianos, de rodear los edificios o de bloquear las puertas de algunas oficinas de periódicos, son copiadas en abril por la masa de ciudadanos que fue a defender a la Junta Directiva y trabajadores de PDVSA, la empresa petrolera venezolana, a la cual el presidente había decidido despachar en bloque. La multitud que había hecho vigilia durante días (desde el 7 hasta el 11), alrededor del edificio de PDVSA, marcha hacia el Palacio de Miraflores el día 11/4; dos días antes la Confederación de Trabajadores de Venezuela había convocado un paro nacional. Casi un millón de personas llenó calles y avenidas. Cuando la vanguardia de la marcha estuvo cerca de su objetivo, francotiradores que la esperaban dispararon contra la gente indefensa. Ese día hubo 18 muertos. La marcha terminó con sangre y dolor, y la crisis de gobernabilidad que se iba gestando desde finales del año 2001, estalló.

Crisis de gobernabilidad

La gobernabilidad depende de la conjunción de dos factores: (1) la posibilidad de ser gobernados, de acuerdo a las normas establecidas por (2) un gobierno aceptado y considerado aceptable. Por una parte hay un pueblo que acepta en su gran mayoría, colectivamente, decisiones y políticas, y por otra hay un gobierno, elegido por el pueblo, que adopta medidas, crea políticas, y actúa dentro de un marco de legitimidad. Entre ambos factores hay un entendimiento tácito que, dentro de un margen de crítica y negociación, permite al gobierno ejecutar, legislar, juzgar, proteger, de tal modo que las principales necesidades de la gente son atendidas en buen grado. Y dentro de del mismo marco las personas obedecen de una manera cívica.

Tabla 7-1
Crisis de gobernabilidad. Diciembre 2000 - abril 2002: La preparación

2000 – 2001	Gobernadores opositores y funcionarios públicos hacen denuncias y críticas
2000 – 2001	Sociedad civil expresa descontento
2001	Oficiales militares rechazan al Ministro de la Defensa (ex Canciller José Vicente Rangel)
2001: Diciembre	Paro nacional convocado por la Confederación de Trabajadores de Venezuela se lleva a cabo con 90% de éxito
2001: 23 de Enero	Aproximadamente 700.000 personas marchan en Caracas contra el gobierno. Otras ciudades principales también hacen demostraciones en el aniversario de la caída del dictador Pérez Jiménez en 1958
2001 – Abril 2002	Protestas cívicas: paros locales, paro nacional, concentraciones, marchas, y manifestaciones
2001 – Abril 2002	Aumenta la desobediencia de oficiales militares de alto rango, criticando y haciendo denuncias públicamente (Soto, Lameda; Medina; Vásquez) Enero – Abril 2002 Atención internacional, advertencias, y llamadas de atención en relación con los DD.HH., y la preservación de la democracia
2002: Enero – Abril	Sociedad civil demanda la rectificación de políticas del presidente Chávez (individuos y grupos)
2000 – 2002	Presidente Chávez y funcionarios públicos que lo apoyan son objeto de irrespeto y descalificación notable
2002	Aumentan las formas de justicia por su propia mano por personas que desconfían del sistema judicial

Montero: *Datos de la investigación, 2002*

Tabla 7-2: LA CRISIS DE GOBERNABILIDAD. Abril 2002: El estallido**Abril 7 – Abril 10**

- Reacción de la oposición y la sociedad civil ante las políticas de Hugo Chávez
- Presidente Chávez expulsa a la Junta Directiva de PDVSA (empresa petrolera de Venezuela), y decreta un aumento de salario sin consultarla

Abril 10

- Atacados periodistas y medios de comunicación. Una bomba es detonada en el vestíbulo del periódico Nuevo País, algunos periodistas opositores son acusados de ser “consumidores de drogas”. Acoso a periodistas

Abril 7-11

- Paro en empresa petrolera venezolana (PDVSA). Multitud de caraqueños se congrega alrededor del edificio de PDVSA para protegerlo contra el ataque de los círculos bolivarianos y apoyar la Junta Directiva original

Abril 11

- Una multitud (mas de un millón de personas) se reúne ante PDVSA y decide marchar en protesta hacia el palacio presidencial. El presidente y el ministro de defensa, según la prensa, autorizaron el disparar sobre la multitud desarmada. 18 muertos y 35 heridos.
- Las medidas represivas ornadas por el presidente y el ministro son desobedecidas por un grupo de militares..

Abril 12

- ¿Insurrección? ¿Golpe de Estado?
- La renuncia del presidente es anunciada por el oficial militar con mas alto rango en el país: General en jefe, Lucas Rincón.

Abril 12-13

- El presidente Hugo Chávez es detenido y desaparece durante 40 horas
- Durante su desaparición, H. Ch.F. es mantenido prisionero por oficiales militares de su entorno.. Algunos de esos eventos son filmados por ellos con conocimiento del presidente
- Gobierno de transición, P. Carmona sorprende al país asumiendo la presidencia. Su primer decreto disuelve la Asamblea Nacional y la Corte Suprema, es abolida la Constitución de 1999 y pide la renuncia de los Gobernadores de Estado chavistas.

Abril 13

- Los oficiales militares que rodean al presidente Hugo Chávez lo regresan. Hugo Chávez es juramentado de nuevo como presidente, por el vicepresidente Cabello. A Carmona se le da por cárcel su propio hogar. Saqueos en árcas comerciales de

clase media baja. 19 muertos, 332 heridos.

Abril 14-16

- El presidente H. Ch.F. niega haber renunciado. Problema legal: ¿Por qué fue entonces juramentado?

Abril

- Los círculos bolivarianos son acusados de ser responsables por los saqueos. Funcionarios públicos lo niegan y declaran que se dará compensación económica a las víctimas.

Abril 19

- Oficiales militares rechazan la política de “créditos blandos”, considerándola ofensiva y como un soborno ofrecido por el presidente.

Abril

- Demanda formal introducida ante el Fiscal General, pidiendo que se investigue y procese a los francotiradores responsables por las muertes de la marcha del 11 de abril. El Fiscal no procede, argumentando que es amigo íntimo del presidente H. Ch.F.

Abril 21

- Se solicita la renuncia del Presidente Chávez

Desde Abril

- Se pide un referéndum revocatorio para votar por la salida del presidente Hugo Chávez de su cargo. Se comienza a recolectar firmas en la población.

Montero: *Datos de la investigación, 2002*

**Tabla 8: Desarrollo de la respuesta ciudadana
Período de confrontación abierta y crisis de gobernabilidad (Abril 2002)**

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Fuerte confrontación entre el gobierno y la sociedad civil: Paro nacional; marchas multitudinarias; 18 muertos entre los manifestantes y periodistas desarmados • El presidente chavez desaparece por cuarenta horas • Autoproclamación de gobierno interino • Retorno y juramentación de hugo chavez como presidente • Violencia callejera: Saqueos y 19 muertos. |
|--|

Montero: *Datos de la investigación, 2002*

Nota para el editor: Esta Tabla 8 es un resumen de lo presentado en las tablas 7-1 y 7-2. Puede sustituirlas si no hay espacio para ellas. Si lo hubiese, entonces no usar esta.

Los hechos sucedidos, el tipo de relación entre la sociedad civil y el gobierno y la retórica amenazante e insultante usada entre opositores cada vez más distantes, indican que

Montero, Maritza (2003). *La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva*.

en Venezuela la crisis de gobernabilidad que se fue gestando entre fines del 2001 y el primer trimestre de 2002 y que estalla en abril de 2002, pasó a generar un estado de ingobernabilidad crónica que hace cada vez más difícil la comunicación entre pueblo y gobierno.

Discusión

Los epítetos y amenazas no son ni el único factor, ni tampoco el central, en la generación de la falta de gobernabilidad. Pero ciertamente han contribuido a la crisis venezolana al producir exasperación, inducir odio, hostilidad y miedo, y al ser un ingrediente principal en la división de la población. Cabría pensar que un cambio en el tono, contenido y estilo del discurso en ambos polos de la sociedad podría ser un factor de entendimiento. No puede haber ni negociación, ni ajuste, ni acuerdo, si no hay diálogo y para que éste se de es necesario bajar el tono y oír al otro, viéndolo no como a un extraño, inferior o peligroso, sino como a un igual, empeñado en la construcción del mismo país.

Sin embargo, tal cosa se ve bastante lejana actualmente. El discurso de Hugo Chávez podría ser interpretado como producido por alguien a quien ni le gusta compartir el poder que detenta (algo frecuente en los políticos), ni está dispuesto a aceptar la presencia de una oposición, y aunque hasta el momento ha retrocedido siempre que encuentra a esa oposición decidida y fuerte, lo cual ha sido denominado en la literatura como hacer un "examen defectuoso de la realidad" (Glad, 2002:2); cuando la ANC o la Corte se oponen a sus deseos (rara vez), ha retrocedido. De mala gana, pero se somete, hasta que nuevas circunstancias le scan más favorables. Por lo tanto, Hugo Chávez "actúa dentro de ciertas restricciones políticas externas" (Glad 2002:3), pero al mismo tiempo, en su discurso político sigue una línea inalterable, a pesar de las concesiones momentáneas hechas a la creciente fuerza opositora que se está formando en el país.

La confrontación recibe constante impulso desde el discurso del presidente Hugo Chávez creando una atmósfera política caracterizada por la división entre "Nosotros y Ellos", que como dice Wellen (2002), está dirigida a "la muerte social de las víctimas". Hugo Chávez define un blanco de ataque, así como las obras de ese blanco, a los cuales atribuye un carácter negativo, juzga, condena y decide cuál será el castigo. A través de su discurso él y sus portavoces culpan a las víctimas (i.e.: acusando a los marchantes del 11 de Abril, de ser responsables de la muerte de sus compañeros de marcha). De tal manera que estamos ante algo que no es solamente asunto de muerte social, con todo lo negativo que ella pueda ser, porque ya se ha derramado sangre y han ocurrido muertes físicas, generando un nuevo problema en la situación: lograr que se haga justicia a pesar de las maniobras e impedimentos hechos desde el gobierno para impedir que haya un juicio ante los tribunales.

McDermott, Cowden y Koopman (2002:137) formulán una hipótesis según la cual "la comunicación hostil aumentará la búsqueda de armas", debido al tono de la comunicación

entre partidos oponentes. Por eso los mensajes de apertura al diálogo, ofreciendo paz (los autores citados los llaman "ramas de olivo") "ayudan a aliviar las tensiones, en tanto que los intercambios hostiles pueden provocar mas agresiones" (2002:137). En esta misma línea de pensamiento, Zinnes (1966, citado por McDermott, Cowden y Koopman: 136) presenta resultados de investigación que describen cómo la hostilidad de un partido depende de la hostilidad del mensaje del opositor y es una respuesta a él.

Como predice la hipótesis de McDermott, Cowden y Koopman, actualmente el resultado de buscar armas ha sido visto y sentido por la población de Caracas y también de otras ciudades del país. Los llamados "círculos bolivarianos" creados por el gobierno "para defender" la revolución del presidente, como ha sido informado por seguidores suyos, militantes del MVR, en los diarios (Nacional, D/4, 17/01/02) han recibido pistolas, granadas y bombas de gas lacrimógeno. También son entrenados en tácticas militares por miembros del partido comunista chino, según se ha mencionado en la prensa (Nacional, D/4, 19/03/02). En algunos sectores de ciudades principales ha aumentado el cierre de las vías públicas y la preparación de planes para defenderse contra los ataques de las llamadas "hordas" presidenciales. Y como sabemos, el problema de las armas reside en que cuando se las tiene, se las usa.

McDermott, Cowden y Koopman (2002: 136-137) también reportan algunos estudios experimentales que demuestran el efecto de la comunicación hostil y la probabilidad de conflicto o cooperación, que apoya la presunción de amenazas, insultos y desafíos que aumentan la evitación a exponerse a ese tipo de discurso. En efecto, el índice de audiencia del programa "Aló Presidente" ha bajado sensiblemente. Cuando la fuente de los mensajes hostiles es un presidente, sintonizado en la radio o visto en TV, estamos expuestos a esos mensajes y eso puede desencadenar la acción de apagar la radio o la TV. Pero cuando aquellos mensajes vienen junto con el anuncio de políticas que afectan la economía, difícilmente permiten al ciudadano común no prestarles atención. Es de esperar que hayan y se sientan reacciones. La gente las manifestará y grupos y movimientos organizados responderán a esos mensajes. Lo que vemos en Venezuela en el período entre 1999 y abril de 2002, es que los epítetos, los apodos y los mensajes amenazantes, han despertado una respuesta no menos agresiva. Si además la amenaza lleva a la preparación defensiva ante el ataque anunciado, y ello supone buscar armas, entonces como ya anunciara el presidente Hugo Chávez en noviembre de 1999 (Nacional, D. 30/11), cuando aun la gente le daba "tiempo para gobernar", Venezuela va hacia una guerra civil.

Lo que podemos ver en las tablas presentadas es por una parte un cambio en la expresión discursiva de los oponentes y analistas del gobierno de Chávez, a lo largo de esos tres años. Ellos van desde advertencias cautas y respetuosas al insulto abierto y la falta de respeto, desembocando en la crisis de gobernabilidad que mantuvo a Hugo Chávez fuera de su cargo por 40 horas, que ha paralizado industrias y comercios, que ha movilizado a casi un Montero, Maritza (2003). La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva.

millón de personas, produciendo diecinueve muertes y más de cuarenta heridos y que tuvo una reacción de saqueo y pillaje, así como mas muertos y heridos.

Al inicio de 1999, cuando la gente creía que el diálogo era posible, el Presidente ya anunciaba por primera vez la posibilidad de una guerra civil (Nacional, D, 30/11/99). En Febrero y Marzo de 2002, esta posibilidad fue anunciada de nuevo por él, por miembros de su círculo interno, por miembros de la oposición y por observadores internacionales (Universal; Nacional, 12/01/02; 14/01/02; 11/04/2002) advirtiendo sobre ella. Después de los hechos de abril el presidente ha negado que algo de ese tipo pudiese ocurrir en el país, pero el fantasma de la guerra, el cisma en la población, el miedo y el enojo, mas un clima pre-bélico han empezado a crecer. Discursos similares, marcados por un acercamiento irrespetuoso e insultante hacia el Otro llenan el espacio público, construyendo un país dividido desde la palabra. Y es desde la capacidad poética de la palabra que podríamos evitar una confrontación fraticida, antes de que la voz de los fusiles acalle a las voces humanas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BOLÍVAR, A. (2002) Violencia verbal, violencia física y polarización a través de los medios. In L. MOLERO DE CABEZAS y A. FRANCO M. (Orgs.) *El discurso político en las ciencias humanas y sociales*. (pp. 125-136). Caracas: Fonacit.
- GLAD, B. (2002). Why tyrants go too far: Malignant narcissism and absolute power. *Political Psychology*, 23 (1) 1-38.
- LEÓN GUERRA, F. (2002) El discurso de Hugo Chávez en la prensa venezolana. Estudio semántico-pragmático. In L. MOLERO DE CABEZAS y FRANCO, A. (Orgs.) *El discurso político en las ciencias humanas y sociales*. (pp. 203-214). Caracas: Fonacit.
- MCDERMOTT, R., COWDEN, J. y KOOPMAN, C.(2002). Framing, uncertainty, and hostile communications in a crisis experiment. *Political Psychology*, 23,(1) 133-149.
- MONTERO, M. (1994) Génesis y desarrollo de un mito político. *Tribuna del Investigador* 1 (1) 90-100.
- MONTERO, M. (1999). Los sonidos del silencio: Construcción y destrucción del otro en el discurso político. In C. KOHN y A. BOLÍVAR (Orgs.) *El discurso político venezolano. Un estudio multidisciplinario*. (pp. 17-32) Caracas: CEP-FHE-Tropikos.
- MONTERO, M. (2002a). Militarización de la política, politización de los militares. Un análisis psicopolítico. In L. MOLERO DE CABEZAS y FRANCO, A. (Orgs.) *El discursopolítico en las ciencias humanas y sociales*. (159-174). Caracas: Fonacit.
- MONTERO, M. (2002b). Del dicho al hecho. Análisis psicopolítico del primer año de gobierno de Hugo Chávez. Ponencia en las XI Jornadas Venezolanas de Psicología Social. Caracas, Venezuela: Mayo, 29 – Junio 1.
- ROMERO, M. G. (2002) Construcción lingüística de las estrategias de legitimación y deslegitimación en el discurso del presidente Hugo Chávez. In L. MOLERO DE CABEZAS y FRANCO, A. (Orgs) *El discurso político en las ciencias humanas y sociales*. (pp. 215-224). Caracas: Fonacit.

• Recebido em 18 de novembro de 2003.
• Aprovado em 10 de dezembro de 2003.

Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico

Characteristics and signification of rebellions in Brazilian prisons:
A study from journalistic material

Gilead Marchezi Tavares*

gilead.dindin@g.com.br

Paulo Rogério Meira Menandro**

menandro@escelsa.com.br

Resumo

Um fenômeno notório que se manifesta sistematicamente hoje, tendo sido bastante noticiado na imprensa e que, em alguns momentos, deixa perplexos os espectadores, são as rebeliões em prisões. O presente trabalho teve como objetivo investigar tal fenômeno das rebeliões em presídios brasileiros, descritivando suas características e discutindo seus possíveis significados no âmbito do sistema penitenciário, a partir de dados extraídos de matérias jornalísticas. Foram coletadas 391 notícias, totalizando 195 ocorrências de rebeliões em presídios brasileiros, noticiadas entre os anos de 1995 e 2000. Os dados coletados mostraram que uma das reivindicações mais presentes e, também, consequência comum das rebeliões foi a transferência de presos para outros estabelecimentos prisionais. Tal fato denota que a alternativa do governo para as negociações, a transferência de presos, foi institucionalizada como saída estratégica para diretores de prisões e rebelados. Para esses, parece servir como forma de ter acesso, por exemplo, a presídios mais fáceis de fugir ou mais próximos de familiares. Foi possível perceber que as rebeliões revelam, denunciam e caracterizam tentativas de modificações das condições carcerárias insuportáveis (tais como, superlotação carcerária, descontrole quanto ao andamento da pena, maus tratos, inexistência de programas de recuperação e adaptação social), e que, em algumas das instituições em que ocorrem, podem ser a única forma de reação possível por parte dos presos.

* Doutoranda em Psicologia pela UFES (bolsista da CAPES).

Endereço para correspondência: Rua Três Irmãos, n. 605, Vila Garrido, Vila Velha/ES, CEP: 29116-680. Telefone: (27) 3359-1736.

** Doutor em Psicologia (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES). Endereço para correspondência: Rua Constante Sodré, 869, ap. 201, Praia do Canto, Vitória/ES, CEP: 29055- 420. Telefone: (27) 3225-7165.

TAVARES, G. M. & MENANDRO, P. R. M. (2003). Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico. *Psicologia Política*, 3 (6), 225-246

Palavras-chaves

Rebelião, Presidiário, Violência, Prisões, Analise documental

Abstract

A notorious phenomenon which occurs systematically today, having been

quite reported in the news and that, in some occasions, leave the spectators astonished, are prison riots. This work investigated the phenomenon of Brazilian prison riots, describing its characteristics and discussing its possible meanings in the penitentiary system, from data extracted of journalistic news. News pieces amounting to 391 were collected, reporting 195 occurrences of riots in Brazilian prisons, published between 1995 and 2000. The data demonstrate that one of the most frequent demands and, also, common consequence of the riots was the transfer of inmates to another prison. Such fact denotes that the government alternative to negotiations, the inmate transfer, has been institutionalized as a strategic way out to prison directors and rioters. For the riotous prisoners, it seems to serve as a way to have access to, for example, less secure prisons or prisons that are closer to family. It was noticed that riots reveal, denounce and characterize attempts to change unbearable prison conditions (such as prison overcrowding, lack of organization with respect to prison sentences terms, mistreats, nonexistence of social recovery and re-adaptation programs), and that, in some of the institutions where they occur, can be the only possible form of reaction by the inmates.

Key-words

Riot, Inmate, Violence, Prisons, Documentary analysis

Introdução

A violência tem marcado o cotidiano das pessoas no Brasil atual, sobretudo por aparecer de forma enfática e sensacionalista no noticiário da imprensa. Uma das facetas dessa violência que hoje se manifesta sistematicamente é a rebelião em presídios. Tal tipo de incidente não pode ser tomado como mero acaso circunstancial, pois se configura como clara indicação da inviabilidade das condições carcerárias da forma como se apresentam no Brasil. As rebeliões são freqüentemente noticiadas pela imprensa e costumam deixar rastros de destruição, mortes e horror dentro e fora das prisões. Entendemos que, antes de detalharmos nosso estudo, uma pequena exploração histórica da pena de privação da liberdade se faz necessária.

Podemos dizer, com base em Menandro (1984), que o estudo das sociedades existentes há poucos séculos atrás revela que os homens desconheciam a noção de privação de liberdade como sanção penal, o que não quer dizer que as prisões sejam instituições sociais recentes. As prisões são conhecidas há milênios, mas tendo sempre uma função preventiva, cautelar, de garantir a possibilidade de aplicação da pena propriamente dita. Foi a partir do final do século XVIII que a prisão começou a ser o lugar próprio das execuções penais, pois, até então, ela possuía a função de garantir a aplicação da pena ou “excluir” da sociedade todos os indesejáveis perturbadores do bem e da ordem pública.

A nova idéia de prisão como sanção penal se consolida, então, em meados do século XIX, mas, de tão intimamente ligada à sociedade, parece ser antiga e fecha as lacunas onde alternativas poderiam emergir. Desde aquele século são levantadas questões a respeito da ineficácia e periculosidade das prisões e, no entanto, a afirmação de que são necessárias prevalece.

Para Foucault (1989) a prisão é justificada (na medida em que fracassa em seu objetivo formal, mas não deixa de existir), além de outros fatores, pelo fato de contribuir para a composição de uma ilegalidade, visível, isolada e fechada na delinqüência, útil à sociedade. O delinquente, apresentado à sociedade como portador de um mal imbatível, na medida em que seus comportamentos “desviantes” passam a configurar sua identidade (Piek, 1985), é qualificado e habilitado pela prisão, ao mesmo tempo em que se torna passível de controle e manipulação por parte do aparato policial e judiciário. Assim, “se algo de mal acontecer à sociedade, ela já sabe a quem responsabilizar, se algo de espúrio lhe convir, se conhece a quem recorrer” (Sá, 1996: 72).

Ao tomarmos como foco de atenção as pessoas que vivem nas instituições carcerárias podemos observar mais um aspecto importante desse sistema inserido na sociedade, e que concretiza, de forma dura, a violência do sistema sócio-econômico contra a maioria da população do país. Já no relatório oficial do IX Congresso Internacional da

TAVARES, G. M. & MENANDRO, P. R. M. (2004). Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico.

Defesa Social ocorrido em Caracas (Fragoso, 1977), aparece no tópico “Marginalidade e delinqüência” a conclusão fatídica de que, na América Latina, apenas as pessoas das classes de baixa renda sofrem a ação do Direito Penal, por meio do aparato policial-judiciário, enchendo as prisões e produzindo o estereótipo de criminoso primordialmente como sendo o de habitantes de bairros empobrecidos. Fragoso menciona, ainda, que o Direito, assim como qualquer outro mecanismo de controle social, é governado por preconceitos e estereótipos socialmente condicionados, concepção essa corroborada por Thompson (1983). Portanto, há uma seleção daqueles sobre os quais recará a aplicação do Direito Penal, não constituindo a população carcerária uma amostra representativa do conjunto total de infratores.

Rompendo com a explicação que se vale de uma equação simples entre crime e pobreza, assim como se vê difundida pela polícia e justiça brasileiras, Zaluar (1996) afirma que as atividades criminosas organizadas em torno do tráfico de drogas ilegais, enriquecem muito uns poucos (que já se encontravam no topo da pirâmide social e que dificilmente chegam às malhas da justiça), enquanto os trabalhadores “braçais” das organizações ilegais, esses sim pobres, morrem cedo e à mísma ou são capturados pela polícia.

A organização social dos presídios está pautada em relações sociais limítrofes de seres humanos submetidos a um regime de controle. Embora haja normas e hierarquia prescritas formalmente, a disposição de papéis e a organização interna das prisões fogem à ordem oficial (Thompson, 1976; Coelho, 1987; Castro, 1991). Thompson (1976), acredita que a interação entre esses dois modos de vida (o oficial e o interno-informal) gera o surgimento de conflitos, os quais requerem um processo de acomodação constante dos participantes da sociedade prisional nas relações entre si.

Assim, todos os participantes da sociedade interna da prisão, desde os condenados até a equipe dirigente, visto que estão em relação constante uns com os outros, sofrem os efeitos da “prisonização” (noção cunhada por Clemmer, citado por Thompson, 1976: 52), adotando os valores que vigoram intramuros.

O sistema social da instituição penal se encarregará de incluir o apenado, desde a sua chegada, na mais baixa posição social. O prisioneiro se empenhará em escolher estratégias de sobrevivência (Castro, 1991) e, na maior parte das vezes, accitará um papel inferior e procurará ao máximo se equilibrar entre o código formal e o informal, buscando as vantagens e evitando as punições que pode receber (Thompson, 1976).

No caso brasileiro, é possível falar, até mesmo, em uma adaptação prévia dos indivíduos das classes populares das periferias urbanas à instituição prisional. Além de serem freqüentemente “recrutados” pelo aparato policial-judiciário para habitar as cadeias, convivem diariamente com violações dos direitos civis e sociais comuns nos países em desenvolvimento.

Pode-se pensar que a entrada na prisão piora a situação do indivíduo, pois ele carregará, além dos problemas inerentes à condição de pobreza, o estigma de criminoso, o qual dificulta ainda mais sua inserção no mercado de trabalho e aumenta a chance de se tornar alvo de vigilância discriminatória de policiais.

Assim, as instituições de execução penal corrompem e despreparam os indivíduos para a vida livre, além de não operarem como instrumento intimidativo de crimes. O que proporcionam, de fato, é o castigo, cujo preço torna-se tão alto, a ponto de reverter-se em eterno, já que, uma vez alvo da sanção penal, o condenado estará sempre pronto a pagar mais penitências. Aí estão os motivos pelos quais a própria clientela (segundo Castro, 1991: 57) denomina a prisão de “universidade do crime”.

As leis brasileiras de execução penal são peças retóricas (Coelho, 1987; Herkenhoff, 1987; Adorno, 1991; Castro, 1991; Sarubbi e Rezende, 1997). Não há, nos estabelecimentos penais, devido à precariedade do sistema, condições mínimas que assegurem ao condenado direito à assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social ou, ainda, condições que garantam o cumprimento do dever de trabalhar do condenado. Não há sequer Comissão Técnica de Classificação ou mesmo aquela fiscalização precisa e rigorosa da Instituição e das penas dos presidiários que deveria ser realizada pelo Juiz da Execução, pelo Ministério Público e pelo Conselho Penitenciário. É interessante como a Lei de Execução Penal – LEP (Brasil, 1984) designa várias instâncias para supervisionar os estabelecimentos e serviços penais, parecendo prever a dificuldade de cumprir tal função. O complexo problema da pena de privação de liberdade, já demonstrou não poder ser解决ado pela lei, pois ela não condiz com a realidade social, política e econômica.

A idéia de preso reproduzida pela mídia e pelo senso comum não comporta o sistema prisional previsto pela lei, haja vista o estudo realizado por Caldeira (1991) em São Paulo que demonstra a vinculação da noção de direitos humanos a “regalias para bandidos”, encerrando uma opinião pública contrária aos direitos humanos. Além disso, pode-se acrescentar que, num país em que há uma alta taxa de exploração, é necessário que a situação da prisão seja muito pior que a situação dos simples desfavorecidos, isto é, “é preciso que a prisão seja terrível para que ninguém queira ir para lá” (Pinheiro, 1985: 67). Se a opinião pública é contrária a “benefícios” para presos, não se poderia esperar que passasse pelo interesse dos agentes políticos governamentais implantar o sistema previsto pela lei, cujo custo é elevadíssimo. Desse modo, é politicamente improvável a mudança na instituição penal, a não ser que se transforme toda uma forma de pensar o condenado e a pena.

A Organização Não-Governamental dos Ouvidores dos Direitos Humanos, Human Rights Watch (HRW, ca. 1998), assinala como questão imperante no sistema prisional a escassez de trabalhos para a população carcerária, a falta de oportunidades de educação, TAVARES, G. M. & MENANDRO, P. R. M. (2004). Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico.

ção e treinamento e, em estabelecimentos como delegacias de polícia, a limitação até mesmo da recreação. Tendo em vista que o trabalho é um fator crucial na redução de penas e, consequentemente, no livramento condicional, sua inexistência agrava o problema de superlotação.

A detecção, no relatório “O Brasil atrás das grades”, da HRW (ca. 1998), de que as exigências da LEP com relação à progressão de penas não têm sido postas em prática endossam a lista de agravantes para a superlotação e para a violência nos presídios. Normalmente, um preso que inicia sua pena no regime fechado deveria, após cumprir uma parte dela, ser transferido para um estabelecimento de regime semi-aberto e, consecutivamente, para outro de regime aberto até o seu retorno à sociedade. No citado estudo consta uma estimativa do Ministério da Justiça, de maio de 1998, de que 11,2% (cerca de 11.000 detentos) dos presos condenados no país estavam qualificados para a progressão da pena, embora poucos estivessem se beneficiando disso.

É em tal contexto que ocorrem os episódios que se apresentam hoje como grandes denunciadores do embarcoso sistema carcerário brasileiro: as rebeliões.

Em trabalho do ILANUD (1998) foram pesquisados 225 incidentes prisionais ocorridos entre 1994 e 1997, em São Paulo, noticiados pela imprensa como casos de motins ou rebeliões. Verificou-se a morte de 59 pessoas e ferimentos em outras 374. A maioria das mortes e dos ferimentos ocorreu entre os próprios presos (88% e 81%, respectivamente). Observou-se que os detentos mortos eram, primordialmente, presos das “celas de seguro”, local onde se colocam presos ameaçados. Os funcionários dos presídios aparecem como os reféns mais freqüentes nas rebeliões noticiadas. A Polícia Militar foi acionada para garantir a segurança externa ou invadir o estabelecimento para controlar a situação em 86 casos (38%). Em apenas 166 casos foi possível obter alguma informação sobre o motivo do incidente. Desses, quase metade dos casos (47,5%) foram classificados como “tentativas de fuga”. Vêm, em seguida, como responsáveis pelos motins, a superlotação (21%), as más condições do estabelecimento prisional (11,4%), os maus tratos (9,6%), a demora judiciária e as brigas (8,4% cada). A reivindicação mais freqüente foi a “transferência de presos”. Os resultados da pesquisa do ILANUD notificam que em 94 (71,2%) dos 132 incidentes em que havia explicitação de reivindicações ou exigências, os presos queriam transferências, seja de uma parcela dos próprios companheiros para atenuar a superlotação, seja dos líderes do movimento. Como consequência da rebelião, em forma de medida tomada após o incidente, percebeu-se que, na maioria absoluta dos casos analisados (77,7%), houve transferências de presos.

O estudo do ILANUD (1998), o único que conhecemos sobre rebeliões em prisões brasileiras, teve preocupação basicamente descritiva. Sendo assim, entendemos que seria promissor retomar o tema das rebeliões em prisões em estudo de maior

fôlego, com objetivo de descrever de forma mais detalhada as características das rebeliões, suas causas e consequências, e discutir seus possíveis significados no âmbito do sistema carcerário e das experiências pessoais dos habitantes de tal sistema.

Metodologia

Desta forma, realizamos uma pesquisa documental com dados extraídos do jornal “Folha de São Paulo” (FSP), de âmbito nacional e com bastante crédito no tocante à apuração de informações e à veracidade dos fatos noticiados. Foram utilizadas notícias de rebeliões ou motins em penitenciárias, casas de detenção e cadeias públicas brasileiras, ocorridos entre 1995 e 2000. A intenção do trabalho foi compreender fatores envolvidos nas rebeliões protagonizadas por presos condenados pela justiça à pena de reclusão, porém, como é de conhecimento público que muitos presos cumprem penas em estabelecimentos impróprios no Brasil, decidimos incluir no levantamento as casas de detenção e as cadeias públicas (estas últimas por existirem em grande número em São Paulo), unidades onde detentos aguardam julgamentos ou estão em prisão preventiva. Excluímos apenas os distritos policiais, que, apesar de possuírem condenados, constituem a porta de entrada no sistema carcerário, por ela passando todas as pessoas capturadas pela polícia, muitas delas libertadas poucas horas depois.

Para efeito desta pesquisa, consideramos como rebelião ou motim todos os incidentes prisionais assim noticiados pela imprensa. Podemos descrevê-los como insubordinações por parte dos presidiários às regras e às autoridades da instituição prisional na qual se encontram, transformadas em momentos de crise, freqüentemente com seqüestro de reféns, uso ou ameaça de violência física e formulação (muitas vezes mal organizada) de lista de reivindicações. Não coletamos informações de incidentes que se resumiam a fuga ou tentativa frustrada de fuga de detentos, a não ser que esses acontecimentos tenham produzido o amotinamento.

O roteiro seguido na coleta de dados inclui: a) data da ocorrência da rebelião; b) estabelecimento carcerário; c) local em que se situa o estabelecimento; d) total de notícias sobre o mesmo fato; e) motivo gerador da rebelião e/ou reivindicações feitas pelos rebelados; f) existência, número e tipo de reféns; g) ocorrência de intervenção policial; h) razões de desfecho e/ou consequências; i) número de feridos (especificando presos, reféns e policiais); j) número de mortos (especificando presos, reféns e policiais).

Tais dados poderiam, possivelmente, ser obtidos em documentos próprios das Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária. Em virtude da extensão deste trabalho (que objetivou conhecer características de rebeliões ocorridas em todo o TAVARES, G. M. & MENANDRO, P. R. M. (2004). Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico.

Brasil) ficou inviável a coleta de dados por tal itinerário, uma vez que a entrada nas secretarias e a requisição de documentos desta natureza ficam submetidas à ciência e à aprovação dos secretários, o que tornaria muito lento o processo.

Evidentemente, o conjunto de reflexões sobre as rebeliões que desenvolvemos não está inteiramente apoiado nos conteúdos das notícias, ponto a ponto, até porque as notícias são limitadas. De qualquer forma, as notícias são o ponto de partida e, simultaneamente, o pano de fundo para as nossas considerações.

Resultados e Discussão

Descrição geral dos casos noticiados entre 1995 e 2000

Foram coletadas 391 notícias, totalizando 195 ocorrências de rebeliões em prisões brasileiras, entre os anos de 1995 e 2000. Desses, 137 aconteceram em São Paulo e 58 em outros estados. São Paulo é o estado brasileiro que concentra o maior número de presos e de estabelecimentos prisionais do país segundo dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) da Secretaria Nacional de Justiça, em dezembro de 2000 (Ministério da Justiça, 2000). Assim, não é de se estranhar o número elevado de rebeliões em relação aos outros estados da federação.

Das notícias coletadas no jornal, obtivemos uma lista de 102 presídios brasileiros que foram palco de rebeliões nesses últimos seis anos.

Entre as 137 ocorrências de rebeliões no Estado de São Paulo, 46 (33,6%) foram registradas em instituições carcerárias da Grande São Paulo, sendo que só o Complexo Penitenciário do Carandiru responde por 10,9% desse total. É interessante destacar um aspecto que pode indicar uma tendência: quando comparamos 1995/1996/1997 com o triênio seguinte, encontramos uma diferença expressiva. Nos três primeiros anos do sexênio, as rebeliões ocorridas na Grande São Paulo representam 40,9% do total de rebeliões no período, no Estado de São Paulo. Nos três últimos anos (1998/1999/2000), as rebeliões ocorridas na Grande São Paulo representam apenas 22,4% do total ocorrido no Estado de São Paulo no mesmo período. Isso, provavelmente, deve-se a três fatores principais: a) aumento de instituições carcerárias sediadas no interior; b) deterioração progressiva do funcionamento de tais instituições; c) presença cada vez mais comum de detentos trazidos de outras instituições, inclusive da Grande São Paulo, como consequência da intensificação da prática de transferências (preventivas, punitivas e pactuadas).

Quanto às rebeliões ocorridas em outros estados que não São Paulo, verificamos que cerca de dois terços delas ocorreram em instituições das capitais ou em seus entornos.

Motivos geradores das rebeliões e/ou reivindicações explicitadas

Os motivos geradores das rebeliões e/ou reivindicações explicitadas noticiadas pelo jornal foram agrupadas em categorias e estão expostas na Tabela 1.

Raramente, nas rebeliões, aparecia um único motivo gerador ou uma única reivindicação, ou seja, as rebeliões se iniciaram, na maior parte das vezes, por motivos conjugados. Na Tabela 1, a seguir, pode-se observar a freqüência de ocorrência das categorias de motivos geradores e/ou reivindicações e a porcentagem de cada uma delas, relativa ao número total de ocorrências de rebeliões em São Paulo e, separadamente, em outros estados brasileiros. Os percentuais de ocorrência de cada motivo gerador ou reivindicação foram calculados tomando como base o total de rebeliões, e por isso a soma de percentuais ultrapassa 100%.

TABELA 1
Freqüências e Porcentagens de Ocorrências por Motivos Geradores de Rebeliões e/ou Reivindicações Explicitadas

Motivo Gerador / Reivindicação	SÃO PAULO*		OUTROS**		TOTAL***	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Superlotação	24	17,5	04	6,9	28	14,4
Sistema de visitas	18	13,1	05	8,6	23	11,8
Assistência social	08	5,8	03	5,2	11	5,6
Tortura	03	2,2	06	10,3	09	4,6
Assistência jurídica	17	12,4	12	20,7	29	14,9
Tentativa de fuga	31	22,6	12	20,7	43	22,1
Viabilização de fuga	04	2,9	01	1,7	05	2,6
Condições para fuga	03	2,2	15	25,9	18	9,2
Banho de sol	06	4,4	04	6,9	10	5,1
Comida	05	3,6	02	3,4	07	3,6
Afastamento da direção	02	1,5	06	10,3	08	4,1
Melhorias no presídio	04	2,9	04	6,9	08	4,1
Briga entre presos	04	2,9	02	3,4	06	3,1
Disputa de comando	06	4,4	01	1,7	07	3,6
Greve de funcionários	01	0,7	02	3,4	03	1,5
Transferência	57	41,6	16	27,6	73	37,4
Outros	20	14,6	09	15,5	29	14,9
Não explicitado	14	10,2	03	5,2	17	8,7

*O total de rebeliões ocorridas em São Paulo, utilizado como base de cálculo para as porcentagens, foi de 137.

**O total de rebeliões ocorridas em outros estados brasileiros, utilizado como base de cálculo para as porcentagens, foi de 58.

***O total de rebeliões noticiadas pelo Jornal Folha de São Paulo entre os anos de 1995 a 2000, somatória das ocorridas em São Paulo e nos outros estados brasileiros, foi de 195.

É notável a incidência do pedido de transferência, principalmente em São Paulo, na lista de reivindicações em ocasiões de motim. Além de ser uma reivindicação cujo atendimento é cabível nas negociações (segundo um manual adotado pelas direções de presídios, revelado por Marques, 1999), transforma-se em necessidade para alguns presos após a irrupção do incidente e saída estratégica para outros, na medida em que podem evitar grupos rivais ou ir ao encontro de grupos afins, mudar para prisões mais fáceis de fugir, e mesmo para ficar mais perto de familiares. A incidência elevada, também, da reivindicação de assistência jurídica adequada indica a necessidade de que o próprio aparelho judiciário faça valer as leis.

Um indício da importância atribuída à vida social pelos presos é a freqüência da categoria sistema de visitas como motivo gerador e/ou reivindicação de rebelião. Sabemos que a visitação aos presídios é o elo de ligação do detento com a vida social e familiar. Nesse sentido, através do sistema de visitas, o preso procura manter o sentimento de que faz parte do seu universo social de origem e de que tem algum controle sobre as pessoas que integram o núcleo familiar, como esposa e filhos, na tentativa de resguardar sua individualidade e afirmar a sua identidade (inclusive identidade masculina ou feminina, de pai ou de mãe, de filho ou de filha). Como muitos são condenados em plena juventude, com 18, 19 ou 20 anos, é fácil imaginar os impactos de uma pena de reclusão na construção da identidade sexual de cada um.

Há, ainda, a possibilidade de que o generoso sistema de visitas brasileiro (assim reconhecido pela ONU e pela HRW) propicie ou facilite a corrupção inegavelmente existente no sistema carcerário, o que também não deixa de ser um elo com o mundo exterior, porém mais precisamente com a vida do crime, na medida em que a corrupção, por meio do sistema de visitas, pode possibilitar a entrada de drogas, armas, aparelhos de comunicação ou mesmo a obtenção de regalias como visitas íntimas e visitas suspeitas de pessoas não aparentadas para alguns.

A tentativa frustrada de fuga aparece como grande causadora de rebeliões ao lado dos protestos contra a superlotação. Pudemos notar, a partir da leitura dos noticiários, que as tentativas frustradas de fuga, tanto em São Paulo quanto nos outros estados brasileiros, como motivo gerador das rebeliões, estavam relacionadas com a incidência das categorias transferência, superlotação e condições para fuga. As tentativas frustradas de fuga comumente se revertiam em protestos contra a superlotação e resultavam, freqüentemente, em reivindicação de transferências de presos para outros estabelecimentos prisionais, em São Paulo, ou em reivindicação de condições para fuga, nos outros estados brasileiros. Parece evidente o fato de que as possibilidades de um fugitivo das prisões paulistas ser capturado pela polícia logo após a empreitada realizada “às claras”, com carros e armas concedidas na rebelião, é bem maior do que o que se pode esperar em outros estados brasileiros, principalmente se ocorrer fora das capitais.

Nos outros estados da federação a reivindicação de condições para fuga, após uma tentativa frustrada de fuga, aparece mais freqüentemente do que em São Paulo. A incidência da reivindicação de condições para fuga nos estados brasileiros, à exceção de São Paulo, pode estar relacionada com uma probabilidade maior dos presos (sempre homens) obterem sucesso no empreendimento (não só por terem a reivindicação aceita, como também por não serem alcançados pela polícia).

Na comparação com outros estados é possível perceber que, em São Paulo, é quase inexistente a reivindicação de afastamento de diretor de presídio. Isto resulta, provavelmente, de uma história reiterada de negativa de atendimento ao longo de muitos anos, o que sinalizou com clareza a inviabilidade de tal pretensão por parte dos detentos.

Algumas reivindicações, como celas individuais, cursos profissionalizantes e trabalho, sequer são cogitadas nas reportagens. Isso, para não falar de outras reivindicações inexistentes nas condições de pequena politização formal das prisões brasileiras, mas que aparecem em listas de reivindicações ligadas a rebeliões nos Estados Unidos. Como ilustração, podemos citar dois exemplos: 1) direito de resistência a tentativas coercitivas de mudanças de comportamento através de cirurgia cerebral, estimulação elétrica do cérebro, terapias aversivas, hormônios ou técnicas comportamentais; e 2) direito de estar livre de discriminação racial, étnica e sexista (transcrito de Eitzen e Timmer, 1985: 501). Outras reivindicações, no entanto, parecem estar sempre na ordem do dia como já vimos, por exemplo, transferência para outros presídios e assistência jurídica. Tendo em vista que essas últimas reivindicações são as que o Governo aceita negociar (Marques, 1999), tem-se a impressão de que, nas rebeliões, acontece um jogo de cartas marcadas, ainda que jogado sem caracterizar mera representação de papéis e, por isso, os limites do que poderia ser considerado como situação sob controle é, às vezes, ultrapassado com consequências desastrosas.

Razões de desfecho e/ou consequências das rebeliões

O item do roteiro referente às razões de desfecho e/ou consequências da rebelião foi dividido em três categorias de análise para uma melhor compreensão dos dados, são elas: finalizações negociadas, forçadas e ocultadas. Às rebeliões cujo fim se deu após algum acordo, atendimento de reivindicações ou promessa de atendimento nos referimos como sendo de finalização negociada; aquelas que se dissiparam por repressão policial ou por rendição dos presos chamamos de rebeliões com finalizações forçadas; e, denominamos como sendo de finalização ocultada os motins cujas razões de desfecho não tinham esclarecimento no jornal, ou seja, não havia explicitação a respeito do desfecho ser fruto de acordo entre os presos e as autoridades responsáveis ou se ocorreu por represália aos presos rebelados. Tais categorias foram ainda subdivididas para

TAVARES, G. M. & MENANDRO, P. R. M. (2004). Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico.

que se pudesse considerar uma gama maior de informações acerca de desfechos bastante interessantes para a interpretação dos dados, tal como pode ser visto na Tabela 2.

A transferência negociada aparece como o principal acontecimento associado à finalização das rebeliões, tendo sido acordada entre negociadores e líderes de rebeliões em 32,3% dos casos. Também pudemos observar transferências de presos nos desfechos forçados e nos casos em que a razão do desfecho não foi explicitada, mas algumas consequências foram mencionadas. Se somarmos as finalizações negociadas e ocultadas em que as transferências aparecem nas notícias, teremos 37,9% de motins que acabaram com remoção de presos, o que corrobora a idéia de que as rebeliões passam a impressão de um jogo de cartas marcadas, ou seja, os presos pedem o que sabem que podem ganhar (e isso, certamente, é um dos componentes políticos das rebeliões).

Tabela 2

Razões de Desfecho e/ou Conseqüências	São Paulo*		Outros**		Total***		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Negociadas	Transferências	53	38,7	10	17,2	63	32,3
	Mudanças no sistema de visitas	05	3,6	02	3,4	07	3,6
	Deposição de diretor	00	-	05	8,6	05	2,6
	Conversa amigável	01	0,7	01	1,7	02	1,0
	Negociação obscura	03	2,2	00	-	03	1,5
	Condições para fuga	00	-	03	5,2	03	1,5
	Assistência jurídica	03	2,2	04	6,9	07	3,6
	Assistência social	03	2,2	01	1,7	04	2,1
	Retorno de diretor	00	-	01	1,7	01	0,5
	Banho de sol	01	0,7	01	1,7	02	1,0
	Comida de melhor qualidade	02	1,5	00	-	02	1,0
	Apuração de maus tratos e tortura	02	1,5	02	3,4	04	2,1
	Pagamento de salários atrasados	01	0,7	00	-	01	0,5
	Promessa de não haver represália	02	1,5	01	1,7	03	1,5
Forçadas	Implantação de telecursos	00	-	01	1,7	01	0,5
	Liberação do uso de aparelhos eletrônicos	00	-	01	1,7	01	0,5
	Melhorias no espaço físico/acomodações	00	-	01	1,7	01	0,5
	Rendição	19	13,9	07	12,1	26	13,3
Ocultadas	Rendição e transferências	04	2,9	00	-	04	2,1
	Repressão violenta	05	3,6	11	19,0	16	8,2
	Repressão violenta e transferências	02	1,5	00	-	02	1,0
	Transferências	10	7,3	01	1,7	11	5,6
Ocultadas	Fim de greve de funcionários	00	-	02	3,4	02	1,0
	Deposição de diretor	00	-	01	1,7	01	0,5
	Chegada de promotor	00	-	01	1,7	01	0,5
	Acordo	07	5,1	03	5,2	10	5,1
	Morte de presos	00	-	01	1,7	01	0,5
	Não explicitadas	24	17,5	14	24,1	38	19,5

*O total de rebeliões ocorridas em São Paulo, utilizado como base de cálculo para as porcentagens, foi de 137.

**O total de rebeliões ocorridas em outros estados brasileiros, utilizado como base de cálculo para as porcentagens, foi de 58.

***Total de rebeliões noticiadas pelo Jornal Folha de São Paulo entre os anos de 1995 a 2000, somatória das ocorridas em São Paulo e nos outros estados brasileiros, foi de 195.

Em 48 das ocorrências analisadas (24,6%) as finalizações forçadas apareceram como consequências típicas das rebeliões. Acreditamos que, para a população, o que aparece nos jornais a respeito das rebeliões (longas negociações, violências, destruição, transferências, invasão policial, reivindicações) é percebido, muito provavelmente, inclusive em função de estereótipos sobre bandidos e sobre presidiários, como arruaça de indivíduos que, além de serem criminosos condenados, ainda querem privilégios e mordomias. Nenhum noticiário sobre rebeliões em prisões assume posição simpática às reivindicações, mesmo em casos de presídios deteriorados em todos os aspectos. As reportagens da imprensa mais criteriosa incorporam uma postura de conveniente neutralidade, enquanto as reportagens da imprensa sensacionalista desqualificam os detentos, cobram mais repressão e aplaudem as soluções violentas.

Como as transferências aparecem com muita freqüência, procuramos detectar nos noticiários o percurso realizado pelos presos removidos após as rebeliões. Não é possível conhecer, por informações disponíveis no Jornal Folha de São Paulo, o destino de todos detentos transferidos após as rebeliões em que houve a remoção e nem a continuidade de seus percursos pelo sistema penitenciário, ou seja, não podemos afirmar se os presos transferidos para um determinado estabelecimento após o término de um motim já haviam estado antes em outra unidade de onde também haviam sido removidos por qualquer outra razão. Ainda assim foi possível chegar a três conclusões sobre tal assunto: 1) em metade dos casos a transferência de detentos foi feita para mais de uma instituição, o que pode indicar estratégia de fragmentação de lideranças; 2) curiosamente das 30 instituições que receberam transferidos, 23 estão entre aquelas nas quais foram registradas rebeliões nos últimos 6 anos, o que sugere que poderia ser interessante verificar se são instituições nas quais ocorrem muitas fugas (informação da qual não dispomos); 3) comparação do sentido da rota das transferências entre a Grande São Paulo e interior não revelou qualquer regularidade que chame a atenção.

Invasão policial

Muitos casos de rebelião resultam em ferimentos e mortes. Dentre os casos analisados, foram observados ferimentos e/ou mortes em 87 rebeliões, o que representa 44,6% do total de ocorrências noticiadas. Entre as 87 rebeliões em que foram noticiados ferimentos e/ou mortes, houve 28 ocorrências de motim em que também foi noticiada a intervenção policial, totalizando 32,2% das rebeliões com violência física como consequência, fato que consideramos relevante se ponderarmos que a intervenção policial foi relatada pela imprensa em 38 ocorrências analisadas. A intervenção policial se dá através da invasão do presídio em revolta por grupos especiais da Polícia Militar ou Polícia Civil para a contenção dos amotinados, quando esgotados os canais

de negociação, na tentativa de restabelecer a ordem e preservar a integridade física dos reféns e dos presos. Embora o fato de haver feridos e mortos aparentemente não possa ser relacionado com a invasão policial, pois as razões de desfecho nem sempre se deram por repressão violenta nesses casos, é notável que em 73,7% dos casos de intervenção analisados tenha havido violência física, isto é, ferimentos e mortes que, quando a polícia não foi capaz de evitar, ela própria provocou.

Os 38 casos de invasão policial ocorreram com maior incidência associados às tentativas de fuga (9 casos/23,7%), embora também ocorressem associados aos casos de reivindicações de assistência jurídica (5 casos/13,2%), de mudanças no sistema de visitas (4 casos/10,5%) e de fornecimento de condições para fuga (4 casos/10,5%).

Houve casos de intervenção que resultaram em desfecho acordado (6 casos/15,8%), sendo que em cinco deles o acordo foi a transferência de presidiários. De forma previsível, considerada a realidade dos presídios e da atuação policial, grande parte das invasões resultou em repressão violenta (16 casos/42,1%) e rendição dos rebelados (14 casos/36,8%).

Em 17 casos (44,7%) de invasão policial do estabelecimento em rebelião havia reféns seqüestrados pelos amotinados, sendo que em 7 ocorrências (41,2% dos casos de invasão em que havia reféns) os reféns eram funcionários. Nada surpreendente já que os funcionários são, do ponto de vista estratégico, os reféns ideais para os presos. No estudo do ILANUD (1998) foi suposto que os funcionários são uma espécie de refém qualitativamente melhor, na ótica dos amotinados, por valerem mais, nas negociações, como moeda de troca.

Mortos e feridos

Nos últimos seis anos a imprensa noticiou a morte de 168 pessoas, entre presos, reféns e policiais, nas ocasiões de motim carcerário e mais 349 feridos. Os presos são a categoria mais atingida, com 156 mortos e 293 feridos. Os reféns abatidos em rebelião, pelos dados analisados, somam 9, tendo saído com ferimentos outros 34. Quanto aos policiais, as notícias registraram a morte de 3 em rebeliões, além de outros 22 feridos.

Familiares e amigos dos detentos, quando estão entre os reféns feitos por ocasião de visitas, raramente são mortos ou feridos. Tal tipo de cuidado é fomentado por uma “ética interna” de não colocar inocentes em risco e é revelador da importância e do valor dado à preservação dos vínculos familiares e de amizade, os mais evidentes e permanentes elos com o mundo externo.

Comentários finais

Algumas interpretações são possíveis a partir do levantamento de dados exposto até aqui. Embora tenhamos clareza de que não é possível inferir verdades cabais sobre o TAVARES, G. M. & MENANDRO, P. R. M. (2004). Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico.

que significa uma rebelião do ponto de vista do sistema carcerário, ou o que a rebelião revela da instituição carcerária brasileira, somente com a análise dos dados coletados e organizados pela presente pesquisa, sabemos que algumas considerações conclusivas são possíveis e/ou pertinentes e/ou verossímeis, podendo apontar alternativas de pensamento e ampliar o conhecimento científico acerca do fenômeno das rebeliões nas instituições prisionais.

As rebeliões sobre as quais recolhemos informações apresentaram características bastante variadas e idiossincrásicas, desenhando ampla gama de significações que dificultam a formação de um estereótipo do incidente. Percebemos que, até quando os motivos geradores ou as reivindicações são os mesmos em rebeliões diversas, elas podem possuir significados diferentes. Nesse sentido, pensamos que uma relação dos motivos geradores de rebeliões e/ou das reivindicações associadas a tais rebeliões, construída a partir de informações constantes do material jornalístico examinado, não pode ser tomada como resposta exata e única à indagação sobre significados e funções das rebeliões carcerárias. Essas informações, não obstante, indicam características das rebeliões, do sistema carcerário e da vida em condições de privação de liberdade. São informações que permitem a detecção de eventuais regularidades e inter-relações, além de fornecerem pistas importantes que servem para nos alertar sobre a necessidade de tentar compreender as rebeliões considerando a possibilidade de estarem em jogo múltiplos fatores.

Já de início, é possível perceber que as reivindicações associadas às rebeliões revelam, denunciam e caracterizam tentativas (desesperadas e, às vezes, contraproducentes) de modificações das condições insuportáveis de:

- superlotação carcerária;
- alimentação precária e de má qualidade;
- maus tratos, torturas (envolvendo tanto funcionários quanto "detentos chefões") e isolamentos;
- riscos à saúde;
- aumento do "custo" pessoal das exigências impostas pela corrupção no sistema carcerário;
- desmandos da direção;
- descontrole quanto ao andamento do cumprimento das penas;
- inexistência ou insuficiência de programas de recuperação para novas oportunidades de convivência e adaptação social;
- abusos e manipulações em torno do controle das visitas de parentes e amigos.

É notável, no entanto, que as rebeliões não têm acarretado mudanças estruturais objetivas no sistema carcerário. Grande parte das rebeliões ou têm como reivindicação a transferência de presos para outros estabelecimentos prisionais, ou acabam em transferências. Estas promovem um rodízio de presos pelo sistema carcerário que modifica

apenas circunstancialmente a organização social da prisão. A forma como está firmada e disposta a instituição carcerária brasileira continua a mesma após as rebeliões, na medida em que está sempre pronta para novas rebeliões, promovidas por outros presos da unidade ou por presos provenientes (por transferências) de outros estabelecimentos. É evidente que uma função política de tais rebeliões está sendo ensaiada o tempo todo, mas é marcadamente dificultada pela vida desprovida de cidadania em instituição instável ao extremo.

Como a transferência, como já foi dito, é uma das poucas reivindicações que podem ser negociadas com o governo (Marques, 1999) e, muitas vezes, uma necessidade gerada pelo próprio andamento da rebelião (ILANUD, 1998), ela parece fazer parte do sistema penitenciário, quase como um "direito adquirido" mal regulamentado. No Estado de São Paulo, especialmente, a freqüência de transferências como consequências de incidente é exorbitante. Antes, alternativa do governo para as negociações, hoje, institucionalizada como saída estratégica para os rebelados e diretores de prisões, a transferência parece servir como forma de ter acesso a:

- presídios em que a corrupção é maior;
- presídios dos quais é mais fácil fugir;
- presídios nos quais estão detentos afetivamente mais próximos;
- presídios mais próximos de familiares;
- presídios com melhores instalações físicas;
- presídios em que as práticas violentas não são a regra.

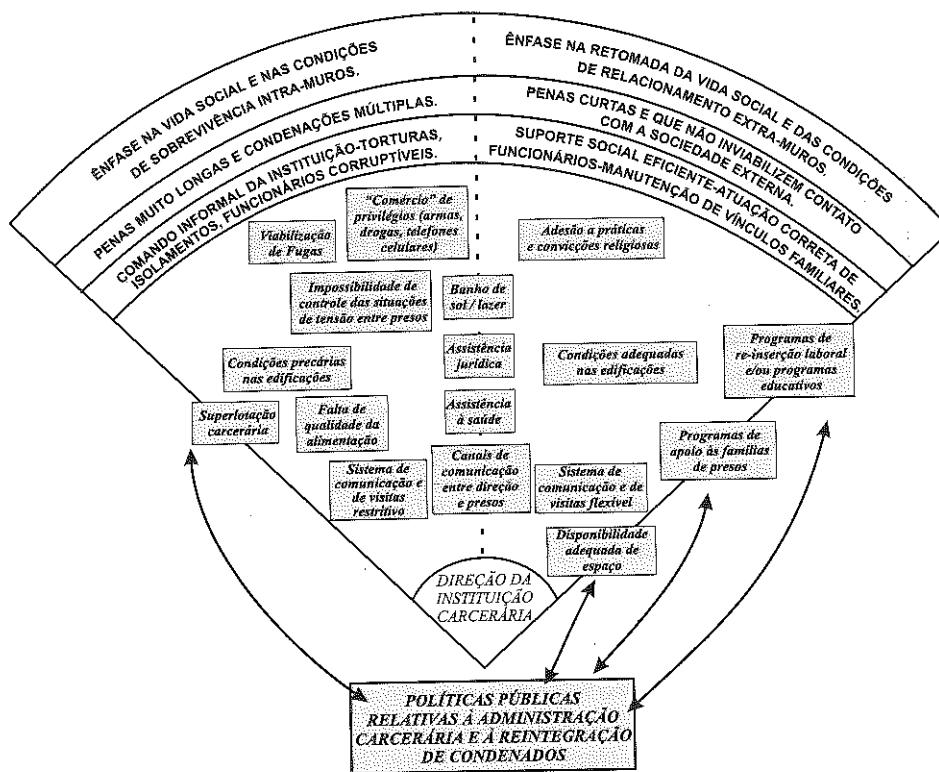
Se as possibilidades acima sugeridas não se aplicarem a algum caso em particular, isso não é problemático. É possível considerar que, por razões que mesclam aspectos pessoais, defensivos, estratégicos e de simples busca de algum mínimo sinal de que as coisas podem mudar, a transferência pode ser desejada como forma de ter acesso a qualquer coisa que seja diferente disso aqui.

É como parte dessa "lógica" que as rebeliões podem significar, ainda, através da reunião de presos em grupos para a organização prévia do motim e da transferência que produz, possibilidades de vivenciar experiências em outros presídios, com variados propósitos. Em outras palavras, as rebeliões podem servir a propósitos pessoais (exploratórios e talvez erráticos) de alguns presos (mais provavelmente daqueles que não se apresentam orientados para a reconstrução de suas vidas após o cumprimento das penas), visando aumentar a chance de experimentarem maior variabilidade de situações, de apostar, pela adesão a qualquer oportunidade, na possibilidade de mudanças nas condições em que estão vivendo e, com isso, convencerem-se a si mesmos de que suas vidas provisoriamente encerradas atrás das grades não estão definitivamente encerradas no mundo. Dito ainda de outra forma, mesmo sob condições bastante adversas, esses presos procuram com as rebeliões perseguir o propósito de justificativares, G. M. & MENANDRO, P. R. M. (2004). Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico.

rem suas vidas, de construírem significados em torno de suas biografias, tal como fazem qualquer ser humano “em liberdade”, e adicionalmente, no caso dos homens, com o propósito de afirmarem vigor, esperteza, masculinidade e, com isso, continuarem acreditando na autonomia perdida. Na visão de quem está de fora, pode parecer ilógico, mas qual lógica deve presidir a movimentação de quem não vê saída ou não sabe o que fazer se chegar a sair? Qualquer coisa diferente do que estava vigorando imediatamente antes pode ser melhor, e isso é lógico.

Nesse ponto apresentamos um diagrama que resume graficamente as possíveis relações entre características das prisões e dos presos nas condições brasileiras, facilitando uma retomada da discussão de alguns pontos de interesse para melhor compreensão das rebeliões. O diagrama pode ser visto a seguir:

Figura 1 – Relações Entre as Características das Prisões e dos Presos



Os elementos mais próximos do vértice do leque são aqueles sobre os quais a direção da instituição tem mais controle, mais poder de interferência. Alguns dos elementos representados não dependem apenas da direção, pois estão também vinculados às políticas públicas relativas à administração carcerária e à reintegração de condenados.

O lado direito do leque inclui condições que, apesar de todo o caráter negativo do encarceramento, podem contribuir para alguma transformação pró-social do preso. Em outros termos, se as condições de vida na prisão não são degradantes, se estão em funcionamento programas educativos e laborais, se o preso se percebe como alvo de preocupação em termos de suporte social, se existe chance real de manutenção de vínculos familiares, se o corpo de funcionários age de forma profissional e não corrompida, pelo menos os detentos que não tenham seu contato com a sociedade externa inviabilizado, tenderão a enfatizar a possibilidade de retomar uma vida social.

O lado esquerdo do leque inclui um conjunto de situações (condições carcerárias degradantes, corrupção e comércio de privilégios, violência em vários níveis) que aumenta a chance de detentos, principalmente aqueles cujo cumprimento da pena envolve um longo prazo, enfatizarem, como única possibilidade de projeto pessoal, a garantia de condições que permitam a sobrevivência dentro da instituição carcerária. As rebeliões são tanto mais prováveis quanto mais próximas as condições de uma prisão qualquer estiverem das condições retratadas no lado esquerdo do leque.

Numa situação extrema em que a direção compactua com as práticas dos funcionários corruptos, aumentando o poder do comando informal da prisão, todo o leque se achata e as distinções propostas perdem a clareza.

Não cabe um paralelo com movimentos sociais, engendrados num processo histórico, nos quais aparecem canalizadas reivindicações explicitadas a partir de um processo comunitário e dirigida a alvos específicos (instituições, governantes, imprensa) que estão no controle de processos decisórios capazes de atender às reivindicações. As rebeliões, como as informações constantes das notícias indicam, não podem ser comparadas com movimentos sociais, mas sim caracterizadas como incidentes reativos. Em algumas das instituições nas quais ocorrem, podem ser a única forma de reação possível.

A maior parte dos brasileiros encarcerados em prisões comuns viveu em condições similares, partilhando o mesmo conjunto de carências, de mazelas, de falta de qualquer horizonte de perspectivas, de “privação de poder de ação e representação” (expressão usada por Wanderley, 1999). Tais detentos nasceram e foram criados nessa realidade e muito cedo se envolveram nos episódios que culminaram na sua detenção. É certo que outros jovens nascidos e criados naquelas mesmas condições não reagirão da mesma forma a essa realidade que pode ser bem caracterizada como sendo de exclusão. Isso é compreensível uma vez que:

A dialética inclusão/exclusão gera subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (Sawaia, 1999a : 09).

Quando um indivíduo vivendo e sofrendo a exclusão torna-se um infrator típico, as condições excludentes continuam intactas na organização social. Quando ele se torna um presidiário típico (caso não tenha se tornado antes um típico jovem infrator assassinado – uma exclusão literal), as condições excludentes continuam intactas na organização social e se fazem presentes também, ainda que de outras formas, nas relações sociais travadas na instituição do encarceramento. Quando ele cumpre sua pena e se torna um ex-presidiário típico, a sociedade à qual ele deverá retornar ainda mantém suas condições excludentes intactas. O que estamos querendo dizer é que a prisão, nas condições brasileiras, até pode mudar alguma coisa no indivíduo que nela vive, mas não altera a perspectiva com a qual o detento convive, de que as condições sociais do seu passado estarão novamente presentes em seu futuro.

Por isso faz pouco sentido, em nossa realidade, pensar na prisão como mecanismo de re-inclusão. Ela acaba funcionando, por ainda acrescentar um elemento de estigmatização, como um mecanismo “oficializador” da exclusão, como um atestado de exclusão com firma reconhecida. Estar na prisão e agir com propósito, construir projetos, é pouco provável. Parece mais provável apenas ser levado à reação ocasional ou ser coagido.

A vivência da exclusão é tão marcante, tão impregnadora das relações sociais, que anula a própria distinção entre estar na rua e estar na prisão, redimensionando a idéia de liberdade de ir e vir. Dizemos isso tomando como base uma constatação de Sawaia (1999b), a partir de um estudo com moradores de rua. Registra a autora:

O sofrimento deles revela o processo de exclusão afetando o corpo e a alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome. O brado angustiante do eu quero ser gente perpassa o subtexto de todos os discursos. E ele não é apenas o desejo de igualar-se, mas de distinguir-se e ser reconhecido (p.115, itálicos no original).

Acreditamos que o mesmo texto poderia se aplicar aos presos, inclusive porque as rebeliões também podem ser entendidas, entre outros significados já mencionados, como o brado angustiante do eu quero ser gente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. (1991). Sistema penitenciário no Brasil. Revista USP, (9), 65-78.
- BRASIL. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal..
- CALDEIRA, T. P. R. (1991). Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? Desventuras da democratização brasileira. Novos Estudos, (30), 162-174.
- CASTRO, M. M. P. (1991). Ciranda do medo. Revista USP, (9) 57-64.
- COELHO, E. C. (1987). A oficina do diabo; crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ.
- EITZEN, D. S. & TIMMER, D. A. (1985). Criminology. New York: John Wiley and Sons.
- FOUCAULT, M. (1989). Vigiar e punir. 7^a ed. Petrópolis: Vozes.
- FRAGOSO, H. (1977). Direito penal e direitos humanos. Rio de Janeiro: Forense.
- HERKENHOFF, J. B. (1987). Crime, tratamento sem castigo. Petrópolis: Vozes.
- HUMAN RIGHTS WATCH, HRW. Relatório: O Brasil atrás das grades (online), [ca. 1998]. Disponível em: <<http://hrw.com>>. Acesso em: 09 fev. 2001.
- ILANUD. (1998). Incidentes prisionais: principais características e formas de evitá-los. Revista do ILANUD (São Paulo), (9), 16-39.
- MARQUES, J. B. A. (1999). Gerenciamento de crises no Sistema Prisional. Revista do ILANUD (São Paulo), (5), 1-20.
- MENANDRO, P. R. M. (1984). A questão carcerária: um problema técnico? Arquivos Brasileiros de Psicologia (Rio de Janeiro), (3) 62-89.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. *Dados Consolidados – Total Brasil*. Dezembro de 2000 (online). Disponível em: <<http://depen.com>>. Acesso em: 07 fev. 2001.
- PIEK, N. (1985). Os cárceres na Europa: a experiência holandesa. In: QUEIROZ, J. J. (Org.). As prisões, os jovens e o povo. São Paulo: Paulinas.
- PINHEIRO, P. S. (1985). Algumas considerações sócio-políticas sobre presos e prisões. In: QUEIROZ J. J. (Org.). As prisões, os jovens e o povo. São Paulo: Paulinas.
- SÁ, G. R. (1996). A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Rio de Janeiro: Diadorim.
- SARUBBI, A. & REZENDE, A. F. C. (1997). Sistema prisional na Europa. Modelo para o Brasil? São Paulo: Peritas.
- SAWAIA B. B. (1999a). Exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA B. B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social. (pp. 07-13) Petrópolis: Vozes.
- TAVARES, G. M. & MENANDRO, P. R. M. (2004). Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico.

- (1999b). *O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão*. In: SAWAIA B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social*. (pp. 97-118). Petrópolis: Vozes.
- THOMPSON, A. F. G. (1976). *A questão penitenciária*. Petrópolis: Vozes.
- Quem são os criminosos? (1983). Rio de Janeiro: Achiamé.
- WANDERLEY, M. B. *Refletindo sobre a noção de exclusão*. (1999). In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social*. (pp. 16-26). Petrópolis: Vozes.
- ZALUAR, A. (1996). *A globalização do crime e os limites da explicação local*. In: VELHO, G & ALVITO, M. (Orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV.

Participação Política e Psicologia Social: A trajetória de lideranças de Movimentos Populares

Political Participation and Social Psychology: Popular Movement Leadership's Trajectory

Bernadete Baltazar*

berbal@zaz.com.br

Resumo

O presente artigo pretende apresentar a trajetória percorrida por lideranças de movimentos populares, destacando os aspectos que influenciaram em sua inserção na militância, bem como as razões pelas quais essas lideranças se mantêm envolvidas nas lutas e organizações populares. Destaca-se a influência religiosa e o compromisso político como alguns dos aspectos mantenedores da participação nos movimentos sociais.

Palavras-chaves

Participação Política, Movimentos Sociais, Psicologia Social.

Abstract

This article intends to present the way that leaderships of popular movements go through, emphasizing the aspects that influence in their insertion in these movements as well as the reasons that keep these leadership involved in the popular organization. The religious influence and political agreements are emphasized as maintainence factors of social movement participation.

Key-words

Political Participation, Social Movement, Social Psychology.

* Coordenadora do Centro de Atendimento a Vítimas da Violência - Espírito Santo Mestre Em Psicologia pela UFES Rua Basílio Daeron, 38/01, Centro, Vitória/ES - 29.015-300

BALTAZAR, B. (2003). Participação Política e Psicologia Social: A trajetória de lideranças de Movimentos Populares. *Psicologia Política*, 3(6), 247-266.

• Recebido em 19 de setembro de 2003.
• Aprovado em 06 de novembro de 2003.

* Para Valdeni Terezinha Soares da Silva.

Introdução

Diferentes árcas da ciência – Sociologia, História, Educação, Psicologia, Ciências Políticas dentre outras – têm estudado os diversos movimentos sociais em virtude da relevância social e política que estes representam. Demonstram, paradoxalmente, a capacidade de organização popular em busca da democracia social, da participação política e de construção da cidadania, de um lado, ao mesmo tempo em que apresentam dificuldade em mobilizar e aglutinar a população para participarem das ações populares que são propostas, convivendo com o immobilismo e a apatia das pessoas frente às situações e problemas vigentes.

Mas investigar o fenômeno dos movimentos sociais, procurando compreender as dificuldades e avanços que vivem, não pode ser feito apenas por uma perspectiva sociológica, antropológica. Estudar os processos psicosociais presentes na militância possibilita a análise dos êxitos e dificuldades que esses movimentos passam, articulando duas dimensões essenciais para a compreensão dos fenômenos sociais: o homem, com suas particularidades, desejos e necessidades, e o contexto sócio-histórico-ecônômico-político em que está inserido.

Sandoval (1989), em seu artigo sobre a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais, afirma que, em geral, as análises sociológicas dos mesmos são pouco convincentes em responder, por exemplo, porque alguém se engaja em uma ação coletiva, e ressalta que não deve existir dicotomia entre os aspectos sociológicos e os psicológicos na compreensão da participação do indivíduo em ações coletivas e nos movimentos sociais, pois o que se

“...pretende é um enfoque integrado que analisa os fatores e processos que determinam as formas e motivos das pessoas agirem em situações de mobilização coletiva” (Sandoval, 1989:68).

O presente trabalho, extraído de uma pesquisa realizada para a construção de dissertação de mestrado, tem como objetivo refletir a respeito da trajetória de militância percorrida por lideranças de movimentos sociais, buscando enfocar as influências iniciais e razões apontadas para inserção e permanência na militância, as expectativas em relação à militância, as esferas de participação e a avaliação que fazem de sua atuação ao longo dos anos.

Concebemos a militância como a realização de atividades que visam conscientizar politicamente as pessoas, buscando resgatar a cidadania e a ética. E, através dessa militância, desenvolver novos valores que possibilitem a população se organizar e lutar para a construção de uma sociedade justa, onde as pessoas possam viver dignamente.

mente. Mas é comum ouvir, de algumas pessoas, que muitas vezes, em função dessa militância, os sonhos e a própria vida pessoal devem ficar em segundo plano, porque o mais importante é a luta em favor da coletividade.

Segundo Nascimento (s/d), no artigo “Marxismo, Cotidiano e Subjetividade”, vários debates realizados com militantes, em cursos e seminários a partir de 1984, apontam para:

“a desumanização das relações no interior dos grupos, organizações várias (sindicato, partidos, pastorais etc.); (...) a prática do militante de alguns grupos produz um tipo raro de homem: não pensa, não ri, não se diverte, não sofre, não vive com seus contemporâneos: é contemporâneo, mas não simultâneo com os demais mortais, ‘está presente, mas está depois’.” (Nascimento, s/d: 16 e 17).

Cruz (1988), em seu estudo sobre a Identidade de ex-militantes de grupos de esquerda, aponta que o abandono da militância, muitas vezes é precedido de sentimentos de apatia, descrença e desgaste - tanto ao nível físico como psicológico. É como se os interesses grupais e pessoais fossem incompatíveis e a importância de cuidar dos interesses e necessidades individuais (família, afeto, trabalho) acabasse por se tornar justificativa para o abandono da militância. Isso me fazia questionar se as lideranças do movimento popular consideravam seus projetos individuais como sendo subjugados ao projeto coletivo. Será que os militantes sentiam-se como se estivessem “abindo mão” de suas vidas para viver o projeto coletivo? Se existia este tipo de percepção, será que passavam a questionar a necessidade de fazer outras coisas por si mesmos? E isso os levaria a mudar o quê em sua militância e em sua vida cotidiana? De que forma?

Nesse momento, parece interessante resgatar Heller (1992), quando afirma que o homem tem motivações que dizem respeito à satisfação de necessidades próprias, particulares e

“...está necessariamente inserido no desenvolvimento global da humanidade, mediante atividades objetivas (como o trabalho) e pode ter motivações que tendam a encarnar o humano-genérico, objetivos dirigidos ‘para fora’” (Heller, 1992:47).

E a militância, enquanto atividade que pressupõe uma motivação humano-genérica, exige de seus militantes um compromisso individual muito grande, na medida em que se objetiva a realização de ações que visam a satisfação e a realização do “bem estar” coletivo. Na verdade, como salienta a autora, ao executar atividades de cunho genérico, as necessidades e sentimentos dirigidos para as satisfações particulares são direcionados para fora do Eu individual, podendo proporcionar a realização do ser genérico.

Quando os militantes das organizações populares empenham-se na luta pelos direitos dos cidadãos, objetivam desde a concretização de condições mínimas de infraestrutura nos bairros (saneamento, transportes) até a garantia de um sistema educacional e de saúde, por exemplo, que permitam ao homem, à coletividade, viver dignamente. Mas ao buscar a satisfação das necessidades do gênero humano, está em jogo também a satisfação e a realização das necessidades particulares e individuais, porque “... a elevação ao humano-genérico não significa jamais uma abolição da particularidade” (Heller, 1992: 24), e nem tampouco um desligamento completo das atividades cotidianas que, segundo a autora, se compõe da “*organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação*” (Heller, 1992:18).

Acreditamos que a psicologia social tem importante papel no desenvolvimento de estudos desse tipo, afinal, busca compreender o homem como uma dupla realidade – subjetiva e objetiva – que se constitui nas relações sociais que são travadas.

“...examina ese momento en que lo social se convierte en personal y lo personal en social, ya sea que ese momento tenga carácter individual o grupal, es decir, que la acción corresponda a un individuo o a todo su grupo” (Martín-Baró, 1992:16-17).

Destacamos ainda, que os profissionais da psicologia que acreditam que “.. la psicología social debe buscar como objetivo el possibilitar la libertad social e individual” (Martín-Baró, 1992:48), devem assumir um compromisso com uma prática profissional que se paute na compreensão e na análise do homem, compreendido como totalidade objetiva e subjetiva pois,

“.. para se contribuir com uma vida psicológica mais saudável, é necessário que o trabalho a ser desenvolvido ultrapasse a esfera do individual e do particular; ao mesmo tempo em que adquira uma perspectiva de apreensão da realidade – em sua totalidade e em sua concretude histórica – podendo então apreender a vida real e concreta das pessoas. (...) significa atuar dentro de uma perspectiva da psicologia social, em uma visão sócio-histórica, junto às relações que são travadas na esfera do cotidiano, eliminando-se posturas reducionistas, psicologizantes e a-históricas sobre os processos psicosociais” (Freitas, 1996: 76).

Portanto, a intenção foi a de realizar um trabalho que pudesse apreender, ainda que de modo fragmentado, quem são essas lideranças do movimento popular, como se sentem em relação à sua atuação e à sua vida, considerando esses aspectos particulares/ individuais na interação com o contexto histórico-social em que desenvolvem sua militância.

BALTAZAR, B. (2003). Participação Política e Psicologia Social: A trajetória de lideranças de Movimentos Populares.

A construção da metodologia

Parce-nos importante, no contexto deste trabalho, captar e compreender a significação da história das lutas e organizações populares no Brasil até o final dos anos 90, anos que representaram profundas alterações no contexto sócio-econômico-político do país. Tal fato se reveste de importância devido à hipótese de que a forma como a militância é concebida, bem como o modo de exercer tal participação poderia assumir características específicas para as lideranças que tenha iniciado sua participação em diferentes contextos sócio-históricos.

Um pouco de História

O Brasil passou a viver, a partir de 1964, um longo período de repressão, prisões, torturas e supressão dos direitos civis². Era instaurada a ditadura militar no país e conforme assinala Sader (1988), esse período se consolidava através da pulverização e do silêncio dos movimentos sociais. Scherer-Warren (1987) nos indica que a interrupção na organização da sociedade civil ocorrida com a ditadura militar representou, “.. a separação entre o que se denomina movimentos sociais tradicionais e o surgimento de novas formas de organização ou o novo caráter de algumas das antigas organizações populares (...) [propondo] novas formas de ação política”.. (Scherer-Warren, 1987:41), que escapassem das formas tradicionais de ação política, das práticas de assistencialismo, clientelismo, das “trocas de favores” com políticos. Isso não significa dizer que tais práticas tivessem sido abolidas.

É importante destacar que a Igreja Católica, principalmente através da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), teve peso na construção dessas novas formas de organização. As CEB's tinham como objetivo, concretizar uma nova forma de vivenciar a fé e detiveram importante papel na organização e condução de diversas lutas populares durante os anos da ditadura militar, pois, em consonância com os princípios de conscientização através da fé, defendidos pela Igreja, permitiam aos moradores das comunidades se reunirem, refletirem e desencadearem ações para a busca de soluções dos diversos problemas vividos pela população³.

Em várias localidades do Brasil surgiram movimentos reivindicativos. Podemos citar como exemplo o Movimento do Custo de Vida, impulsionado pelo Clube de Mães existente na Zona Sul da cidade de São Paulo em 1973, e que paulatinamente foi

² Ver Francisco Iglesias (1986)

³ Sobre o papel da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base na organização popular ver: Edson Nunes e Pedro Jacobi (1983), Anna-Luiza Salles Souto (1983), Tilman Evers (1984), Ana Maria Doino (1984/1995), Paula J. Krishke (1987), Eder Sader (1988), Ilse Scherer-Warren (1993), Leonardo Boff (1994a, 1994b), dentre outros.

se estendendo para toda a região metropolitana e interior do Estado de São Paulo, até alcançar outros Estados, tais como Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Destaque também para a criação do Movimento dos Sem-Terra, em 1979 em Santa Catarina. Na Grande Vitória, várias ações foram desencadeadas, destacando-se o Movimento por Água, o Movimento de Transporte Coletivo, a criação da ASCAM - Associação Capixaba dos Mutuários e a presença de grupos de mulheres em alguns bairros da periferia. As associações de moradores, tanto no município de Vitória como em Vila Velha, tinham uma atuação atrelada à administração pública, sendo espaços de práticas assistencialistas.

No início dos anos 80, ainda sob a guarda de um governo militar, o então presidente, general João Batista Figueiredo, conforme Sader (1995) aponta, dá continuidade ao processo de abertura política iniciada pelo seu antecessor, “pressionado pela ampla mobilização popular a favor de uma anistia geral e irrestrita” (Sader, 1995:142). Em 1982, a população elegera, após quase 20 anos, através do voto direto os governadores dos estados. O Movimento pelas Diretas Já, em 1984, teve como reivindicação à garantia de eleições diretas para a Presidência da República. Em 1985, após mais de duas décadas de governos militares, foi eleito indiretamente, através do Colégio Eleitoral, um presidente civil. Segundo Sader (1995) com a inviabilização das eleições diretas e a eleição do presidente através do Colégio Eleitoral, “.. órgão espúrio criado pela ditadura...” (Sader, 1995:150) imprimia-se uma marca conservadora à transição democrática, retirando “... do povo o direito de decidir sobre seus próprios destinos” (Sader, 1995:150).

Ao nível nacional, em 1980, teve destaque a criação da ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais, que foi a precursora do movimento pró-central de movimentos populares⁴. Em 1982 foi criada a CONAN – Confederação Nacional de Associação de Moradores, aglutinando “... todas as Sociedades Amigos de Bairros e outros movimentos sociais com reivindicações locais, por bens e equipamentos coletivos e urbanos, particularmente nas regiões periféricas das grandes cidades” (Gohn, 1995:127).

No Espírito Santo, entre os anos de 83 e 85, surgiram algumas Federações e Conselhos Municipais de Associações de Moradores e Movimentos Populares (em Vila Velha, Vitória e Serra)⁵. Durante a segunda metade da década de 80, as ações que visavam a integração e articulação dos diversos movimentos populares se expandiam para o interior do Espírito Santo, tendo sido criada a Federação de Movimentos Popu-

⁴ Um breve histórico sobre a criação da ANAMPOS pode ser encontrado na Tese A, produzida pela Coordenação Nacional Pró-Central de Movimentos Populares, como documento preparatório para a realização da 2ª Plenária Nacional de Movimentos Populares, realizada em São Bernardo do Campo/SP, em 1991.

⁵ O histórico do Conselho Comunitário de Vila Velha, criado em 1984, consta de um documento produzido pelo Conselho Comunitário, chamado “Subsídios para avaliação do movimento popular”. A criação do Conselho Popular de Vitória também ocorreu em 1984. Ver Beatriz Lima Herkenhoff, 1995.

lares nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Linhares. Em 1988 foi criada a Federação Estadual das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo - FAMOPES.

Em 1989 ocorreu a primeira eleição presidencial direta desde o golpe militar. Ao mesmo tempo em que ia se alterando o quadro sócio-político no país, os diversos movimentos também iam sofrendo alterações. A Igreja Católica que desde os primeiros anos da década de 80 se debatia em torno da "legitimidade" da Teologia da Libertação - o que levou Leonardo Boff, um dos teólogos da libertação, a um silêncio imposto pelo Vaticano, em 1985 - vivia também uma crescente perda de fiéis para outras igrejas e seitas. Dessa forma, passou a repensar seu próprio papel, o que levou a uma priorização de sua tarefa de provedora espiritual, abrindo cada vez mais espaços para os grupos de Renovação Carismática dentro da Igreja.⁶

Além disso, as lideranças da esquerda passaram a priorizar a esfera partidária, ocupando postos no interior das administrações públicas, o que as levou "... a conviver com os novos valores ativo-propositivos então implementados". (Doimo, 1995:203). Dessa forma acabaram por se afastar dos movimentos sociais organizados, voltando-se exclusivamente para as tarefas políticas. Doimo (1995) salienta que essas alterações refletiram-se no movimento popular, levando-o a uma retração de suas ações de reivindicação direta e uma contínua perda das referências e talvez até mesmo da sua identidade em virtude da "desativação dos programas organizativo-mobilizadores de educação popular" (Doimo, 1995:202). Por outro lado, ocorria uma estimulação para ações mais propositivas que viabilizassem "... a conquista de novos dispositivos institucionais voltados à participação direta e semidireta e à garantia dos direitos de cidadania" (Doimo, 1995: 202).

Com os anos 90, continuamos a ver um constante quadro de empobrecimento da população, de desemprego, de violência, de descrédito e desesperança das pessoas para com os "políticos" e os diversos movimentos sociais, embora algumas grandes mobilizações nacionais tenham sido feitas. Parecem ter ocorrido, como indica Gohn (1995) "curtos verões de esperança como o Movimento pela Ética na Política, na fase do impeachment do ex-presidente Collor" (Gohn, 1995:124), que em 1992 conseguiram mobilizar a população em todo o Brasil. Em 1993, foi criada a Central de Movimentos Populares - CMP, que em março de 1995 realizou a 1ª caravana nacional, tendo reunido em Brasília cerca de cinco mil pessoas de todos os estados do Brasil para entregar as propostas de políticas públicas do movimento popular ao novo presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso. (Balanco e Perspectivas na Construção da Central de Movimentos Populares – Coordenação da CMP, 1996).

⁶ Sobre essa temática, ver: Marco de Castro (1985), Ana Maria Doimo (1994), Leonardo Boff (1994b).

"Os anos 90 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil, assim como deslocaram alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais populares dos anos 70/80 se alteraram substancialmente. Alguns entraram em crise: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população" (Gohn, 1995:124-125).

Definindo a Metodologia

Diante desse quadro histórico propusemos então a realização de um Estudo Exploratório, visando estudar a relação entre a vida cotidiana e a militância de lideranças de movimentos populares da Grande Vitória/ES. A delimitação da variável "*período de inserção na militância*" foi decorrente do interesse em averiguar possíveis diferenças na postura das lideranças, no que diz respeito à forma de praticar a militância, em função do período histórico no qual tenha iniciado sua participação. O 1º período considerado foi após 64, com a instauração da ditadura militar até final da década de 70, quando ocorre o início da abertura política, representando a força da organização popular frente à repressão dos direitos civis e políticos. O 2º período – entre 1980 – 85, é considerado como o período da transição democrática no país, e representou uma maior preocupação em articular os diversos movimentos populares em centrais e associações. O 3º período – após 1986 até 1994, representa o restabelecimento da democracia no Brasil, à volta das eleições diretas em todos os níveis, aliado ao avanço dos movimentos organizados no que diz respeito à garantia constitucional de mecanismos de participação popular, ao mesmo tempo em que demonstra dificuldade em mobilizar, aglutinar e organizar a população para suas ações.

Foram estabelecidos os seguintes critérios para seleção dos sujeitos a serem entrevistados: a) o inicio da participação em lutas e organizações populares em um dos três períodos propostos; b) o fato de serem apontados e reconhecidos pelos diversos participantes de organizações populares, como lideranças, mesmo que já não assumissem nenhum cargo formal de direção; c) a participação em alguma forma da organização popular por no mínimo três anos.

Seis mulheres e seis homens foram entrevistados, perfazendo um total de 12 lideranças. Os sujeitos foram identificados da seguinte forma: *F* para as lideranças femininas e *M* para as lideranças masculinas. Os números 1, 2 indicam as lideranças do 1º período de inserção; os números 3, 4 para o 2º período de inserção e 5 e 6 para o último período.

A entrevista realizada foi aberta, semi-estruturada e em profundidade, possibilitando aos sujeitos narrarem sua própria história.

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo e as categorias criadas foram

distribuídas em três blocos temáticos, que se referem à *Trajetória da Militância; Vida cotidiana e militância e Avaliação do Movimento Popular*.

A trajetória da militância Caracterizando as lideranças

No Quadro I é possível localizar os sujeitos entrevistados, quanto ao sexo, período de inserção na militância, idade, estado civil, número de filhos, escolaridade e atividade profissional desenvolvida.

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

Sujeito	Período de inserção	Idade	Estado civil	Filhos	Escolaridade	Ocupação
F01	1º (1974)	63	Casada	10	Analfabeto	Lavadeira
F02	1º (1978)	38	Casada	03	Superior – Pedagoga	Pedagogia
F03	2º (1982)	33	Solteira	—	Superior – Pedagogia	Pedagoga – Educadora Popular
F04	2º (1982)	34	Divorciada	03	2º Grau	Bancária – Sindicalista Liberada
F05	3º (1986)	29	Solteira	—	2º Grau	Secretaria
F06	3º (1986)	31	Solteira	—	Superior – Pedagogia	Pedagoga – Assessora Parlamentar
M01	1º (1973)	49	Casado	03	2º Grau	Contador – Autônomo
M02	1º (1979)	43	Casado	03	1º Grau	Servidor Público Comissionado
M03	2º (1980)	37	Casado	03	2º Grau	Vendedor Autônomo
M04	2º (1982)	33	Casado	01	2º Grau	Liberado PT
M05	3º (1986)	29	Casado	02	Superior em curso	Assessor Parlamentar
M06	3º (1989)	30	Casado	—	2º Grau	Publicitário – Autônomo

Um pouco de história de vida

As lideranças ao falarem sobre si mesmas, falam sobre as personagens que representam: a mãe, o pai, o marido, a esposa, o(a) filho(a), o(a) irmão(â), o(a) profissional, o(a) militante. Para algumas lideranças falar sobre si mesmas, sobre sua história de vida, é falar de sua história a partir da militância. Para outros é difícil falar de si mesmo, pois.

“Às vezes a gente se envolve tanto, com tanta coisa, que se esquece até quem é a gente” (F03).

Cada um percorre um caminho e nesse caminho algumas marcas ficam, outras parecem que se esvaem na memória. Cada um destaca os aspectos marcantes de sua vida e os caminhos não são os mesmos, embora tenham desembocado em um mesmo lugar – a militância. A origem pobre, a migração para a cidade grande em busca de novas oportunidades, a necessidade de trabalhar, em alguns casos desde pequeno, a dificuldade em estudar por ter que trabalhar, são algumas características comuns a muitas pessoas, de diferentes grupos familiares espalhados pelo Brasil. Para algumas dessas lideranças entrevistadas a origem pobre e a vida difícil, não é uma realidade desconhecida. Muito pelo contrário, faz parte de suas próprias histórias de vida.

“.... a nossa família sempre foi pobre (...) eu acho que por isso nós viemos para a cidade com uma grande esperança, como todo mundo vem né” (F05).

“Como todos vindo da roça (...) com 12 anos já comecei a trabalhar fora. (...) vendia bala no cinema. (...) conclui o 2º grau com muita dificuldade.” (M03).

Se para alguma essa é uma realidade que compõe a sua história, para outros essa realidade que é vivida por outros é fonte de indignação e choque.

“Não dá pra falar assim: cuidar da sua vida e ser indiferente a tudo. (...) Eu choro com tudo quanto é criança na rua pedindo coisa. Isso é que me move. De ver as pessoas pedirem, de ver as pessoas não tendo o que comer num dia, isso é muito forte em mim...” (F03)

Pessoas vindas de lugares diferentes – quatro lideranças (F02; F03; F04; M05) são nascidas na Região Metropolitana da Grande Vitória, duas (F01; M02) de outros Estados (MG e RJ) e as outras seis (F05; F06; M01; M03; M04; M06) do interior do Espírito Santo – pessoas que vivem diferentes realidades, mas que partem em busca de melhores condições de vida e nessa busca seus caminhos se cruzam.

A Trajetória Percorrida

A experiência de viver sob condições precárias e a indignação com a miséria é BALTAZAR, B. (2003). Participação Política e Psicologia Social: A trajetória de lideranças de Movimentos Populares.

um passo para essas lideranças iniciarem a militância. Porém, outras influências foram surgindo e dando sustentação a essa opção de vida. As lideranças destacaram a importância da Igreja Católica nas lutas e organizações populares. Algumas lideranças apontam que a Igreja era um dos poucos espaços de atuação e de denúncia (M02; M04) na época de ditadura militar. Foi ressaltado, também, que a Igreja ajudou a fortalecer o movimento popular (F01; M01; M02; M06), na medida em que investiu na formação de lideranças populares, divulgando e incentivando as pessoas a participarem das lutas populares, mostrando-se presente nas organizações populares através de suas pastorais sociais, principalmente a Pastoral Operária.

Essa mesma influência religiosa ainda se faz presente, como um dos aspectos mantenedores da militância e que também permeiam as expectativas, de com a militância podem ser útil, servir, ajudar aos mais necessitados, apontando para um discurso de conotação cristã/humanista. Em outros estudos (Doimo, 1984; Sader, 1988; Amman, 1991, dentre outros), a importância do papel da igreja nas lutas e organizações populares e o fato de que muitos militantes e lideranças de diversos movimentos organizados são oriundos das CEB's também pode ser verificado.

Na trajetória dessas lideranças, outros espaços de atuação foram sendo ocupados (associações de moradores, movimentos comunitários, nas Federações e Conselhos de Movimentos Populares, e no Partido dos Trabalhadores). Algumas também se envolveram no movimento sindical (M02; M04; F03; F04). A medida em que a participação vai se ampliando para outras esferas, torna-se necessário compreender os fatores que permitem a continuidade da militância. Uma dessas razões apontadas é o fato de eles gostam do que fazem, sendo esse aspecto ressaltado por quase todas as lideranças femininas dos dois últimos períodos de inserção (F04; F05; F06) e apenas por uma das lideranças masculinas do segundo período (M04).

"Mas acho que isso tá no sangue, tá no sonho, tá no desejo" (F04)

"porque realmente é a tesão da minha vida, eu gosto disso" (F06)

"Sabe, eu não me arrependo do que eu fiz, gosto do que eu faço" (M04)

Outras lideranças, ao avaliarem sua trajetória dizem que apesar das dificuldades, desafios e frustrações que são enfrentadas ao longo da militância, a mesma é feita com prazer e paixão (F01; F02; F03; F06; M03; M04). Todas as lideranças femininas dos três períodos de inserção e apenas duas lideranças masculinas do período entre 1980-85 destacam o prazer e a paixão pela militância e ao que parece, verbalizar esse prazer e paixão demonstra ser mais fácil para as mulheres do que para os homens. Tal fato pode encontrar sustentação ao considerarmos que, culturalmente a mulher é vista como o ser sensível, capaz de expressar suas emoções espontaneamente. Em

contrapartida, espera do homem a capacidade de agir de modo "racional" e menos emotivo, afinal, "homem não chora".

Mas apesar do prazer e da paixão, para algumas lideranças em alguns momentos existiu o desejo de abandonar a militância. Cabe destacar que esse desejo é apontado pelas lideranças femininas dos dois últimos períodos de inserção (F03; F04; F05) e pelas lideranças masculinas do primeiro e segundo período (M02; M03).

Uma das razões citada diz respeito à falta de tempo gerada pela militância, levando a pensar que não valia mais a pena (F03) manter-se envolvida com os trabalhos da Igreja e com o movimento popular. Sendo assim, o abandono da militância possibilitaria ser uma pessoa normal (F04). Outro aspecto interessante a ser destacado diz respeito ao fato de que frente à falta de resultados, a liderança M02, também teve vontade de abandonar tudo, pois muitas vezes as pessoas insistem, lutam e nada de concreto acontece.

Contudo, ainda que o desejo de abandono tenha surgido, essas lideranças afirmam ter feito uma opção em suas vidas, a opção por um projeto coletivo que visa a construção de uma "nova sociedade". Ao iniciarem a militância assumem a luta por um projeto coletivo, têm certeza do caminho e da opção feitos, se consideram uma referência para o trabalho de organização popular, tendo ainda o que fazer, como contribuir e o que aprender. E ao avaliarem sua prática e atuação, a principal vantagem propiciada pela militância, apontada pelas lideranças (F02; F03; F04; F05; F06; M01; M02; M03; M04; M05; M06), é o crescimento pessoal e profissional, a aprendizagem e a aquisição de conhecimentos. Essa vantagem é destacada pela maioria das lideranças, tanto femininas quanto masculinas, não havendo diferenças entre a variável sexo e período de inserção.

Outro aspecto comum entre lideranças do sexo feminino e masculino nos três períodos de inserção nas organizações populares, é que a militância propicia, como desvantagem, uma limitação do tempo, levando a uma cobrança da presença em casa e de uma convivência familiar maior (F02; F04; F05; F06; M01; M02; M03; M05), bem como a buscar um equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e a militância (F02; F03; F04; F05; F06; M02; M03; M04; M05; M06).

No que se refere a essa cobrança familiar, principalmente por parte dos filhos revela-se uma diferença nas reações entre as lideranças do sexo masculino e feminino. Para as lideranças femininas existe uma sensação de culpa e cobrança por não acompanhar o desenvolvimento dos filhos, buscando alternativas para acompanhar esse desenvolvimento, procurando estar presente nos momentos possíveis e coordenando o processo educativo, trabalhando racionalmente o sentimento de culpa presente. Para as lideranças masculinas, embora possam sentir-se mal em relação à ausência no convívio com os filhos, existe uma maior preocupação em vivenciar momentos de lazer junto aos mesmos.

Cabe também ressaltar uma outra desvantagem avaliada, que diz respeito à relação da militância e vida profissional. As lideranças relatam que a militância possibilitou um crescimento profissional, por outro lado, também causou uma interferência na vida profissional, fato apontado exclusivamente pelas lideranças masculinas. Ao envolverem-se nas lutas e organizações populares, deixaram de se preocupar ou se dedicaram menos as suas vidas profissionais. Decorre daí, uma preocupação futura, em termos de projeto de vida, em investir na vida profissional. Preocupação bastante coerente com o fato do que socialmente está definido para o homem: o papel de provedor da casa.

É interessante, que essa preocupação futura também é partilhada por uma única liderança feminina. Isso pode encontrar suporte devido ao fato de que a interferência na vida profissional será uma realidade, futuramente, à medida que essa liderança atua como diretora sindical, considerando como certa a sua demissão quando voltar ao seu posto de trabalho. Além do mais, essa mesma liderança, mulher, mãe, sindicalista, que como mesma diz: "sozinha por opção", tem também a responsabilidade em manter o sustento de sua casa e de seus filhos, assumindo um papel definido como masculino, ainda que atualmente seja muito mais comum do que possamos imaginar, a mulher como única provedora da família.

Sendo assim, é possível que a preocupação com a vida profissional, quer seja em termos de desvantagens propiciadas pela militância, quer seja como projeto de vida, apareça como uma preocupação exclusiva das lideranças masculinas, afinal são socialmente cobrados, e provavelmente se cobram, em manter as despesas familiares, como se fosse uma responsabilidade puramente masculina.

Mas as lideranças masculinas e femininas também compartilham outras dificuldades. Para alguns existe, em função do seu envolvimento nas lutas e organizações populares, a discriminação por sua opção ideológica e política, a discriminação por ser mulher, o rótulo, a incompreensão das pessoas sobre sua militância. Inclusive, essa falta de compreensão pode afetar, até mesmo os relacionamentos afetivos, quando se relaciona com alguém que não é da militância:

"...normalmente quando o outro não tem a vivência, aí os conflitos são maiores, porque como você não conhece, os projetos não são comuns, aí acaba tendo muitos impasses, muitas dificuldades. E aí a gente já sabe das histórias, separação..." (F02).

Mas será que o fato de casais que partilham, no nível das idéias, o projeto de construção da nova sociedade, e que mantém - cada qual há seu tempo e espaço - sua militância, não exibem também conflitos em função da ausência, principalmente em função dos filhos? Quem sabe uma nova pesquisa, não possa responder a essa pergunta.

Parece que de fato a militância impõe alguns desafios, tal como o desafio de fazer

no cotidiano aquilo que é refletido e discutido (F04) em grupo e fazer com que cada um incorpore, em sua própria vida essas possíveis mudanças de postura, como por exemplo, em relação à educação dos filhos, do lugar ocupado pelas mulheres e na própria relação entre companheiros de militância.

"Então, esse desafio de você tá fazendo no cotidiano aquilo que você lê nos livros, aquilo que você refletiu em grupo, fazer com que as pessoas se toquem, de tá revendo como que eu tô educando eles [filhos] pra vida..." (F04)

Revisando a Trajetória da Militância: o Desafio em Articular o Ser Genérico e o Ser Particular

O que até agora podemos constatar é que a trajetória percorrida por essas lideranças revela que esses sujeitos, compreendidos como homens genéricos e particulares, tal como Heller (1992) discute, têm colocado suas paixões, desejos e particularidades na construção de um projeto que abarca realizações que vão além das realizações e necessidades pessoais. Vivenciam sua "parte" humano-genérica, buscando construir uma sociedade mais justa, contribuindo com o processo de conscientização e organização popular como forma de propiciar mudanças nas condições de vida das pessoas, da coletividade, realizando-se também como homens particulares.

Essa realização, satisfação pessoal, particular, pode ser observada quando essas lideranças afirmam que a militância representou um marco, um "divisor de águas" em suas vidas, pois puderam vivenciar uma experiência que lhes permitiu mudar, crescer, tanto pessoal quanto profissionalmente. A militância representa um caminho que lhes possibilita a realização pessoal. E isso pode ser percebido quando dizem: "eu mudei; eu consegui mudar; eu sou uma pessoa muito melhor do que poderia ter sido se eu tivesse buscado um caminho sozinha; a principal mudança é dentro da gente; eu aprendi; eu cresci; é ali que eu me realizo enquanto pessoa, enquanto ser social..." Realizam-se na medida que se tornam respeitadas e reconhecidas pelo seu trabalho (deixam de ser um entre muitos e tornam-se um com uma identidade reconhecida, mas ainda respeitada).

Com a militância ganham respeito, conhecimentos gerais, informalmente adquiridos, crescem pessoal e profissionalmente, realizam-se como seres políticos e sociais, crescem na sua própria militância à medida que podem ir avançando e assumindo outras esferas de atuação. E ao assumirem o compromisso com a construção de um projeto coletivo apontam para o desenvolvimento da "consciência" sobre uma realidade de social de exclusão da grande massa da população brasileira, sobre a necessidade da participação social como forma de alteração dessa realidade.

Contudo, conhecer essa realidade por si só não assegura a realização de uma ação transformadora. São necessárias também motivações e desejos pessoais que potencializem e que mantenham essa ação. Como pudemos perceber até o momento, ao fazerem essa opção pelo coletivo, além de desenvolverem a consciência sobre a necessidade da organização e da participação popular, colocando-se na busca do bem-estar coletivo, essas lideranças também se realizam de diferentes formas como seres particulares, têm prazer, paixão e gosto pela militância. Esse prazer e paixão pela militância contribuem em muito para a manutenção da continuidade dessa mesma atividade. E como salienta Sawaia (1997)

“O aprendizado de uma regra não conduz necessariamente à ação, pois o compromisso político não é uma questão puramente cognitivo-instrumental. Ele é vivido como necessidade do eu, como desejo. Mesmo quando o indivíduo age em nome do bem comum, a ação implica em exercício da motivação individual, portanto à vontade e a afetividade são suas dimensões fundamentais. (...) Bem-estar coletivo e prazer individual não são dicotômicos e o consenso democrático não é conquistado necessariamente à custa do sacrifício pessoal”
(Sawaia, 1997:154-155).

Essa preocupação parece-nos presente quando uma das lideranças aponta para a importância em resgatar, na militância, a poesia, o prazer, buscando “tocar” as pessoas no coração como forma de possibilitar a sua conscientização para a participação nas lutas e organizações populares. É interessante constatar, que nesse caso específico, essa liderança aponta para uma necessidade, atualmente muito discutida, que é a do resgate da emoção como potencializadora da consciência e das ações dos sujeitos.

Lane e Camargo (1995) nos relatam que pesquisas realizadas têm apontado para a importância em considerar as emoções como mediadores entre a atividade e a consciência. Nesse caso, podemos pensar que, ao buscar a conscientização, através das emoções, “tocando” as pessoas pelo “coração” (aspecto emocional), pode-se estar buscando a superação de uma ótica puramente racional, que dicotomiza emoção e razão, colocando a primeira no plano da irracionalidade.

Como dissemos anteriormente, a emoção se faz presente na própria história desses militantes, no despertar da consciência para a militância e no próprio desenvolvimento da atividade/militância. Essas manifestações afetivas podem ser percebidas quando falam sobre o choque e a indignação com a miséria vivida pelos outros, ao falarem que se mantêm na militância por que gostam do que fazem, ao revelarem o prazer com que fazem a militância. Nesse sentido estão apontando para componentes emocionais que estão presentes, mediando a consciência e a própria atividade/militância que essas lideranças desenvolvem.

“porque realmente é o tesão da minha vida, eu gosto disso” (F06)

Ao desenvolver trabalhos que visam conscientizar as pessoas para envolverem-se nas lutas populares e na própria militância, não podemos nos furtar de reconhecer a importância de considerar a emoção no processo de conscientização. Sawaia (1995), ao analisar a dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora, a partir de uma pesquisa participante desenvolvida com mulheres faveladas, aponta que

...só a revelação da pobreza e de seus nexos não altera uma situação real. O pensamento não é autônomo, deslocado do empírico. É no seu encadeamento com as condições materiais de existência que se vislumbram possibilidades de saltos qualitativos, em direção à consciência crítica. (...) Mas não basta a ação avançar para que automaticamente a consciência se transforme. A ação tem que ser refletida e ser sentida para ser incorporada à subjetividade. Consciência, atividade e afetividade se encadeiam e se determinam, reciprocamente. (Sawaia, 1995:167)

Mas essa mesma militância, feita com paixão e prazer, também gera desgastes, cansaço e desafios, tanto em termos de sua própria atuação quanto em suas vidas pessoal e familiar. A militância não representa apenas ganhos e realizações, ainda que para alguns, ao se pesar na balança, as perdas sejam proporcionalmente menores do que os ganhos. A militância também tem seus “altos e baixos”.

Na busca da realização do ser genérico, o ser particular arca com alguns ônus. Isso não significa dizer que com essa militância, estamos querendo reforçar uma idéia recorrente entre muitos militantes e até ex-militantes, de que o envolvimento e a participação em diversas formas de organização popular gere sofrimento e dor, ou ainda a idéia de que “anos de minha vida se passaram, e o que foi que eu construí?” Pergunta que em muitos momentos é possível ser ouvida, quando se conversa com militantes e ao que parece, feita nos momentos em que o desgaste pessoal de alguns militantes, a falta de resultados da organização popular, a dificuldade em mobilizar as pessoas para participarem, tomam uma proporção demasiadamente expressiva, gerando a dúvida sobre os anos de militância e em alguns momentos culminando com a vontade de largar tudo.

Compreender a trajetória percorrida por essas lideranças significa analisa-la sob diferentes ângulos: a consciência social, a afetividade presente na militância e a própria atuação, pois ao mesmo tempo em que produzem a militância também são produzidos por ela. Para algumas lideranças, mais de 20 anos se passaram desde que iniciaram sua participação, para outras quase uma década. Muitos acontecimentos alteraram nossa história durante esses anos. O Brasil saiu de uma ditadura militar e passou a viver um regime democrático; muitas lutas foram decisivas para a obtenção de garantias míni-

BALTAZAR, B. (2003). Participação Política e Psicologia Social: A trajetória de lideranças de Movimentos Populares.

mas de condições menos indignas para a população brasileira e muitas outras ainda se fazem necessárias para a conquista da cidadania. Muito chão foi percorrido, mas muito ainda se tem por percorrer.

Nesse sentido, acreditávamos inicialmente que o fato da inserção na militância em diferentes períodos e contextos sócio-históricos e políticos poderia ter para essas lideranças, uma forma e concepção de militância diferenciada entre si. Afinal, ao concebermos a história como movimento, como transformação, pensávamos que a militância poderia adquirir diferentes conotações em diferentes períodos de tempo, em função de novas conjunturas, e quem sabe, os militantes mais novos, mais recentes, frutos de uma conjuntura bastante diferenciada (afinal, não viveram os anos de repressão), poderiam estar buscando uma forma de fazer militância que escapasse àquele estereótipo de “tarefeiro”, “ativista”, daquele que dicotomiza a vida pessoal, sua individualidade e particularidades, do projeto coletivo.

Mas o que pudemos perceber é que não existe essa diferenciação. Tanto as lideranças mais antigas quanto as mais recentes mostram-se ainda “tarefeiras” e “ativistas”. Exibem um grau de envolvimento com inúmeras atividades que lhes proporcionam as mesmas dificuldades – a falta de tempo para si mesmos, para suas famílias, um menor cuidado em relação à sua formação educacional e vidas profissionais. Além disso, também apontam para a reprodução dos papéis masculinos e femininos, da dicotomia entre o racional – masculino e emocional – feminino e com isso de as implicações daí decorrentes, como, por exemplo, caber a mulher ser a educadora, a presença afetiva na relação familiar, o que parece gerar nas lideranças femininas, mães, a culpa por não estarem presentes na vida dos filhos.

Podemos considerar que as trajetórias se mostram semelhantes para essas lideranças. Passam por um percurso próximo no que diz respeito às influências, expectativas e espaços de atuação independente do período de inserção, reproduzindo em muitos momentos o protótipo do militante – tarefeiro, ativista. Mas com isso não estamos dizendo que a militância seja incapaz de produzir novos sujeitos e que suas lutas foram/ são em vão. Pelo contrário, acreditamos nas lutas populares como forma de propiciar mudanças na realidade concreta e objetiva da população, mudanças nas relações interpessoais, intergrupais, mudanças subjetivas. Mas para isso, talvez seja necessário metamorfosear-se em um “novo militante”, articulando no cotidiano concreto das relações, duas dimensões essenciais: o homem, suas particularidades e desejos e o seu contexto social-histórico-político-econômico. Ao que parece, de fato, estamos frente a um grande desafio. Construir o bem-estar coletivo, fortalecer a noção da coletividade, sem contudo desconsiderar o indivíduo particular. Transformar a nós mesmos, ao mesmo tempo em que buscarmos transformar o “mundo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFÍCAS

- AMMANN, Safira Bezerra. (1991). *Movimento popular de bairro – De frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez.
- Balanço e perspectivas na construção da Central de Movimentos Populares. (1996). Coordenação da CMP.
- BOFF, Leonardo. (1994a). *Igreja: Carisma e Poder*. São Paulo: Ática.
- _____. (1994b) O futuro do Cristianismo na América Latina: Um novo desafio teológico-religioso. In: MOREIRA, Alberto & ZICMAN Renée (Orgs). *Misticismo e novas religiões*. Rio de Janeiro: Vozes.
- CASTRO, Marcos de. (1985). *A Igreja e o Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CRUZ, Rita de Cássia Almeida. (1988). *A identidade de ex-militantes de grupos de esquerda*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DOIMO, Ana Maria. (1984). *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular – Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (1995). *A Vez e a Voz do Popular – Movimentos sociais e participação política no Brasil pós - 70*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará / AMPOCS.
- EVERS, Tilman. (1984). A face oculta dos novos movimentos sociais. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 04, Abril/84.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- GOHN, Maria da Glória. (1995). *História dos Movimentos e Lutas Sociais – A construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola.
- HELLER, Agnes. (1992). *O Cotidiano e a História*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HERKENHOFF, Beatriz Lima. (1995). *O papel do Líder Comunitário*. Vitória: SPDC/ UFES.
- IGLÉSIAS, Francisco. (1986). Momentos Democráticos na Trajetória Brasileira. In: JAGUARIBE, Hélio et al. *Brasil, sociedade democrática*. 2^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- KRISCHKE, Paulo J. (1987). Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- LANE, Sílvia Tatiana Maurer & CAMARGO, Denise de. (1995). Contribuição de
- BALTAZAR, B. (2003). Participação Política e Psicologia Social: A trajetória de lideranças de Movimentos Populares.

- Vigotski para o estudo das emoções. In: LANE, S. T. M. & SAWAIA, B. B. (Orgs.). *Novas Véreas em Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense/EDUC.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. (1992). *Acción y Ideología - Psicología Social desde Centroamérica*. 5^a ed. San Salvador: UCA Editores, Vol. 2, pp.01-71/90-187.
- NASCIMENTO, Cláudio. Marxismo, Cotidiano e Subjetividade, *Cadernos Fé & Política*, n° 05, s/d. CDDH/Petrópolis.
- NUNES, Edison e JACOBI, Pedro. (1983). Movimentos Populares Urbanos, Participação e Democracia. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da et al (Orgs.). *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias étnicas e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*, n° 02, ANPOCS/CNPq.
- SADER, Eder. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SADER, Emir. (1995). *O Anjo Tório - Esquerda (e Direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- SANDOVAL, Salvador. (1989). Considerações sobre os aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais, *Psicologia e Sociedade*, 4, (07), setembro.
- SAWAIA, Bader Buriram. (1995). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M. & SAWAIA, B. B. (Orgs.). *Novas Véreas em Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense/EDUC.
- _____. (1997). A legitimidade subjetiva no processo de participação social na era da globalização. In: CAMINO, Leônicio et al (Orgs.). *Estudos sobre comportamento político - Teoria e Pesquisa*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1987). O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1993). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola.
- SOUTO, Anna Luiza Salles. (1983). Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à Igreja. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da et al (Orgs.). *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias étnicas e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*, n° 02, ANPOCS/CNPq.

* Recebido em 12 de junho de 2003.
* Aprovado em 22 de novembro de 2003.

Políticas de Reconhecimento e Ação Afirmativa

Politics of Recognition and Affirmative Action

Maria Lúcia Miranda Afonso*

E-mail: lafonzo@fach.ufmg.br

Cristiano Santos Rodrigues**

rodriguesbhz@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre as atuais demandas dos Movimentos Sociais de combate à discriminação racial reclamando por um adequado reconhecimento das identidades de afrodescendentes dentro da sociedade brasileira, bem como por medidas que busquem revertar o quadro geral de extrema desigualdade socioeconômica dos negros diante dos brancos. O binômio reconhecimento-redistribuição, sobre o qual se pautam as reivindicações de tais movimentos, tem sido alvo de grandes controvérsias, sobretudo pelo caráter de silenciamento e negação dos processos de discriminação racial enquanto efetivamente implicados na produção e manutenção das desigualdades sociais em nosso país. Ao situarem raça/etnia como categorias fundamentais para se compreender os processos de inclusão/exclusão, tais movimentos sociais denunciam que recaem sobre os afrodescendentes uma dupla opressão, assentada na desigualdade socioeconômica e na dominação cultural. Tais movimentos propõem à sociedade um entrelaçamento entre políticas de reconhecimento e redistribuição, visando a igualdade social de grupos socialmente discriminados.

Palavras-chave

Reconhecimento, redistribuição, ações afirmativas.

Abstract

This paper discusses the contemporary claims sustained by anti-racist social movements which include both the recognition of afro-descendants identity within Brazilian society and the development of social actions directed to revert social inequality between black and white citizens. The recogni-

* Doutora em Educação, professora de Psicologia Social na Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.

** Graduando em Psicologia – UFMG, Bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG.

AFONSO, M. L. M.
& RODRIGUES, C. S.
Políticas de
Reconhecimento e Ação
Afirmativa, *Psicologia Política*,
3(6), 267-287.

redistribution duality provides the basis for the social movements' demands. It has been subject of deep controversy, especially because racial discrimination in Brazilian society is usually denied and silenced. Choosing race/ethnic as fundamental categories for the analysis of the inclusion/exclusion processes in Brazil, the anti-racist social movements maintain that afro-descendents suffer for double oppression: economic inequality and cultural domination. Thus, they argue in favor of an intertwining of social policies focused in both recognition and redistribution, in the direction of a more egalitarian society.

Key-words

Recognition, redistribution, affirmative actions.

Existe um povo

Que a bandeira empresta

Para cobrir tanta infâmia e covardia

Que deixa transformar-se nesta festa

Em manto impuro de bacante fria

(Castro Alves – Navio negreiro)

Introdução

O debate acerca da implementação de medidas compensatórias com vistas a diminuir as desigualdades, historicamente mantidas e reforçadas, entre negros e brancos no país tem sido estabelecido apenas recentemente, a partir das lutas empreendidas pelo movimento negro para que a população afrodescendente tenha maior oportunidade de acesso e permanência à educação e ao mercado de trabalho, além de ter veiculada sobre si, nos meios de comunicação de massa e nos livros didáticos, uma imagem que não seja depreciativa e nem desconsidere a sua participação na construção da nação.

A implementação de tais medidas não alcançou consenso, mas tem recebido rechaço por parte da mídia e mesmo entre a parcela da população com maior nível de escolaridade, melhor inserção no mercado de trabalho e acesso aos bens de consumo. As críticas incidem sobretudo em cinco pontos: a indeterminação de quem é negro no país; a inconstitucionalidade das políticas de ação afirmativa; o sistema meritocrático de acesso ao ensino superior; a exclusão dos brancos pobres e o suposto sentimento de inferioridade dos que se privilegiarem por meio de ações afirmativas.

No presente texto, pretendemos fazer uma análise de tais críticas que, com maior razão em alguns pontos e menor em outros, servem, a nosso ver, a um discurso do imobilismo que, pressupondo uma igualdade imaginária, inflige à população afrodescendente uma dupla e perversa injunção, primeiro oprimindo-a e, depois, negando-lhe o direito de se libertar de tal opressão.

O texto se propõe a analisar a viabilidade das políticas de ação afirmativa partindo do princípio de que as mesmas só surtirão os efeitos a que se propõem caso haja um debate em torno do devido reconhecimento de igual dignidade e humanidade entre os diversos grupos étnicos que compõem a nossa sociedade, tendo-se em vista que uma sociedade democrática e multicultural deve ser estabelecida a partir da igualdade de oportunidades e sustentada na afirmação de identidades individuais e coletivas diversas.

O Racismo no Brasil

Dentre todos os países da América, o Brasil foi o que mais lucrou com tráfico de

AFONSO, M. L. M. & RODRIGUES,C. S. (2003). Políticas de Reconhecimento e Ação Afirmativa.

269

escravos. Aproximadamente 38% de toda mão de obra africana trazida para o continente aportou em terras brasileiras, além de termos sido o último país ocidental a abolir a escravidão.

O país foi marcado, desde o princípio de sua formação, pelas desigualdades sociais, pela hierarquização baseada, sobretudo, em critérios de ascendência étnica. Assim, os europeus eram civilizados, inteligentes e sagravam-se no topo da escala social. Em contraposição, índios e negros, enquanto “exemplares de culturas primitivas”, “incivilizadas”, “cultuando deuses estranhos”, poderiam ser explorados e dizimados aos milhares pelos colonizadores.

Mas é o século XIX que marca a importação, pela elite intelectual do país, das teorias sobre diferenciações raciais elaboradas na Europa. Essas teorias objetivavam oferecer, através de um pseudo-cientificismo, um estatuto de naturalização às desigualdades entre os povos europeus e africanos, dado seu caráter de determinismo racial, que reservava a uns a civilização e a outros a selvageria e a barbárie.

Duas correntes de pensamento sobre as diferenças raciais foram preponderantes no país entre fins do século XIX e meados do século XX. A primeira, fortemente influenciada pelas teorias darwinianas, via os negros e índios como biologicamente inferiores e a miscigenação destes grupos com os brancos como responsável pelo atraso do país diante das nações européias. A esse respeito, Conde de Gobineau, integrando uma missão francesa no Brasil entre os anos de 1869 e 1870, chegou a postular que a mistura de raças levaria a população brasileira a se extinguir (Skidmore, 1976). Para outros autores, em vez da extinção, a mestiçagem representaria a oportunidade para que houvesse um embranquecimento progressivo dos brasileiros, obedecendo-se aos ditames da interpretação que faziam da teoria da evolução. Assim acreditava Sílvio Romero, deputado brasileiro do início do século XX, que dizia:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que útil as outras duas raças lhe podem oferecer, máxime a preta, com quem tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomar a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: - de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a imigração européia. (Romero citado por Azevedo, 1987:71).

A segunda corrente, de caráter culturalista, se inaugura nos anos 30 do século XX com a publicação de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Esta corrente não

negava a inferioridade de negros e índios, mas a atribuía aos aspectos culturais e não mais a um determinismo biológico, podendo portanto ser alterada. Freyre (1977) exorta a miscigenação entre brancos e negros como o mais claro exemplo de convivência harmônica e pacífica entre as raças, instaurando assim o mito da democracia racial e elevando o mestiço à categoria de representante por excelência de nossa identidade nacional.

Essas perspectivas teóricas sobre as diferenças raciais se amalgamaram, principalmente pela postura do Estado brasileiro que fomentou e absorveu o princípio hegemônico e universalista da miscigenação como forma *sui generis* de convivência harmônica e igualitária entre as raças que formaram a nação. Ideologicamente silenciando-se e negando o caráter violento e opressivo com que se deu tal processo de mistura, levado a cabo pela exploração sexual das mulheres de origem africana, que eram meros produtos de seus senhores.

Dessa forma, o racismo no Brasil fica obscurantizado pelo caráter de relações cordiais entre os indivíduos, da miscigenação e da não existência de conflitos abertos ou mesmo de políticas separatistas promovidas pelo governo tais como o *Jim Crow* nos Estados Unidos e o *Apartheid* na África do Sul. Mas, como já ressaltou Holanda (1995), tal característica de cordialidade do brasileiro apenas “equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas suas sensibilidades e suas emoções” (Holanda, 1995:147).

Em nosso país a opressão operada pelo racismo foi de tal forma bem estabelecida que parece haver um acordo tácito entre opressores e oprimidos, acordo pautado no silêncio e na negação, reeditando cotidianamente entre nós o mito da democracia racial, revelado no pensamento de Fernandes (1972):

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do ‘preconceito de cor’ é a tendência a considerá-lo como algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o praticou) (...) Portanto, o que fica no centro das preocupações, das apreensões e, mesmo, das obsessões é o ‘preconceito de ter preconceito’ (Fernandes, 1975:23-25).

Neste sentido, o que há no Brasil é um tipo de racismo universalista, que eleva o elemento branco europeu à categoria de ideal de humanidade a ser atingido e subjuga o negro a uma dupla denegação. A primeira desvalorizando-o racialmente, na medida em que não se encontra ao nível do ideal de humanidade preconizado, e a segunda através da desvalorização de sua história e no não reconhecimento igualitário de sua cultura (africana) diante da cultura ocidental (D'adesky, 2001).

Assim, os movimentos anti-racismo lutam pelo reconhecimento adequado dos afrodescendentes diante da sociedade, além de medidas que busquem reverter o qua-AFONSO, M. L. M. & RODRIGUES,C. S. (2003). Políticas de Reconhecimento e Ação Afirmativa. . 271

dro geral de extrema desigualdade socioeconômica dos negros diante dos brancos. Estas medidas propiciarião, a nosso ver, que a sociedade se estabeleça a partir de princípios multiculturalistas, onde os diversos grupos étnicos que a compõem não se sintam excluídos do projeto de nação e vejam reconhecidas suas especificidades através de suas origens históricas, padrões estéticos, éticos e culturais (D'adesky, 2001; Rodrigues & Afonso, 2002).

Políticas de Ação Afirmativa

Foram as lutas empreendidas nos Estados Unidos nas décadas de 50 e 60 do século XX que colocaram na ordem do dia as discussões em torno de medidas reparatórias pretendendo diminuir as desigualdades socioeconômicas entre gêneros e diferentes grupos étnicos, em função do fato de serem vítimas de discriminação histórica e atual dentro da sociedade. Neste sentido, a luta por direitos civis nos Estados Unidos culminou com a Lei dos Direitos Civis, em 1964, contando com dez artigos estabelecendo políticas de ação afirmativa na educação e no mercado de trabalho, além de condenar as diversas formas de discriminação relacionadas à raça, sexo, credo religioso ou nacionalidade. No entanto, o conceito de "ação afirmativa" é anterior à Lei, tendo sido cunhado em 1961 por uma comissão presidencial sobre igualdade no emprego (Walters, 1995).

As ações afirmativas são uma série de medidas, conduzidas pelo governo e sociedade civil, com intuito de corrigir desigualdades socioeconômicas de um determinado grupo em relação a outro, procedentes de discriminação atual ou histórica. Tratam-se de medidas temporárias que, através da concessão de privilégios a grupos historicamente situados em posição de inferiorização, procuram reverter tal quadro em determinado período de tempo e também redefinir a representação social deste grupo dentro da sociedade.

Segundo Bernardino (1999), conceder privilégios a um grupo historicamente inferiorizado tem por objetivos:

a aumentar a participação de pessoas, provenientes de setores historicamente discriminados, em todos os níveis e áreas de emprego, reforçando suas possibilidades de serem contratadas ou promovidas; b) ampliar as oportunidades de acesso destas pessoas ao ensino superior e; c) finalmente, garantir às empresas de pessoas oriundas dos grupos qualificados como discriminados oportunidades de estabelecerem contratos com o Estado. Bernardino, 1999:17).

As políticas de ação afirmativa orientam-se por duas vertentes de atuação. A primei-

ra privilegia o aumento da participação do grupo historicamente inferiorizado na vida econômica, promovendo a equidade entre os grupos na sociedade. A segunda busca redefinir a representação social do grupo discriminado dentro da sociedade, a partir de medidas que exerçam maior controle sobre as imagens veiculadas sobre este grupo na mídia, na publicidade e livros didáticos.

Políticas da ação afirmativa também têm tempo, foco e âmbito definidos. Por foco entende-se que, através da concessão de igualdade de oportunidades, sejam mais equânimes as características socioeconômicas dos grupos dentro da sociedade. "O tempo está estabelecido em função da realização do foco ou, pelo menos, da diminuição das disparidades. Em relação ao âmbito, pressupõe-se que apenas algumas áreas são privilegiadas pelas ações afirmativas, normalmente as que dizem respeito ao mercado de trabalho e à educação" (Bernardino, 1999).

Longe do consenso, as políticas de ação afirmativa encerram muita polêmica, sobretudo por assegurar privilégios a grupos minoritários em áreas com escassez de vagas e que denotam certo prestígio social. A oposição a estas medidas tem vindo principalmente dos setores da sociedade que mais se encontram ameaçados em seus privilégios históricos advindos do racismo que mantém os negros na base da escala social. A este respeito, pesquisa divulgada pelo CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – RJ) em parceria com o Instituto DATAUFF e apoio da Fundação Ford mostra-se reveladora. Entre os entrevistados com nível superior 93% declararam-se contrários à adoção de cotas para negros no ensino superior público e 87% foram contrários à mesma medida para empresas, em bons cargos. Porém, entre a população em geral, a rejeição às políticas de ação afirmativa encontra-se em 40% para bons empregos e 44% em relação ao acesso às universidades públicas (DATAUFF, 2000).

De acordo com Bento (2002), há um silenciamento entre os brancos, como forma de não se reconhecerem implicados na permanência das desigualdades raciais no país. Os brancos têm obtido historicamente privilégios tanto materiais quanto simbólicos graças ao racismo e o silêncio atua na preservação dos interesses do grupo, além de bloquear a luta por igualdade de oportunidades preconizadas pelo movimento negro.

Políticas de Reconhecimento e Identidade

O ideal de igualdade e universalidade entre os cidadãos que perpassa a Constituição brasileira, originado a partir da matriz republicana francesa, não tem conseguido reverter o grave quadro de exclusão social em que se encontra grande parcela da população. Ao contrário, temos assistido a um aumento do fosso social entre os diversos segmentos da sociedade. E antes de se constituir num problema, numa questão a ser tratada, parece mais ser a base sobre a qual a sociedade brasileira se afirma.

"Esse sistema social, baseado no princípio de universalismo, tem sido palco de grandes injustiças, assentadas sobretudo nas desigualdades socioeconômicas e na dominação cultura" (Fraser, 2002). E, para Fraser (2002), os conflitos políticos, por excelência da era pós-socialista, têm se pautado na luta pelo reconhecimento e afirmação de identidades grupais, suplantando os interesses de classe como mobilizadores políticos.

Assim, o debate sobre políticas de reconhecimento apresenta-se como de profunda importância para entendermos a luta por medidas compensatórias para a população afrodescendente, visando não somente maior distribuição socioeconômica mas a constituição de uma identidade coletiva entre os negros e a percepção de sermos um país multicultural, abrindo espaço para a afirmação positiva de identidades individuais e coletivas idiossincráticas, visto que estas não são contraponto a uma sociedade democrática (D'adesky, 2001).

As políticas de reconhecimento são, em grande medida, herdeiras do princípio hegeliano de reconhecimento enquanto necessidade humana vital. Para Hegel, o ser humano deve ser compreendido a partir do desejo de reconhecimento, na medida em que sua humanidade é assegurada na relação com outros homens. O não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado do outro gera alienação e destrói a possibilidade de uma sociedade de iguais, pois como revela o mito do Senhor e do Escravo, onde nenhum dos dois é humano, a igualdade é construída de forma dialógica, pois para sermos verdadeiramente humanos é preciso que nos façamos ser reconhecidos pela imagem que fazemos de nós mesmos, lutando sempre, inclusive arriscando a própria vida, por um reconhecimento adequado de nossa identidade pelo outro (D'adesky, 2001).

Para Taylor (1994), o reconhecimento adequado não se trata simplesmente de uma cortesia dada aos outros, não é meramente altruísta, mas recusar-se a reconhecer o outro em sua dignidade e humanidade pode lhe causar sérios danos. Assim:

Nonrecognition or misrecognition can inflict harm, can be a form of oppression, imprisoning someone in a false, distorted, and reduced mode of being. (...) Due recognition is not just a courtesy we owe people. It is a vital human need. (Taylor, 1994: 25-26).

Taylor (1994) faz uma articulação entre reconhecimento e identidade, estabelecendo que a constituição de nossas identidades pessoais e coletivas se dá também pelo reconhecimento. Assim, o modo como se dá o reconhecimento estabelece formas de construção de identidades, sendo que estas podem ser formadas, deformadas e reconstruídas no decorrer da vida.

As identidades, segundo Taylor (1994), não podem permanecer apenas na esfera

do privado, mas devem ser o fio que tece o tecido social, uma vez que a afirmação de identidades diversificadas deve ser fomentada pelo Estado, para que as minorias étnicas não se sintam depreciadas e o projeto de nação não lhes seja estranho, pois compartilham direitos universais de cidadania e se sentem reconhecidos pela maioria.

Mas a luta por essa igualdade na diferença é carregada de tensões, uma vez que a minoria social discriminada precisará, através de um processo eminentemente dialógico, desconstruir junto ao grupo hegemônico um reconhecimento inadequado de sua identidade e estabelecer novas representações, cujo reconhecimento se dê em sua diversidade, sem deter-se apenas em estereótipos negativos.

As políticas de reconhecimento necessitam ser igualitárias, fugindo da homogeneização proposta pelos interesses dos grupos dominantes, que encerralam o grupo minoritário em uma percepção negativa de si mesmo, em que não encontram nem fora nem dentro do grupo modelos de identificação que sejam satisfatórios. As falhas de reconhecimento devem ser corrigidas por meio de políticas promotoras da igualdade social (D'adesky, 2001).

No entanto, do ponto de vista político normalmente há uma opção pela manutenção da exclusão social do negro, das mulheres e dos homossexuais por alusão a um ideal de igualdade a serviço da manutenção do *status quo*. A esse respeito, Santos (1997) estabelece uma interessante forma para se superar tal discurso:

Das diferentes versões de uma dada cultura deve ser escolhida aquela que representa o círculo mais amplo de reciprocidade dentro dessa cultura, a versão que vai mais longe no reconhecimento do outro (...) As pessoas e os grupos sociais tem o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. (Santos, 1997:29).

Para Fraser (2002), esta discussão em torno das políticas de reconhecimento desloca uma questão importante, que é o fato de tais disputas estarem ocorrendo em sociedades cada vez mais desiguais do ponto de vista material. Sendo assim, tenta romper um falso antagonismo entre a disputa por redistribuição material e pelo reconhecimento adequado das identidades dentro destas sociedades, estabelecendo que atualmente a justiça necessita tanto de reconhecimento quanto de redistribuição.

Fraser (2002) situa gênero e raça como categorias exemplares para enfocar a relação entre injustiças socioeconômicas e culturais, onde políticas de reconhecimento e de redistribuição se entrelaçam para buscar a igualdade social de grupos socialmente discriminados.

Raça e gênero são consideradas por Fraser (2002) como sendo coletividades

ambivalentes², por englobarem tanto aspectos político-econômicos quanto culturais em seu modo de exploração pelo grupo hegemônico. Dessa forma, negros e mulheres tanto são explorados economicamente, ao terem menos acesso à educação, ao mercado de trabalho e as possibilidades de ascensão social, quanto tem suas especificidades de grupo desrespeitadas por ideologias andro e etnocêntricas.

Fraser (2002), salienta que há uma pseudo dicotomia por trás das demandas de antirracistas e feministas. Por se tratarem de coletividades ambivalentes, estes movimentos solicitam medidas tanto de reconhecimento quanto de redistribuição. No entanto, a redistribuição busca eliminar as diferenças entre os grupos, ao passo que o reconhecimento busca afirmá-las positivamente. Fraser (2002) acredita ser este um falso dilema, desde que sejam utilizadas formas promissoras na orientação política destas demandas. Assim, salienta que há dois caminhos aparentemente promissores com relação à questão, o primeiro unindo a política de redistribuição afirmativa do Estado de Bem-Estar liberal e a política de reconhecimento afirmativo do multiculturalismo, já o segundo unindo a política transformativa de redistribuição do socialismo à política transformativa de reconhecimento da desconstrução (Fraser, 2002:274).

Dentre estes caminhos, Fraser (2002) pende mais para o segundo, posto que o primeiro, por não mexer na estrutura da sociedade tenderá a fazer com que a exigência dos movimentos sociais seja cada vez maior e, dessa forma, estes serão rechaçados por estarem sendo injustamente beneficiados. Já o segundo caminho busca transformar as estruturas societais e desconstruir as dicotomias hierárquicas raciais e de gênero.

Embora concordando em muitos pontos com a autora, acreditamos que a eficácia do segundo caminho fica também reduzida à medida em que, pelo menos no Brasil, o nível de exclusão social do negro das esferas de tomada de decisão e participação efetiva enquanto cidadãos os manteria ainda por um longo período à margem da sociedade, enquanto os brancos continuariam usufruindo de seus privilégios históricos obtidos por meio da opressão.

As Críticas Feitas às Políticas de Ação Afimativa

Neste ponto nos propomos a analisar as principais críticas que têm sido dirigidas às experiências de políticas de ações afirmativas já em andamento e àquelas ainda no campo das proposições.

² Fraser (2002) distingue raça e gênero (coletividades ambivalentes) de classe e sexualidades menosprezadas (coletividades bivalentes). Para a autora, em uma situação ideal extremo, sexualidades menosprezadas, como no caso dos homossexuais, necessitaria apenas de 'remédios de reconhecimento', e classe de 'remédios redistributivos', ao passo que gênero e raça de ambos. Mas como as dimensões de classe, gênero, sexualidade e raça se encontram altamente imbricadas na vida real, tal divisão é meramente ilustrativa para as soluções possíveis as demandas dos grupos discriminados.

Como já dito acima, estas críticas recaem sobre cinco aspectos principais que remetem, inegavelmente, à presunção de sermos uma sociedade igualitária, harmônica, meritocrática e relegando a questão das desigualdades raciais ao seu aspecto puramente econômico e à não implicação dos setores que, historicamente, vêm sendo beneficiados com o fenômeno deplorável do racismo em nosso país.

Estas críticas levam-nos a refazer uma interrogação por muito tempo levantada por psicólogos sociais e, acreditamos, ainda hoje necessitando ser respondida:

O que é que faz com que em sociedades que cultuam valores democráticos e igualitários, as pessoas sejam levadas a aceitar a injustiça, a adotar ou tolerar frente àqueles que não são seus pares ou como eles, práticas de discriminação que os excluem? (Jodelet, 2001: 54).

Tendo esta questão como norte vamos nos deter mais profundamente nas principais críticas às políticas de ação afirmativa, buscando compreender os nexos sociais e culturais que apresentam a adoção de medidas compensatórias para os afrodescendentes como antagônicas aos direitos de igualdade e justiça, impedindo assim a abertura das hierarquias socioculturais.

O Sistema Meritocrático de Acesso ao Ensino Superior

O sistema educacional brasileiro, sobretudo o ensino superior, está longe de ser acessível a grande parcela da população. A porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos matriculados nas universidades, por volta de 11%, está entre as mais baixas da América Latina.

O acesso a universidade é garantido, primordialmente, por meio do concurso vestibular, teoricamente meritocrático, pois apenas os indivíduos mais bem preparados conseguem adentrar no curso superior. Mas, longe de ser meritocrático, este sistema é altamente excludente, na medida em que os 'mais preparados' normalmente são os egressos do ensino privado de boa qualidade ou das escolas públicas federais, que também adotam uma espécie de vestibular e funcionam em turno integral, impedindo a permanência dos mais pobres. Aqui já percebemos claramente um recorte de classe social entre os mais ou menos preparados.

Além do recorte de classe social, encontramos no acesso ao ensino superior outro recorte, o racial. Vemos, por exemplo, que entre os concluintes do ensino superior que se submeteram ao Exame Nacional de Cursos, o provão, 23% são negros (pretos e pardos) (INEP/MEC, 2002)². Se observarmos os dados de afrodescendentes matricu-

² No entanto, tal porcentagem não corresponde à realidade, pois cabe lembrar que o Exame Nacional de Cursos, embora obrigatório, ainda não é aplicado à totalidade dos cursos de graduação existentes no país. No ano de 2002, 24 cursos universitários foram avaliados.

lados em universidades públicas, o índice cai para 5% (Rodrigues & Afonso, 2002).

A situação de desigualdade a partir de critérios raciais persistem, ao longo dos anos, em quase todos os indicadores socioeconômicos, educacionais e mesmo com relação à expectativa de vida ao nascer (Hasenbalg & Silva, 1991; Henriques, 2001). Sendo que não tem havido uma tendência convergente na trajetória dos indicadores sociais, ou seja, com todos os avanços alcançados pelo país, as disparidades raciais permanecem praticamente inalteradas há pelo menos um século.

De acordo com dados do IBGE (2001), o analfabetismo entre negros é mais do que o dobro (21%) do que entre brancos (8,3%) e 56,6% das famílias de afrodescendentes vivem com renda mensal de até 1/2 salário mínimo, contra apenas 12,7% das brancas. Outro estudo do IPEA (1996) já revelava que a probabilidade de um branco entrar na escola é de 85%, contra 65% para os negros. Passar a uma segunda fase do ensino escolar revela uma probabilidade de 55% para os brancos e 42% para os negros. Entre os indivíduos que completam o ensino médio, a probabilidade de chegar à universidade é de 20% para os negros, ao passo que é de 43% para os brancos.

Muitos críticos das políticas de ação afirmativa podem ressaltar que tal exclusão dos negros das escolas de boa qualidade e, por conseguinte, das universidades se explica em boa medida pelo fato da maioria dos negros se encontrar nos extratos mais baixos da escala social. Neste sentido, a exclusão se explicaria através de mecanismos de opressão por classe social e não necessariamente por um racismo e discriminação negativa operada para com esta parcela da população.

Obviamente trata-se de uma meia verdade esta de que a exclusão do negro se explica pela classe social. Cabe pensar que, desde a abolição da escravatura, não houve interesse por parte do Estado em incluir esse segmento populacional ao sistema político, educacional e ao mercado de trabalho, inclusive incentivando a entrada de imigrantes europeus no país. Assim: "nos quarenta anos que se seguiram à abolição, São Paulo recebeu mais de dois milhões de imigrantes europeus, dos quais quase metade tiveram suas passagens transatlânticas pagas pelo governo do Estado" (Andrews, 1998:93).

Se os negros se encontram hoje, em sua maioria, nas classes menos favorecidas socialmente, trata-se do resultado de uma política sistemática de exclusão social operada por via do racismo, que os atinge em todas as esferas da vida (social, política, econômica, cultural), estabelecendo limites para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo dentro da sociedade.

Outros tantos críticos das ações afirmativas poderão ainda afirmar que tais injustiças incidiram mais fortemente sobre os negros no passado, não fazendo sentido repará-los. Mas, torna-se importante compreender que o espaço cultural contemporâneo atua enquanto produtor e reproduutor dos significados e sentidos humanos (Souza, 2003), sendo que o racismo nos vem na forma de reinscrição sociocultural de padrões e

estruturas sociais do passado, entrelaçando-se e presentificando-se através de dimensões psíquicas, interpessoais e políticas, e nos solicitando à responsabilidade de fazermos frente às injustiças, para que estas não se perpetuem e se intensifiquem pela história (Scherer-Warren, 1998).

A Inconstitucionalidade das Políticas de Ação Afirmativa

Tendo em vista o artigo 5º da Constituição Federal brasileira, que versa sobre igualdade, direitos e deveres dos cidadãos, assegurando a todos os brasileiros igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer espécie, inúmeros críticos das políticas de ação afirmativa vêm levantando a questão da constitucionalidade das mesmas.

Aqui cabe fazer uma ressalva sobre o conceito de cidadania, para, em seguida entrarmos na questão da legitimidade constitucional das políticas de ação afirmativa. Vemos em Marshall (1967), que o princípio moderno de cidadania compreende três dimensões: a dimensão civil, dizendo respeito à liberdade individual; a dimensão política, referindo ao direito de participar do exercício político, podendo eleger ou ser eleito; e a dimensão social, caracterizada pelo direito a viver tendo assegurado o bem-estar socioeconômico mínimo. O Estado brasileiro não tem conseguido garantir aos cidadãos o direito pleno à cidadania, principalmente em sua vertente social. Assim, é sobre essa dimensão que se encontram as demandas por ações afirmativas para a população afrodescendente, reclamando por igualdade de oportunidades, de modo a permitir que brancos e negros partilhem relações de poder em mesmo nível.

Entre os juristas que apoiam as políticas de ação afirmativa, há alguns que sustentam sua legitimidade constitucional partindo da premissa de que a Carta Magna assegura em seu texto o tratamento diferencial a determinados grupos historicamente discriminados, visto que tratá-los desigualmente seria uma forma de promoção da igualdade, ao passo que tratá-los igualmente seria a manutenção e ampliação das desigualdades. Segundo este argumento não haveria contradição entre as ações afirmativas e o artigo 5º da Constituição. No entanto, como ressalta Bernardino (1999), tal argumento seria facilmente refutado, à medida que se poderia afirmar que as categorias sociais com direito ao tratamento diferenciado já estão descritas na Constituição, sendo vedado o acréscimo de outras.

Outra interpretação da Constituição, de caráter mais promissor, revela que os direitos estabelecidos em tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte orientam seu Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), afirmando, com base em indicações do Supremo Tribunal Federal, que a ratificação de tais tratados e convenções pelo Estado Federal encontram-se em mesmo nível de autoridade que as leis nacionais (Silva Jr., 2000). Dessa forma, o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre AFONSO, M. L. M. & RODRIGUES, C. S. (2003). Políticas de Reconhecimento e Ação Afirmativa.

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto 65.810, de 8 de dezembro de 1969), além da Convenção n.º 111 da OIT, da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (ratificada em 1984) e da Convenção Contra a Discriminação no Ensino, onde políticas compensatórias a grupos historicamente discriminados são propostas aos países membros. Assim, a adoção de tais políticas pelo governo federal ou pela iniciativa privada não poderia ser considerada inconstitucional (Martins, 1996; Silva Jr., 2000).

Podemos acrescentar ainda que, para a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001, a delegação oficial brasileira levou um documento propondo ações afirmativas para a população afrodescendente, reconhecendo a legitimidade das medidas reparatórias e de cotas para negros em universidades públicas.

Embora não haja consenso sobre a constitucionalidade das ações afirmativas, parece-nos adequado reiterar aqui o pensamento de Faria (1973), para quem “Os homens são iguais, já dizia Aristóteles, mas só tem os mesmos direitos em idênticas condições” (Faria: 1973:46). Assim, o princípio de igualdade não é violado quando a lei trata diversamente indivíduos ou grupos que não têm a mesma situação, oferecendo oportunidades àqueles que se encontram em desvantagem histórica.

As Políticas de Ação Afirmativa Geram a Exclusão dos Brancos Pobres

Como o debate em torno das políticas públicas específicas para a população afrodescendente suscita divergências, principalmente tentando-se reduzir a questão das desigualdades raciais ao seu aspecto puramente econômico, diversos críticos desta política têm levantado a seguinte questão: por que não se conduzir políticas públicas universalistas que elevem a qualidade geral da educação, da saúde, do acesso à moradia, saneamento básico, acesso ao emprego, etc.? Segundo estes críticos, por ser negra a maior parte da população pobre no Brasil, ela seria claramente beneficiada com a adoção de tais medidas, além dos brancos pobres, que não seriam favorecidos pelas políticas de ação afirmativa. Alguns autores (Maggie & Fry, 2002; Bok & Bowen, 2000) consideram tais políticas como “racialmente não neutras”, posto que ao se concentrarem em algumas áreas específicas de pobreza acabam por beneficiar um número expressivo de negros.

Dentro desta perspectiva encontra-se o pensamento da reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, ao dizer: “sou favorável ao sistema de cotas para a rede pública e acredito que, com um sistema adequadamente construído, a Universidade

possa buscar os melhores talentos que estão nessa rede. Embora o sistema de cotas seja um instrumento de inclusão, a escolha de uma cota étnica implica exclusão de outras possibilidades” (Gazzola, 2002:06).

No entanto, os dados estatísticos das agências governamentais nos desabilitam a afirmar que políticas universalistas diminuiriam a desigualdade entre negros e brancos. Henriques (2001), pesquisador do IPEA, revela em seu estudo que a heterogeneidade da escolaridade entre os adultos no Brasil explica, em grande parte, as desigualdades sociais e raciais no país. Segundo este estudo, a média de escolaridade na população adulta do Brasil é de cerca de 6 anos de estudo. Mas, ao se observar a evolução da escolaridade entre negros e brancos separadamente, percebe-se que entre negros adultos a média de escolaridade gira em torno de 6,1 anos de estudo, ao passo que para os brancos na mesma faixa etária a média sobe para 8,4 anos, uma diferença de 2,3 anos. Porém, este não é o ponto mais dramático da análise, uma vez que o estudo revela também que, mesmo com a maior acessibilidade tanto de brancos quanto de negros à educação, o diferencial de anos de estudo entre eles permanece praticamente inalterado há quase um século. Como relata Henriques (2001): “(...) a escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações” (Henriques, 2001: 27).

Além da educação, o mercado de trabalho também se mostra extremamente refratário a inclusão de afrodescendentes. Em estudo recente, Soares (2000) aponta que, segundo o mercado de trabalho, existe um indivíduo ideal (sexo masculino e branco), sendo que os demais recebem salários menores ou muito menores do que os recebidos pelos homens brancos. Segundo este estudo, as diferenças salariais entre os indivíduos podem advir de três fatores: qualificações diferentes, inserções no mercado de trabalho diferentes ou um diferencial salarial puro. Assim, as mulheres brancas recebem um salário menor por conta do diferencial salarial puro, ou seja, elas têm, em média, qualificações tão boas ou melhores que as dos homens brancos e se inserem no mercado de trabalho de forma parecida, sendo o diferencial salarial devido ao fato de serem mulheres. O estudo também afirma que os negros auferem salários menores por conta da baixa escolaridade que têm em relação aos homens brancos. Porém, mesmo quando os negros têm qualificação idêntica e modos de inserção também idênticos aos dos brancos, a diferença salarial é da ordem de 27%, revelando a discriminação sofrida pelos negros no mercado de trabalho. Mais uma vez, o agravante é que o hiato entre os salários recebidos pelos homens brancos e as mulheres brancas têm diminuído bastante nos últimos anos, ao passo que para o grupo composto por indivíduos negros a situação tem se mantido estável.

Outra questão a ser colocada é que mesmo quando negros e brancos convivem no AFONSO, M. L. M. & RODRIGUES,C. S. (2003). Políticas de Reconhecimento e Ação Afirmativa. 281

mesmo extrato social inferior, estes ainda têm a seu favor os privilégios simbólicos decorrentes do racismo existente contra aqueles. Então:

(...) tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. (Bento, 2002:27).

Tais críticas orientam as discussões entre adoção de políticas de ação afirmativa e de políticas públicas universalistas como campo de antagonismos. Pensamos que, ao contrário, tal discussão deve se pautar por um campo de especificidades e complementariedades. Não há oposição entre políticas de promoção de igualdade socioeconômica e políticas públicas específicas para a população afrodescendente, visto que reverter o atual quadro de exclusão social dos negros requer medidas que contemplam suas especificidades sociais e culturais, buscando uma reorganização ou transformação cultural na sociedade. Podemos afirmar, inclusive, que há uma mútua sustentação entre políticas universalistas e políticas afirmativas.

A Indeterminação de Quem é Negro no País

Sabe-se, há bastante tempo, que o conceito de raça não se justifica do ponto de vista biológico. No entanto, como salienta Sowell (1995), pode não se tratar de um conceito válido na biologia, mas trata-se de uma realidade social e funciona como um dos modos de coletivização das pessoas em nossa mente.

Assim como gênero, raça apresenta-se como uma construção sócio-histórica, que estabelece papéis sociais, divisão no mercado de trabalho, exploração e opressão, sendo, portanto, um construto puramente político e ideológico. Dessa forma, a existência ou não de raças obedece exclusivamente aos interesses dos grupos que pretendem exterminar ou explorar outros. A este respeito é justo observar o interessante movimento de recrudescimento do racismo na Europa, pautado não mais nas diferenças biológicas, mas nas insuperáveis diferenças culturais entre europeus e não-europeus, colocando o conceito de imigração como substituto ao de raça (Santos, 1994). Assim:

Trata-se, pois, de um racismo de descolonização diferente do racismo de colonização, esse, sim, definitivamente biológico. Em suma, trata-se de um fenômeno de etnicização da maioria mais do que de etnicização das minorias (Santos, 1994: 41).

Assistimos no Brasil, a partir da assunção pelo governo federal da necessidade de serem implementadas políticas públicas específicas para a população afrodescendente, a uma desvalorização da "raça" enquanto fator explicativo das desigualdades sociais no país. Assente no pressuposto de sermos um país mestiço, cuja população tem, em alguma medida, uma ascendência africana, essa desvalorização busca minar já no nascedouro as discussões em torno dos benefícios de um dado grupo sobre a opressão de outro. Parece-nos que, novamente, a sociedade busca reinscrever o mito da democracia racial e encerrar de vez o diálogo.

À guisa de fomentar o diálogo, propomos aqui duas definições de quem seriam os negros no país e que, por conseguinte, estariam em condições de serem beneficiados pelas políticas afirmativas que, porventura, vierem a ser estabelecidas pelo governo e/ou iniciativa privada. A primeira definição seria a do negro como sendo:

(...) todo indivíduo de origem ou ascendência africana suscetível de ser discriminado por não corresponder, total ou parcialmente, aos cânones estéticos ocidentais, e cuja projeção de uma imagem inferior ou depreciada representa uma negação de reconhecimento igualitário, bem como a denegação de valor de uma identidade de grupo e de uma herança cultural e uma herança histórica que geram a exclusão e a opressão (D'adesky, 2001: 34).

A segunda definição, complementar à primeira, pressupõe o critério de auto-classificação racial como plenamente satisfatório, à medida em que se trata de uma postura política que o indivíduo adota diante da coletividade. Ao dizer-se negro, mais que compartilhar traços fenotípicos como cor de pele, formato de nariz ou tipo de cabelo, o sujeito estaria assumindo a postura política de se ligar a um grupo historicamente discriminado negativamente, sofrendo de uma exclusão social e cujas origens históricas são depreciadas pelo grupo hegemônico. Esse posicionamento político traria a este sujeito a percepção de ser membro de uma coletividade que lhe assegura determinados direitos mas também encerram inúmeros ônus sociais, com os quais deveria arcar conscientemente (Rodrigues & Afonso, 2002).

Por este critério espera-se a formação de uma identidade coletiva entre os negros, que teriam maior força de negociação política para que esta identidade tenha um real reconhecimento dentro da sociedade. Este real reconhecimento propiciaria uma reordenação do sistema cultural vigente com mudanças de caráter tanto econômico quanto social. Havendo tal mudança cultural, os negros poderiam ser vistos não mais apenas através de estereótipos negativos, mas como representantes de um grupo de grande importância no desenvolvimento da sociedade, com indivíduos representados em todos os setores da sociedade, e não mais tratados apenas como cidadãos de segunda classe.

Sentimento de Inferioridade dos que se Beneficiarem por Via de Ações Afirmativas

Já estabelecemos acima o modo de operar do racismo como sendo duplamente opressivo, primeiro excluindo e depois impedindo que se libertem de tal opressão. Dessa forma, a cada vez que surgem demandas por reconhecimento igualitário e reparação por perdas materiais históricas entre os negros, emergem simultaneamente discursos que, em nome de uma certa “democracia”, ou uma certa “igualdade”, denunciam estas demandas como injustificáveis.

Operando por via da inversão, típica da ideologia, este discurso “igualitário” reelabora velhos conceitos e passa a culpabilizar os negros por sua própria opressão. Se não é mais possível inscrever sua inferioridade do ponto de vista biológico, ela (a inferioridade) é trazida à tona por conta de diferenças culturais e/ou déficits cognitivos. Podem assim, defender-se da adoção de cotas em universidades alegando que a qualidade do ensino irá piorar, ou que a inserção da cultura afro-brasileira nos currículos escolares é uma forma de racismo.

Tais discursos deslocam o foco da questão: não se falam em desigualdades historicamente construídas, em opressão, em identidades relegadas ao não reconhecimento ou a um reconhecimento inadequado. Tratam-se antes de posições sociais estabelecidas por uma pretensa “ordem natural”, que em nome de uma igualdade sempre a ser perseguida mas jamais alcançada, não podem ser reestabelecidas.

Assim, como já ressaltou Lewin (1978), pelo fato da sociedade silenciar diante do fenômeno do racismo enquanto produção sócio-histórica a serviço da dominação, os indivíduos pertencentes a minorias sociais discriminadas acabam por introjetar sobre si uma imagem depreciativa e, quando se dão conta da discriminação a que são submetidos, normalmente retornam para si e para seu grupo de referência todo o ódio que sentem pela opressão, por não terem sido desde cedo esclarecidos sobre a real natureza da convivência inter-racial dentro da sociedade.

O sentimento de identidade é o antídoto deste ódio, pois trata-se de preparar os indivíduos pertencentes aos grupos socialmente discriminados a uma participaçãoativa e completa dentro do grupo, compreendendo, por meio de uma articulação que inclua passado e futuro, a implicação entre a solução dos problemas do grupo associados aos problemas de bem-estar de todos os membros da sociedade (Lewin, 1978).

É papel dos diversos movimentos sociais fomentar o diálogo e denunciar a situação de opressão em que se encontram negros, mulheres e outras minorias dentro de nossa sociedade. Trata-se de lutar pelo reconhecimento igualitário, tendo respeitadas suas especificidades enquanto grupo e estabelecer, a todos os postulantes e de mais indivíduos implicados, que políticas de ação afirmativa não se tratam de con-

cessão de privilégios, mas são um remédio alternativo, que não cura, mas procura reparar uma situação de discriminação histórica.

Conclusão

Entre os diversos segmentos da sociedade que se têm debruçado e discutido sobre a implementação ou não de políticas de ação afirmativa para afrodescendentes, o debate se apresenta sob a forma de antagonismos e exclusões. Assim, sobretudo as críticas dirigidas às ações afirmativas, referem-se a tais medidas como ferindo princípios constitucionais de igualdade e indo contra a meritocracia, além de apresentarem problemas de ordem prática para a implementação das mesmas, tais como a definição de quem é negro no país e a exclusão de brancos pobres.

Acreditamos que tal óptica não dimensiona corretamente a complexidade do questão, posto que, em vez de antagonismos e exclusões, os princípios norteadores do debate devem ser os de complementariedades e inclusões. Partindo-se de adequadas formas de orientação política das demandas dos grupos socialmente discriminados não há motivos para se pensar em dicotomias, mas em uma dupla sustentabilidade, na medida em que somente a adoção de políticas afirmativas não propiciaria uma mudança sociocultural mais profunda, e, em contrapartida, a implementação de políticas universalistas sem se ater às especificidades étnico-raciais continuaria por manter as desigualdades entre brancos e negros.

Diante da multiplicidade de discursos sociais que se prestam a (in)formar e sustentar um debate sobre políticas de ação afirmativa, torna-se de fundamental importância situar raça/etnia enquanto categoria fundamental para se compreender os processos de inclusão/exclusão, recaíndo sobre os afrodescendentes uma dupla opressão, assentada na desigualdade socioeconômica e na dominação cultural.

Os movimentos sociais anti-racismo propõem à sociedade um entrelaçamento entre políticas de reconhecimento e de redistribuição, visando abrir um espaço para a inclusão social de segmentos historicamente discriminados na sociedade. Sem este entrelaçamento, as hierarquias sociais não serão diluídas e pode haver um encerramento dos grupos minoritários ou na mercadorização de sua identidade ou em comunitarismos extremados (Touraine, 1999; Afonso, Abade & Rodrigues, 2003).

Assim, as políticas de ação afirmativa não se limitam somente a lutar pela igualdade socioeconômica, mas também pela possibilidade de constituição de uma convivência com a diversidade cultural e étnico-racial no país, em que princípios de justiça e solidariedade atuem na transformação e quebra de hierarquias. Aí sim abrindo espaço para uma sociedade igualitária, oferecendo a todos direitos de cidadania universalizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, L.; ABADE, F. L.; RODRIGUES, C. S.. (2003). *O elogio da transversalidade*. (no prelo).
- ANDREWS, G. R. (1998). *Negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: EDUSC.
- AZEVEDO, C. M. M. (1987). *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BENTO, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 25-57). Rio de Janeiro: Vozes.
- BERNARDINO, J. (1999). *Ação afirmativa no Brasil: a construção de uma identidade negra?* Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF.
- BOK, D. e BOWEN, W. G. (2000). *Shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions*. Princeton: Princeton University Press.
- BRASIL. (2001). *Síntese de Indicadores Sociais, 1992/1999*. Rio de Janeiro: IBGE.
- D'ADESKY, J. (2001). *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas.
- FARIA, A. O. (1973) *Do princípio da igualdade jurídica*. São Paulo: Revista dos Tribunais/USP.
- FERNANDES, F (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- FRASER, N. (2002). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB.
- FREYRE, G. (1977). *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio. 18 ed.
- GAZZOLA, A. L. A. (2002). *Diversa, Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*. Ano 1, n.º 1. Entrevista.
- HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V. (1991). Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: LOVELL, P. A. (Org.). *Desigualdade racial no Brasil Contemporâneo*. (pp. 241-262). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR.
- HENRIQUES, R. (2001). *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília: IPEA. (Texto para discussão n.º 807).
- HOLANDA, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 26 ed.
- INEP/MEC. (2002). *Exame Nacional de Cursos: síntese do Provão 2002*. Brasília.
- IPEA/PNUD. (1996). *Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília.
- JODELET, D. (2001). Os processos psicosociais da exclusão. In: SAWAIA, B (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social*. (pp. 53-66). Rio de Janeiro: Vozes. 3. ed.

- LEWIN, K. (1978). O ódio de si mesmo entre os judeus. In: LEWIN, K. *Problemas de Dinâmica de Grupo*. São Paulo: Cultrix.
- MAGGIE, Y.; FRY, P. (2002). O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Enfoques – Revista Eletrônica*, 93-117, artigo 1. Acesso em: 28 de maio de 2003 de <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/>.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARTINS, S. S. (1996). Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil. *Revista de Estudos Feministas: Dossiê Ações Afirmativas*, 4 (1).
- RODRIGUES, C. S., AFONSO, M. L. M. (2002). Identidade étnica e ascensão social: um estudo com estudantes universitários negros e a construção de sua identidade étnica. Relatório de pesquisa não-publicado, FAPEMIG, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, MG.
- SANTOS, B. S. (1994). Modernidade, identidade e cultura de fronteira. *Revista Tempo Social*, 5(1-2), 31-52.
- SANTOS, B. S (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32, jun.
- SCHERER-WARREN, I. (1998). Movimentos em cena ... e as teorias por onde andam? *Revista Brasileira de Educação*, 9, 16-29, set/out/nov/dez.
- SILVA Jr, H. (2000). Ação afirmativa na Constituição de 1988. In: BENTO, M. A. S (Org.). *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. (pp. 123-153). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- SKIDMORE, T. E. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOARES, S. S. D. (2000). *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: IPEA. (Texto para discussão n.º 769).
- SOUZA, T. R. P. (2003). Movimentos identitários contemporâneos: o duplo sentido do "nós" nas sociedades multiculturais. *Cadernos de Psicologia*, 12(1), 77-95.
- SOWELL, T. (1995). *Race and Culture: a world view*. New York: Basic Books.
- TAYLOR, C. (1994). The politics of recognition. In: GUTMAN, A. (org). *Multiculturalism*. (pp. 25-70). Princeton: Princeton University Press.
- TOURAINÉ, A. (1999). *Poderemos viver juntos?* Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (2000). DataUff. Pesquisa domiciliar sobre relações raciais no Estado do Rio de Janeiro. Niterói.
- WALTERS, R. (1995). O princípio da ação afirmativa e o progresso racial nos Estados Unidos. *Estudos Afro-Asiáticos*, 28, 129-40, out.

* Recebido em 10 de setembro de 2003.

* Aprovado em 10 de dezembro de 2003.

Nas Empresas Todos Têm as Mesmas Chances, Contanto que Sejam Homens

In Companies Everyone Has the Same Opportunities, as long as They are Men

Eliana Ismael Costa*

Email: elianaic@uol.com.br

Resumo:

O preconceito na literatura psicológica de um modo geral é considerado uma atitude negativa injustificável em direção a um grupo ou a seus membros individualmente; É um pré-julgamento que induz ou, predispõe contra alguém, baseado apenas em identificações da pessoa alvo a um grupo em particular, cujos constituintes básicos são sentimentos, originados na necessidade de justificar comportamentos e/ou, crenças generalizadas que podem se relacionar imprecisamente. Ocorre que o preconceito atualmente não é explícito, ao contrário, ele emerge de formas sutis sendo assim aceito e reproduzido. Com o objetivo de avaliar como estas formas “politicamente corretas” são expressas, foram entrevistados 50 homens, ocupantes de cargos de chefia em empresas públicas e privadas, acerca de adjetivos que escolheriam ao qualificar e escolher um(a) colega para ascender profissionalmente (escolha para um cargo de chefia) em sua empresa. As análises dos dados demonstraram que inicialmente, não há nenhuma predileção por qualquer gênero. Porém, em um maior aprofundamento observamos, com clareza, o domínio de atributos considerados masculinos em detrimento aos atributos considerados do gênero feminino. O que supomos ser uma das formas sexistas de exclusão de oportunidades às mulheres naquelas empresas, baseada explicitamente na definição social de gênero.

Palavras-Chave

Gênero, Segregação, Discriminação, Sexismo, Trabalho

Abstract

In general, in the field of psychology, prejudice is considered to be an unjustifiable negative attitude against an individual or group. It is previous

* Professora do Unipe. Mestre em Psicologia Social pela UFPB. Doutoranda em educação - Unicamp.

COSTA, E. I. (2003). Nas Empresas Todos Têm as Mesmas Chances, Contanto que Sejam Homens. *Psicologia Política*, 3(6), 289-301.

judgment made towards someone, only supported by identifications of the target person to a particular group based on feelings. The necessity to justify some behaviors and/or beliefs has created this feelings, but they have an inaccurate relation. Nowadays, prejudice is not clear, it appears in a subtle way, being accepted and reproduced.

Fifty men in the position of managers of public and private companies were interviewed to evaluate how they use these politically correct terms. They had to choose someone to be promoted and had to justify their choices by using adjectives.

The first analysis did not prove any preference of gender. But, in a deeper study, we noticed the predominance of male attributes in detriment of female ones. In this case, we supposed it to be one of the sexist forms of exclusion of opportunities for women in those companies, explicitly supported by social gender concept.

Key words

Gender, Segregation, Discrimination, Sexism, Work

Atualmente, há uma crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Esta constatação representa profundas mudanças de comportamento social nos últimos trinta anos no Brasil, especialmente nos centros urbanos. Independente das crises político financeiras por que passa o mundo e em especial o continente latino americano, com suas políticas neo-liberais e consequente diminuição de empregos, as mulheres vêm ocupando um espaço nunca antes alcançado. Esta transformação não se deu gratuitamente, mas faz parte de um processo de transição fruto de muitas lutas. Fatores como a conquista de liberdade de expressão e ação feminina, possibilitando um grande número de mulheres alcançar nível de escolaridade superior, a queda de salário real dos trabalhadores levando suas parceiras à necessidade de “complementação de renda familiar”, a ampliação de indústrias, foram alguns dos determinantes ocorridos dos anos 70 para cá, responsáveis por essa mudança de quadro. Nesta mesma época, na Europa, inicia-se um processo que será chave no desenvolvimento da igualdade de gênero, as Ações Afirmativas – “programas que buscam diversificar as escolhas profissionais, apoiar a inserção das mulheres em setores e níveis de responsabilidades nos locais de trabalho onde elas estão sub-representadas, realizando uma intervenção na divisão sexual do trabalho nas empresas” (Cappellin, 1996). Tais ações, são projetos de leis que se dirigem especificamente à intervenções no mercado de trabalho por ser lá, o “locus” de centralidade econômica e representar um espaço de embate cultural.

A década de 90 foi marcada pelo fortalecimento da participação da mulher na economia ativa do país. Ela representa a maior parcela da população brasileira (86,2 milhões dos 169,8 de habitantes); aumentou seu poder aquisitivo, o nível de escolaridade e conseguiu reduzir a discrepância salarial, apesar das diferenças.

Hoje, sob a ótica do gênero, é possível se falar em igualdade de oportunidades de trabalho, certo? Afinal de contas as mulheres acabaram de ultrapassar a faixa dos 50% do PEA - População Economicamente Ativa - conforme dados do último censo realizado pelo IBGE (página da internet, 2000). Isto significa dizer que vivemos em um processo de plena consolidação democrática e de distribuição de oportunidades igualitárias, certo? Errado. A má notícia é que isto não é de todo verdade. Conforme C. Tilly (2000), a desigualdade categorial consiste na distribuição desequilibrada de atributos entre um conjunto de unidades sociais, tais como indivíduos, categorias, grupos ou, regiões; tais fenômenos são próprios das experiências coletivas e interações sociais. E, se a distribuição de oportunidades no Brasil não é igualitária, como demonstram amplamente jornais, estudos acadêmicos, etc., significa dizer que vivemos em uma segregação sexual. Isto é, mulheres não têm usufruído proporcionalmente, dos mesmos benefícios que homens ao longo dos anos, apesar de ter ultrapassado 50% dos 169 milhões de habitantes do país, como mostram as tabelas abaixo.

COSTA, E. I. (2003). Nas Empresas Todos Têm as Mesmas Chances, Contanto que Sejam Homens.

Tabela 1: População Brasileira Total, Distribuída por Sexo

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Brasil	169 799 170	83 576 015 - 49,22 %	86 223 155 - 50,78 %
PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS			
	44 795 101	33 634 466 - 75,1%	11 160 635 - 24,9%

Fonte: Censo demográfico IBGE/2000

O grupo feminino é o que tem alcançado o maior grau de instrução entre os chefes de família responsáveis por seu sustento e é atualmente, o responsável por cerca de $\frac{1}{4}$ de domicílios. Este aumento recente da inserção feminina no mercado produtivo (desde anos 90), é fruto naturalmente, de causas conjunturais. Quanto às causas estruturais podemos lembrar das rápidas urbanizações, das modificações nas estruturas familiares e ainda das taxas de fecundidade mais baixas, conforme informa o Dieese (Página da internet, 2002). Evidentemente, que a realidade social caracterizada por deterioração de renda familiar, desemprego, etc., são condições prementes importantes.

Tabela 2: População brasileira, distribuída por nível educacional

SEXO	Média De Anos De Estudo Dos Responsáveis Por Domicílios		
	1991 (a)	2000 (b)	Variação (b - a)
Mulheres	4,4	5,7	1,2
Homens	4,9	5,7	0,8
Total	4,8	5,7	0,9

Fonte: Censo demográfico IBGE/2000

Como observado acima, apesar desses índices de instrução mais elevados, as mulheres mantêm taxas de desemprego mais alta e salário médio inferior ao dos homens, constata-se nas estatísticas oficiais (ibge, dieese) que os brasileiros ainda ganham cerca de 30% a mais que as brasileiras. Estas diferenças de rendimentos entre homens e mulheres, são verificadas em todos setores de atividade econômica, seja por posição na ocupação ou, em grupos de ocupações semelhantes. É possível supor que esta discriminação de gênero está associada à gestação e à criação de filhos, responsabilidade quase exclusiva das mulheres.

Tabela 3: Distribuição de população por níveis de desemprego e média salarial, por sexo

Taxa de Desemprego	1997	2001
Homens	5,27	5,9
Mulheres	6,23	6,7
RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO NACIONAL MENSAL / ANO 2000		
Homens	827,00	
Mulheres	591,00	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Como se pode observar, não é necessário inventar histórias de outras épocas ou países, basta analisar as atuais estatísticas oficiais, para se comprovar não uma discriminação não velada mas, escancarada para quem quiser ver. Se estes dados não o demonstram, não sabemos o que mais provaria tal fato.

Os fenômenos de discriminação podem tomar diversas formas. Um tipo de discriminação pressupõe que pessoas ou grupos sociais recebam menos do que seria justo. Outro tipo de discriminação impede que certos grupos sociais desenvolvam suas características próprias. Por exemplo, a existência em diversos países, de punição legal pela prática da homossexualidade, ou de um tipo de religião, etc.

Que causas estariam por traz desta desigualdade? Considerando-se que o nível de formação é um fator importante na determinação do salário poder-se-ia pensar comparativamente que homens têm melhor nível de instrução que mulheres. Um relatório do Ministério do trabalho (1998) mostra que este não é o caso. Ao contrário, as mulheres tenderiam a ter mais anos de escolaridade que os homens. Mesmo assim, em 1980 ganhavam 30% a menos que os homens e em 1990, 32% a menos. A análise do fator educação mostra que as trabalhadoras brasileiras recebem um tratamento diferenciado. Qualquer que seja o grau de escolaridade e o setor de atividade, os salários das mulheres são inferiores aos dos homens. Por exemplo, os homens assalariados com curso superior completo ganhavam em média, 17,3 salários mínimos. No caso das mulheres, na mesma faixa de escolaridade, o rendimento médio era de 10,1 salários mínimos. O grau de escolaridade não parece explicar a diferença salarial.

Os índices acima dão uma dimensão das injustiças existentes nas situações de trabalho e gênero.

A falta de educação é a causa dos baixos salários da mulher ou, é uma consequência da falta de bons salários? Aliás, se por um lado, os dados que indicam claras diferenças entre os vários grupos sociais (homens e mulheres; brancos e negros; nordestinos e

sulistas, etc.) estão aí e não podem ser contestados (ignorados podem, é o que sempre fazemos), por outro lado, as explicações dos dados são as mais diversas e encontram-se freqüentemente em oposição. Por quê existem contradições na análise dos dados objetivos? Estas contradições devem-se às diferentes perspectivas ou pontos de partida que pessoas ou grupos utilizam ao analisar fatos sociais. A análise destas perspectivas permitirá entender melhor os aspectos subjetivos dos processos de inclusão/exclusão social. As condições objetivas dos processos de exclusão desenvolvem-se historicamente a partir de interesses econômicos e/ou culturais dos grupos dominantes.

Que se entende por perspectivas? As perspectivas são os pontos de partida para analisar situações sociais ou os ângulos através dos quais observamos o mundo. Aliás, as representações que nós fazemos das pessoas, de suas posições sociais, das causas pelas quais se encontram nestas, etc., não são fotografias exatas da realidade mas “(...) construções mentais elaboradas a partir de um conjunto de crenças, expectativas e valores, etc., aprendidos anteriormente” (Ismael, Maciel & Camino, 1996).

Um exemplo poderia ser dado. Por quê se é pobre? As pessoas perguntadas dão geralmente diversos tipos de respostas. Uns consideram o pobre como uma pessoa indolente, sem motivação, que merece sua atual situação, outras como uma pessoa que trabalha muito e que é explorada pelos ricos (Ismael, Maciel, Brandão & Camino, 1995). A nossa idéia do que é a pobreza, dependerá de diversos fatores como nossos valores, nossas crenças sobre o que seja justiça social, nossa inserção social, etc.

Outro exemplo que poderia ajudar a entender melhor estas visões do mundo, são os processos ideológicos. Que significa ser homem ou ser mulher? Em geral pensa-se automaticamente em papéis diferentes na sociedade e que estes papéis sociais são determinados pela biologia. As mulheres seriam destinadas biologicamente à geração de filhos e ao cuidado destes; os homens, à proteção da prole e ao provimento das necessidades materiais destes. Assim, as mulheres a partir de suas características sexuais, seriam mais eficientes e pacientes no cuidado das crianças (professoras) pessoas doentes (pediatras, enfermeiras, psicólogas, fisioterapeutas), pessoas idosas (filhas cuidando de pais idosos). Essa especialização no mercado de trabalho evidentemente, não é determinada pelo biológico, mas por um conjunto de visões e práticas sociais que foram se formando na História e que são passadas de geração à geração, não como algo cultural mas como algo natural; Um dos papéis da ideologia é o de fornecer explicações “verdadeiras” às diferenças sociais transformando-as não em injustiças, mas em situações naturais.

Estas explicações que justificam as exclusões de grupos sociais são denominadas de preconceito; Como o próprio nome indica o preconceito pressupõe “pré-julgamentos” negativos sobre os membros de um outro grupo social (religiosos, de gênero, étnico, etc.). Mas esta concepção não implica apenas um conjunto de sentimentos de

antipatia e de crenças distorcidas e/ou negativas sobre grupos sociais. “O preconceito pode ser definido como uma forma de relação intergrupal, no quadro específico das relações de poder entre grupos, no qual se desenvolvem e se expressam atitudes negativas e depreciativas e, comportamentos hostis e discriminatórios aos membros de um grupo por serem membros desse grupo” (Camino, da Silva, Machado & Pereira 2001). Isto não quer dizer que os preconceitos não possuam sua própria dinâmica psicológica. Assim, como demonstra Saffioti (1997), em seu escrito “Os menores têm dois sexos”. Quando alguém fala por exemplo: “Mulheres e homens são iguais, porém devemos considerar as potencialidades natais delas para aproveitar o máximo seu potencial”, está claramente, diferenciando-a do homem e atribuindo às mulheres valores como sensibilidade, parcimônia, resignação, cuja importância no mercado de trabalho é nenhuma se comparados a valores como força, assertividade, determinação em geral, atribuídos a homens. São estes os valores utilizados pelos homens em cargos de chefia, para hierarquizar as possibilidades de desempenho de atividades de cada gênero e criar critérios de escolha para ascensão em sua empresa. Estes estereótipos estão justificados/enraizados por razões históricas, as quais se constituem de elementos ideológicos carregados de diferenças sociais “justificadas”. Neste sentido, a partir destas concepções tem-se como objetivo principal neste estudo, analisar as novas formas de preconceitos contra mulheres, em situações de trabalho. Assim, entender as justificativas masculinas para as diferenças salariais praticadas em diversas empresas.

Método

Para esta investigação constituíram a amostra, um total de 50 homens que no momento, ocupavam cargos de chefia em empresas públicas (50%) e privadas (50%), na cidade de João Pessoa. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas em seus locais de trabalho, respeitando o horário disponível de cada um.

As entrevistas eram composta de 5 perguntas e as respostas registradas por escrito, pelos entrevistadores. Foi tomado o cuidado para que os(as) entrevistadores(as) fossem metade homens e metade mulheres, evitando assim, risco de enviesamento.

As respostas foram submetidas à análise de conteúdo e classificadas segundo a comunalidade de idéias entre as mesmas.

Discussão de Resultados

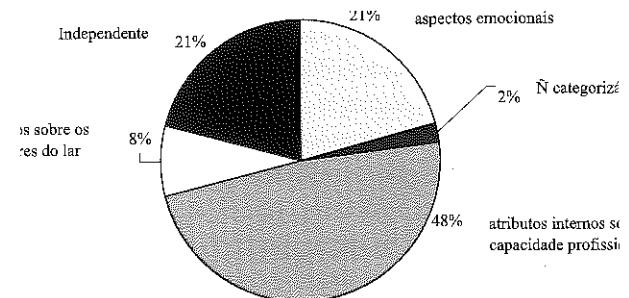
Em relação ao primeiro questionamento (gráfico1), quando pedia-se aos sujeitos expressar em forma de associação livre, suas idéias sobre a mulher na condição de trabalhadora, observa-se uma presença maciça de adjetivos positivos, sejam traços psicológicos

COSTA, E. I. (2003). Nas Empresas Todos Têm as Mesmas Chances, Contanto que Sejam Homens.

cos (delicada, zelosa, sensível, etc.) ou, atributos da capacidade profissional como competente, decidida, empreendedora, etc., somados os dois temos um índice de 69%,

Gráfico 1 - Distribuição de freqüência, das primeiras idéias

Sobre a mulher trabalhadora.



interessante notar que apenas 8% atribuíram valores ligados ao estereótipo de “dona-de-casa”.

Ao serem questionados acerca da capacidade produtiva masculina e feminina, observa-se mais uma vez (gráfico 2), que os homens deste estudo consideram em sua grande maioria, não haver diferenças, 73%. A partir deste dado, se poderia supor que esta maioria é justa e não preconceituosa, e os outros 26% da amostra se subdividem em 13% para cada gênero, apontando tanto homem quanto mulher como mais produtivo(a).

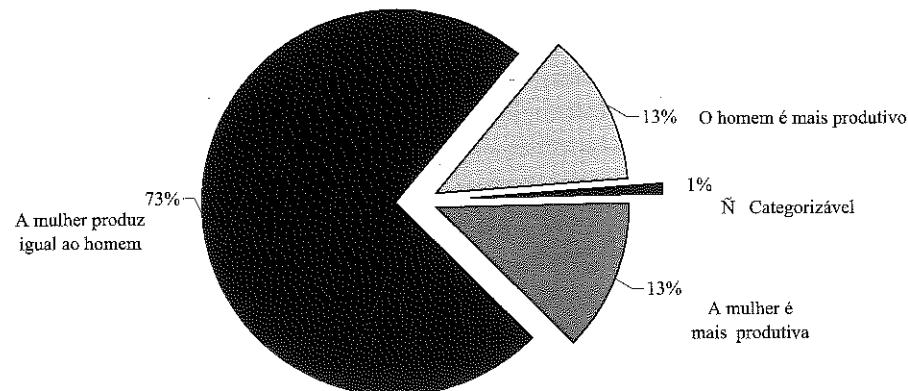
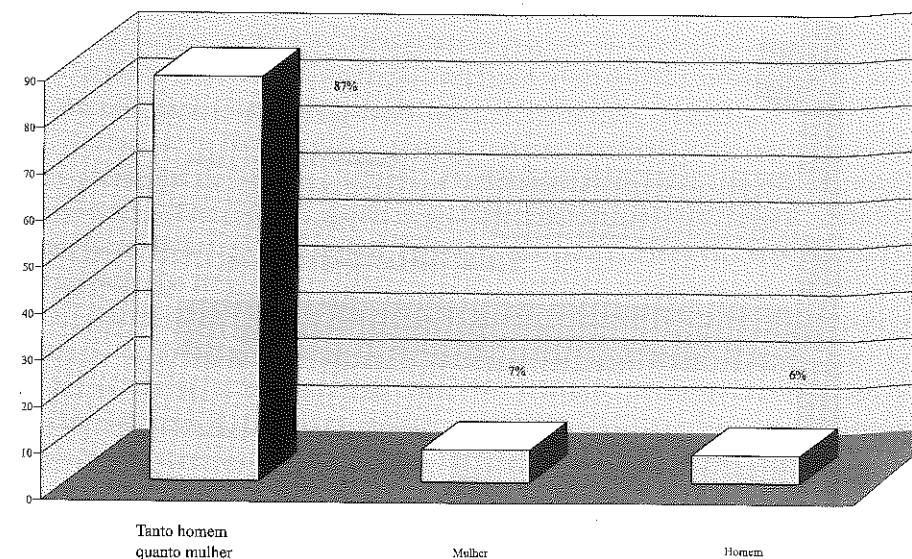


Gráfico 3 - Distribuição de freqüência, sobre a escolha para ocupação de cargo de chefia segundo o gênero



Os resultados mostrados nos quadros acima, permite-nos visualizar em que circunstâncias se escolhem homens ou mulheres para ocupar cargos de chefia, ascender a cargos superiores na empresa. Mais uma vez, notadamente a grande maioria dos entrevistados (gráfico 3), quase 90%, não faz distinção ao escolher homem ou mulher para ascender e, numa clara demonstração de “atitudes politicamente corretas”, utilizam como critérios para esta escolha “a maior identificação com a empresa, experiência e responsabilidade” demonstrados por candidatos(as) – 46%; enquanto outros 2/4 da amostra, considera que a “competência individual, qualificação para o serviço e conhecimentos gerais ou específicos” são determinantes para esta escolha (gráficos 4). É importante considerar aqui, que submerso a esta categoria estão os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e na afirmação – p/ex “qualificação para o serviço” leia-se liderança, assertividade, capacidade de decisão, características relacionadas a estereótipos masculinos. A distinção baseada em valores culturalmente atribuídos a homens, inferioriza a mulher na concorrência real por ascensão de cargos.

Gráfico 4 - Distribuição de freqüência, dos motivos de escolha quanto ao gênero de trabalhador(a), para ocupar cargo de chefia

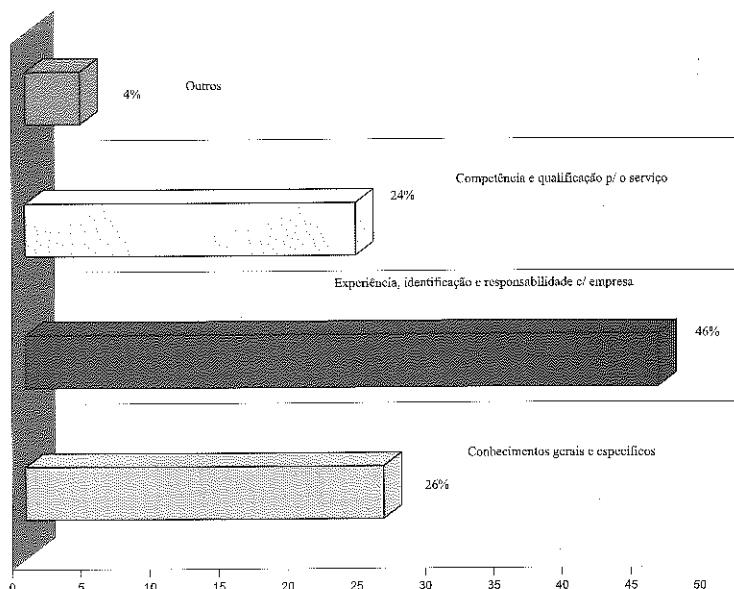
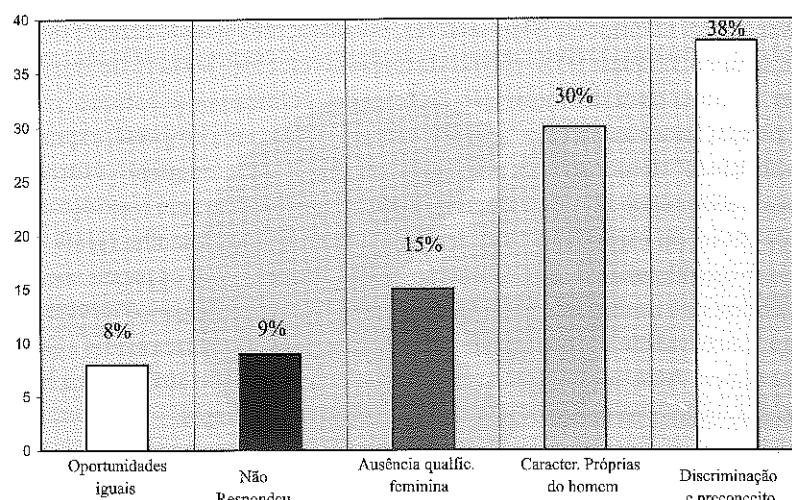


Gráfico 5 - Justificativas em porcentagem, para maior ocupação de homens, em cargo de chefia

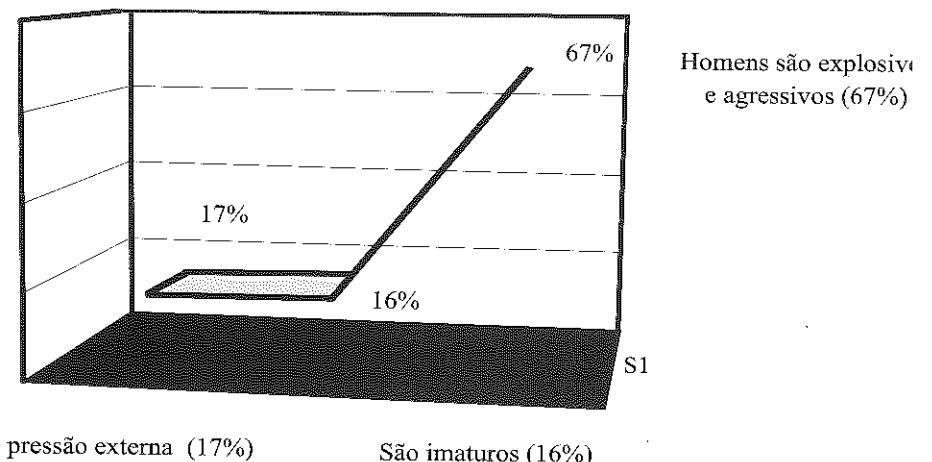


No que se refere à justificativa dos chefes quanto à ocupação majoritária de homens em cargos de chefia, em detrimento às mulheres (gráfico 5), situação amplamente disseminada hoje, apenas 38% reconhecem a existência de preconceito e discriminação enquanto 45% (juntando-se duas categorias de respostas), acham que a “ausência de qualificações femininas” e as “características próprias do homem”, tais como, “coragem, poder político ou, determinação”, explicam o fato de os homens serem os eleitos em maioria, para ocupar cargos de chefia.

Analizando os últimos dados, entre os quais se questiona sobre qual gênero traz mais problemas do lar para o trabalho e os motivos pelos quais o fazem (gráfico 6), massivamente cerca de 70%, aponta as mulheres como incapazes de separar problemas domésticos do espaço profissional, enquanto que para homens este número chega a pouco mais que 10%.

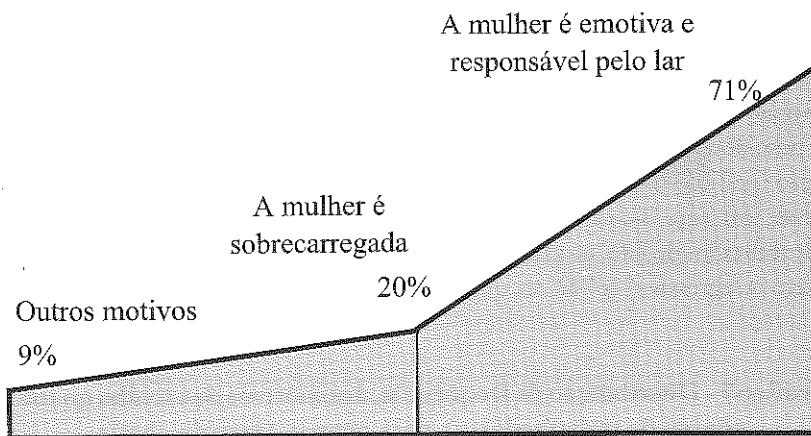
O peso desta diferença torna-se gritante quando se indaga as explicações para tal distinção (gráfico 7). Conforme se observa, para os homens todas as atribuições são externas, ou seja, homens são em certo sentido, desresponsabilizados ou desculpabilizados do fato, na medida em que é justificado como “típico do homem ser explosivo ou agressivo” (67%) ou, que estejam “sob pressão de outro” (17%).

Gráfico 7 - Distribuição de freqüência, dos motivos de escolha quanto ao gênero de trabalhador(a), para ocupar cargo de chefia



Quanto ao mesmo tipo de questionamento frente à mulher (gráfico 8), pode-se observar que as atribuições são vinculadas à aspectos internos (psicológicos) e baseadas em estereótipos historicamente cultuados, como por exemplo, mais de 71% atribui à sua "emotividade ou responsabilidade pelo lar".

Gráfico 8 - Distribuição de freqüência sobre motivos pelos quais as mulheres trazem problemas domésticos p/o trabalho



Conclusões

Se há alguma coisa que fica patente neste estudo, é a clareza com que a categoria gênero está imersa em significados inferiorizantes em situações de trabalho. A visão subjectivista da mulher a desqualifica e a exclui de oportunidades profissionais mais vantajosas, enquanto a visão objetiva assinaladamente superior do homem, o diferencia positivamente contribuindo com a discriminação; essa discriminação passa por um processo sutil que é encoberto por uma imagem inicialmente "positiva e elogiosa". As novas formas e conteúdos de discriminação não estão conscientes e em sua maioria não são propositais, no sentido explícito da palavra. Os chefes entrevistados nesta pesquisa, apresentam inicialmente, concepções igualitárias. Por exemplo, ao serem solicitados à fazerem associação livre de idéias sobre a mulher, quase metade da amostra lembra de traços relevantes no mercado de trabalho: Empreendimento, competência, responsabilidade – o preconceito sutil aparece na substantivação da produção do trabalho da mulher. Em contrapartida estes mesmos traços não são sequer citados, quando a justificativa solicitada trata dos motivos porquê homens estão em maioria, ocupando car-

gos de chefia. Podemos ver nesta comparação que a valorização de padrões comportamentais femininos são compatíveis aos modelos de conduta reconhecidos socialmente e que a desigualdade de gêneros é uma realidade explicada com base em relações de dominação entre os sexos.

Portanto, ao refletirmos sobre o trabalho desenvolvido por mulheres, é essencial analisarmos a construção social e simbólica a que está submetida a divisão de tarefas e especialmente, o pagamento oferecido aos dois gêneros; "Para tanto, deve-se considerar a relação que a divisão sexual do trabalho mantém com a dimensão da produção - base material e da cultura - simbólico" (Kergoat, 1997).

O lugar diferenciado dos homens e das mulheres nos espaços público e privado bem como nas atividades de trabalho é fruto da construção social da diferença de gênero. Essa construção compreende uma série de símbolos, representações, normas e práticas elaboradas coletivamente a partir das diferenças biológicas de cada um dos sexos. A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres não representa uma simples divisão de tarefas, mas significa uma diferenciação de tarefas (Telles, 1997) assentada em uma distribuição desigual de status, na qual a dimensão de gênero é o elemento chave.

Entender e respeitar as diferenças acreditamos ser a melhor forma de convivência e do exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA

- CAMINO, L., da SILVA, P., MACHADO, A. & PEREIRA, C. (2001). A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma análise Psicossociológica. In: *Revista de Psicologia Política*, 1 (1), 13-36.
- CAPPELLIN, P. (1996). A Valorização do Trabalho Feminino: Contextualizando as Ações Positivas. In: *Revista Estudos Feministas* 1(4), 159-170.
- ISMAEL E., MACIEL C. & CAMINO, L. (1996). O Conhecimento Do Outro: Explicações Em Termos De Cognição Social. In: CAMINO, L. (Org.) *O Conhecimento Do Outro E A Construção Da Realidade Social: Uma Análise Da Percepção E Da Cognição Social.* (pp. 59-120). João Pessoa: Editora Universitária da Ufpb.
- KERGOAT, D. (1997). Por Una Sociología de las Relaciones Sociales. Del Análisis crítico de las categorías dominantes a una nueva conceptualización. In: HIRATA H. & KERGOAT, D. (Org.) *La División Sexual del Trabajo Permanencia y Cambio.* Argentina: Asociación Trabajo y Sociedad.
- MACIEL, C., BRANDÃO, C., ISMAEL, E. & CAMINO, L. (1995). Desenvolvimento Das Explicações E Expectativas De Crianças E Jovens No Que Concerne Às Desigualdades Sócio-Econômicas. In: *Revista Psicologia Reflexão e Crítica*, 9 (2), 383-401.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO DO BRASIL – ASSESSORIA INTERNACIONAL (1998). *Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasil, Gênero e Raça: Todos pela Igualdade de Oportunidades.* Brasília: Ed. do Ministério do Trabalho.
- Censo demográfico (2001, 8 de maio de). – IBGE, acessado em 05/08/2001 de www.ibge.org.br.
- DIEESE (2002, 10 de julho de) acessado em 10/07/2002 dev www.dieese.org.br
- SAFFIOTTI, H. (1997). Os Menores têm dois Sexos. Em: MADEIRA, F.R. (Org.). *Quem Mandou Nascer Mulher – Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil.* R.Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos.
- TELLES, L. F. (1997). Mulher, Mulheres. Em: PRIORE, M. (Org.) *História das Mulheres no Brasil.* (pp. 669-672). S.Paulo: Ed. Contexto.
- TILLY, C. (2000). La Desigualdad Persistent. Argentina: ed. Manancial.

• Recebido em 10 de maio de 2003.

• Aprovado em 26 de novembro de 2003.

Sobre a Consciência de Classe e a Teoria Crítica: Rosa Luxemburgo e o Eclipse da Revolução

On Class Consciousness and Critical Theory:
Rosa Luxemburg and the Eclipse of Revolution

Ricardo Pagliuso Regatieri*

ricardopagliuso@hotmail.com

Resumo

Têm-se por fio condutor a viragem teórica de uma perspectiva revolucionária que tem como sujeito da transformação o proletariado para outra concepção que aposta no poder subversivo da crítica, o artigo tematiza a consciência de classe em Rosa Luxemburgo e a teoria crítica de Horkheimer. Apresenta a articulação entre o processo da consciência de classe e a revolução e então indica que com o fracasso das expectativas revolucionárias na Europa e o triunfo do nazismo, do fascismo e do stalinismo, o proletariado passa a não ser mais visto como o agente da transformação social.

Palavras-chave

Consciência de classe, Teoria Crítica, Revolução, Marxismo, Psicologia das Classes Sociais

Abstract

In this article, the theoretical change that leads from a revolutionary perspective which has the proletariat as the subject of transformation to a conception that focuses the subversive power of critique is the guideline to explore the notion of class consciousness in Rosa Luxemburg and Horkheimer's critical theory. It presents the articulation between the process of class consciousness and the revolution and indicates then that with the failure of the revolutionary expectations in Europe and the triumph of Nazism, Fascism and Stalinism, the proletariat is no longer seen as the agent of social transformation.

* Bacharel em Ciências Sociais pela USP

REGATIERI R. P. (2003). Sobre a consciência de classe e a teoria crítica: Rosa Luxemburgo e o eclipse da revolução. *Psicologia Política*, 3(6), 303-315.

1. Introdução

No período em que Rosa Luxemburgo ativamente se envolveu nas discussões políticas no Partido Social-Democrata Alemão, suas intervenções dirigiram-se no sentido do embasamento da revolução através do processo da consciência de classe. De acordo com Lukács, a teoria revolucionária de Rosa Luxemburgo retorna às origens dialéticas, tal como concebidas por Marx. O clima revolucionário da Europa no pós-I Guerra, que nutria os acalorados debates políticos no campo dos partidos de esquerda e no movimento operário, foi desbaratado e cada vez mais ganhou terreno a força arrasadora do nazismo e do fascismo. Preocupado em compreender o que então se passava, Max Horkheimer empenha-se na elaboração de uma crítica radical do seu tempo que discute a frustração das expectativas revolucionárias - depositadas no proletariado - e seus motivos. O capitalismo, para ele, parecia mais cerrado sobre si mesmo, mais ardiloso para imobilizar seus possíveis inimigos.

2. Consciência de classe e revolução em Rosa Luxemburgo

O pensamento de Marx, sistematizado para a ação política após sua morte, primeiro por Engels e depois por Kautsky, serviu à atuação de partidos e grupos políticos.

"O termo marxismo - que tanta repugnância causava a Marx -, divulgado sobretudo por Kautsky, começa a circular por volta de 1882. Contudo, só se pode falar da emergência de um pensamento marxista quando, na virada do século, a II Internacional (e, especialmente, o Partido Social-Democrata Alemão) hegemoniza o movimento operário socialista. Daí até a Primeira Guerra Mundial, o que traz a chancela desse núcleo unificador da atividade revolucionária é recebido como integrado e integrante em/de um bloco cultural que reclama o rótulo de marxismo" (Netto, 1981:18-19).

Com a instrumentalização para a luta política, aliada à difusão, que então tiveram lugar, ocorreu uma simplificação da teoria. Como ressalta José Paulo Netto: "É preciso não esquecer, ademais, que a própria necessidade de publicitar didaticamente a obra de Marx condicionava também fortemente a consolidação desse simplismo" (op. cit.:20).

A dialética, cerne da teoria de Marx, foi perdida nas interpretações esquemáticas que foram feitas de sua obra. Assim, já em *Anti-Dühring*¹, de Engels, que se tornou como que um manual de "marcismo", teve-se uma transformação da dialética das relações da reali-

¹ Anti-Dühring é um livro que surgiu da reunião de textos publicados por Engels no órgão de imprensa do Partido Social-Democrata Alemão contra Eugen Dühring entre janeiro de 1877 e julho de 1878.

dade social em relações mecânicas, ou seja, determinadas pela economia. Posteriormente, o mesmo ocorre nos textos de Kautsky. O privilégio unilateral, não dialético, das determinações da base econômica inaugurou um determinismo econômico. O “marxismo” que se desenvolve a partir da II Internacional de 1891 (Congresso de Bruxelas), levou “à transformação do legado de Marx numa autêntica teoria fatorialista da história (com a abstrata dominância do econômico)” (op. cit.:19). Suprimida a dialética, que tem como categoria essencial a totalidade, a teoria que então se gesta torna-se mecanicista:

“O idealismo ‘absoluto’ dos epígonos de Hegel leva, com efeito, à dissolução da totalidade primitiva do sistema, à separação entre a dialéctica e a história viva e, consequentemente, no fim das contas, à supressão da unidade dialética do pensamento e do ser. O materialismo dogmático dos epígonos de Marx procede, no entanto, da mesma forma e dissolve de novo a totalidade concreta da realidade histórica. Embora o método dos epígonos de Marx não degenera, como o dos de Hegel, num esquematismo intelectual vazio, atrofia-se, no entanto, em ciência particular mecanicista, em economia vulgar” (Lukács, 1974:48-49).

À época da intensa participação de Rosa Luxemburgo nos debates político-partidários, Bernstein era um dos importantes teóricos do Partido Social-Democrata Alemão. Contra as concepções e diretrizes políticas de Bernstein, Rosa escreveu *Reforma Social ou Revolução?*, onde criticava o caráter reformista de suas proposições, que iam no sentido da obtenção de conquistas legais e da saída de cena da transformação radical da ordem existente²:

“Os dois meios com que Bernstein pretendia realizar a reforma socialista, a saber cooperativas e sindicatos, revelam-se totalmente incapazes de transformar o modo de produção capitalista. Bernstein tinha disso consciência mais ou menos clara, mas encarava-os como meios de reduzir o lucro capitalista e de enriquecer os operários, o que equivalia a renunciar à luta contra o modo de produção capitalista e orientar o movimento socialista numa luta contra o modo de repartição capitalista. O próprio Bernstein definiu por várias vezes o seu socialismo com uma tentativa para introduzir um modo de repartição ‘justa’, ‘mais justa’ e mesmo ‘ainda mais justa’” (Luxemburgo, 1986:91).

Ainda, dizia ela: “É este o socialismo de Bernstein, cujo fundamento social são as relações entre os ricos e os pobres, cujo conteúdo é o princípio das cooperativas, cujo objetivo é uma ‘repartição mais justa’ e cuja legitimação histórica é a idéia de justiça” (op. cit.:93).

² Fazendo uma crítica aos rumos que tomou a social-democracia alemã, Benjamin escreveu: “O conformismo, que sempre esteve em seu elemento na social-democracia, não condiciona apenas suas táticas políticas, mas também suas idéias econômicas. É uma das causas do seu colapso posterior. Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã que a opinião de que ela nadava com a corrente” (Benjamin, 1985:227).

Rosa Luxemburgo dedicou-se à luta contra a concepção reformista que assim encrava as coisas. A grandiosidade de sua figura rendeu-lhe dois profundos admiradores: Georg Lukács e Walter Benjamin não deixaram de explicitar o valor que viam na revolucionária Rosa. O mérito maior de Rosa foi, para Benjamin e Lukács, repor na luta da classe operária a unidade indissolúvel de teoria e *praxis*. Diferentemente de um fundamento ético que se pretendia dar ao socialismo, ela pensava nos termos de um processo histórico. E esse processo histórico, as contradições inerentes ao sistema capitalista, levaria, pelas lutas e pela tomada da consciência de classe nessas lutas, à revolução, à derrubada deste sistema. A acumulação capitalista não era vista por Rosa como algo ilimitado; os que assim achavam, segundo ela, naturalizavam, consideravam imutável e eterna uma ordem social histórica e, portanto, determinada. Assim como o pensamento burguês, na esteira de David Ricardo, lia no livro do mundo as leis naturais eternas que tudo regem, esse simulacro de socialismo, a seu modo, também agia tendo por base leis naturais. Escreve Lukács:

“A dúvida sobre a possibilidade de acumulação desemboca-se em Rosa Luxemburgo da sua forma absolutista. Transforma-se em questão histórica das condições de acumulação, e dessa forma, em certeza de que uma acumulação ilimitada é impossível. (...). Transformando-se em certeza dialética, a dúvida abandona sem deixar vestígio todos os aspectos pequeno-burgueses e reaccionários do passado: torna-se optimista, certeza teórica da revolução social que se aproxima” (Lukács, 1974:51).

A totalidade, esfacelada pelos ataques dos vulgarizadores, dos mecanicistas, dos deterministas, dos reformistas, é recuperada através dos esforços de Lukács para resgatar a dialética³ na abordagem da história capitalista⁴, condensados em *História e Consciência de Classe*, livro publicado em 1922 contendo textos escritos de 1919 a 1922. E nesse livro pode-se sentir a presença de Rosa Luxemburgo e a importância atribuída a ela em várias passagens; particular e explicitamente num dos ensaios, de 1921, denominado *Rosa Luxemburgo, marxista*. “É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. (...). O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência” (op. cit.:41). E o ponto de vista da totalidade não é o de indivíduos isolados: “A totalidade não pode ser encarada a menos que o sujeito que a encarar seja ele próprio uma totalidade; se, portanto, para se pensar a si mesmo for obrigado a

³ Contra as concepções teóricas da II Internacional, Lukács “insistia em que a especificidade da teoria marxiana não reside na dominância dos motivos econômicos na explicação histórico-social, mas no princípio metodológico da consideração da totalidade” (Netto, 1981:21).

⁴ Em Lukács, o método de Marx só tem validade especificamente no capitalismo, não sendo possível através dele abordar outras formações sociais.

pensar o objeto como totalidade. Esse ponto de vista da totalidade como sujeito só as classes o representam na sociedade moderna" (op. cit.:42). Sem o ponto de vista da totalidade, "destrói-se a *unidad da teoria e da praxis*" (op. cit.:53). A categoria da totalidade é a "única categoria que pode dar coesão a uma visão de conjunto" (op. cit.:52).

A classe específica a que Lukács se refere é, obviamente, o proletariado. Só ela, a classe operária, "pode, pela sua acção penetrar a realidade social e transformá-la na sua totalidade" (op. cit.:54). Com efeito, o proletariado nada tem a ocultar: o conhecimento de sua situação e a capacidade de articular sua posição de classe com a posição das outras classes no momento revelam a essência da sociedade. Enquanto a concepção burguesa de mundo, ideológica, oculta a desigualdade efetiva existente sob o véu da igualdade formal, o proletariado, como Marx já havia assinalado, nada tem a esconder. O ponto de vista da classe expropriada é o ponto de vista da totalidade, o real conhecimento da organização e funcionamento da sociedade capitalista. Essa visão que desvela deve-se, como coloca Habermas remetendo-se ao estatuto do proletariado em Lukács, às "possibilidades privilegiadas do conhecimento de uma perspectiva de experiência forjada através da posição do assalariado no processo da produção" (Habermas, 1990:263).

O processo da consciência de classe, tal como o concebe Rosa Luxemburgo, é um processo dialético. É consciência do próprio processo dialético que move a sociedade capitalista e se dá por uma relação dialética entre a consciência e a ação: "o proletariado é, simultaneamente, produto da crise permanente do capitalismo e executor das tendências que levam o capitalismo à crise. 'O proletariado executa a sentença que a propriedade privada profere contra si própria ao produzir o proletariado', diz Marx. Ao reconhecer a sua situação atua. Ao combater o capitalismo, reconhece a sua situação na sociedade" (Lukács, 1974:55). Referindo-se à Liga Espartaquista⁵, da qual Rosa era uma das lideranças, Benjamin ressalta a idéia da produção da consciência do proletariado no próprio processo de luta: "O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida. Em Marx, ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados. Essa consciência, reativada durante algum tempo no movimento espartaquista, foi sempre inaceitável para a social-democracia" (Benjamin, 1985:228). Benjamin e também Lukács frisam que o processo da consciência vem do processo de luta e a consciência assim produzida engendra a continuação da luta. A consciência é, portanto, produzida por uma dinâmica histórica.

O partido, para Rosa Luxemburgo, deve, como organização da luta, ser uma consequência das ações espontâneas da classe trabalhadora, organizando-as; não é uma organização *a priori*, que tudo arrasta atrás de si. As contradições do sistema capitalista

produzem contestação, lutas, revoltas, protestos, por parte daqueles que sentem na carne e no espírito a dor da vida sob o capital. É daí que parte o partido. Cabe a ele organizar e dar forma à luta. A consciência empírica que têm esses que sofrem, a consciência cotidiana, o mal-estar frente aos processos mutiladores, deve ser elevada a um outro nível, a uma outra forma de consciência, qualitativamente diversa. Deve elevar-se a consciência de classe. O partido é a forma desta consciência de classe:

"Não foi por acaso que Rosa Luxemburgo aprendeu mais cedo e mais claramente do que muitos outros o carácter essencialmente espontâneo das ações de massa revolucionárias, sublinhando, assim, um outro aspecto dessa constatação anterior, segundo o qual essas ações são o produto necessário de um processo económico necessário, e viu também claramente, muito antes dos outros, o papel do partido na revolução. Para os vulgarizadores mecanicistas, o partido era uma simples forma de organização, e o movimento de massa, e também a revolução, eram apenas problemas de organização. Rosa Luxemburgo cedo reconheceu que a organização é muito mais consequência do que condição prévia do processo revolucionário, da mesma forma que o próprio proletariado só pode construir-se em classe no e pelo processo. Neste processo, que o partido não pode provocar nem evitar, cabe-lhe portanto o papel elevado de ser o portador da consciência de classe do proletariado, a consciência da sua missão histórica" (Lukács, 1974:55-56).

Rosa e o grupo espartaquista não concebiam a relação partido-massa como sendo uma relação de exterioridade: partido ativo, de um lado, e massa passiva, de outro. A interação massa-partido era de outra ordem: na interação, no processo, seria produzida a consciência, numa relação dialética. A organização é produto da luta de classes e não da propaganda. O partido dá expressão política a essa luta.

3. O eclipse da revolução e a teoria crítica

A Europa do pós-I Guerra vivia a efervescência revolucionária: a atmosfera alimentava a profusão de idéias e seu embate. Lukács escreveu os ensaios de *História e Consciência de Classe* no calor desta agitação revolucionária. Para ele, a vitória do proletariado era visível: o futuro encerrava a promessa de redenção. Rosa Luxemburgo, a grande revolucionária, era uma pessoa-chave nesse contexto. Como lembra Olígia Matos: "A Revolução Russa de 1917, bem como a proclamação da república na Alemanha guilhermina em novembro de 1918 e a insurreição de Bremen de 1923 fizeram da Revolução social e política não uma utopia, mas uma realidade que se aproximava. Convulsões sociais na Polônia, França e Itália colocaram a combatividade operária em primeiro plano" (Matos, 1993:5-6).

Mas a grande revolução europeia não aconteceu e o destino antevisto pelos revolucionários REGATIERI R. P. (2003). Sobre a consciência de classe e a teoria crítica: Rosa Luxemburgo e o eclipse da revolução.

onários para o continente não se concretizou. Enquanto na Rússia a revolução vitoriosa prosseguiu seu curso - passando posteriormente pelo período stalinista, o qual instaurou uma organização interna acentuadamente burocratizada e centralizada⁶ -, a oeste da Europa, na Alemanha e outros países centro-europeus onde a vitória da revolução parecia certa, não ocorreu o esperado. A revolução alemã fracassou. Rosa Luxemburgo e o também dirigente espartaquista Karl Liebknecht são assassinados pelos *Freikorps*⁷, milícia que Elias classifica entre os “mais importantes precursores” de Hitler, “preparando-lhe o terreno” (Elias, 1997:181). Nos ventos que outrora carregavam a transformação, a emancipação, a liberdade, pôde-se sentir cada vez mais o odor da barbárie.

A possibilidade da revolução européia trazia ânimo aos que vislumbravam a ruptura com a ordem capitalista. Porém, triunfou o pior. Além das revoluções que fracassaram, na década de 20 e 30, triunfaram os totalitarismos nazista e fascista e Stalin chegou ao poder. Nos anos 20, Mussolini sobe ao poder; em 1933, Hitler ascende à posição de chanceler; Stalin consegue o governo da União Soviética após a morte de Lênin. Em 1937, diante do nazismo, do fascismo, do stalinismo e do capitalismo ocidental, um sensível observador, como o era Max Horkheimer, já no exílio devido ao terror nazista em seu país, escreveu o ensaio *Téoria Tradicional e Téoria Crítica*. Dizia então ele: “A consciência de qualquer camada na situação atual pode reproduzir-se e corromper-se por mais que, devido a sua posição dentro da sociedade, seja destinada à verdade” (Horkheimer, 1989:68). O proletariado, para Horkheimer - ao contrário de Lukács e Rosa Luxemburgo anos antes - , já não era mais garantia da transformação social, não era mais o sujeito histórico destinado à revolução: sua consciência podia ser e tinha sido corrompida.

Como afirma Habermas:

“Não houve nenhuma teoria, por pouca sensibilidade que tivesse para a história do seu tempo, que não fosse atingida até ao seu âmago pela força abaladora do fascismo. Isto é válido, sobretudo, para teorias que no fim dos anos vinte e princípio dos anos trinta se encontravam na sua fase de formação – tanto para a Ontologia Fundamental de Heidegger (...) como para a Heterologia de Bataille, ou para a Teoria Crítica de Horkheimer” (Habermas, 1990:205).

Restou a Horkheimer, no desolador cenário em que escrevia, a apostila: “a verdade

⁶ Revolução esta duramente criticada, ao mesmo tempo em que tem reconhecidos seus aspectos emancipatórios, por Rosa em *A Revolução Russa* (Luxemburg, 1991).

⁷ O desenrolar da experiência soviética faz lembrar a assertão algo profética de Max Weber sobre o trágico destino de burocratização reservado ao socialismo, regime que, de acordo com ele, se veria enredado nos mesmos dilemas e problemas do capitalismo, pois não conseguiria romper com a racionalização capitalista (Weber, 1993).

⁸ “É difícil fazer uma estimativa de quantas pessoas foram assassinadas como politicamente indesejáveis por membros dos Freikorps e das associações estudantis que com eles colaboravam estreitamente, nos primeiros anos da República de Weimar. Suas vítimas incluíram comunistas proeminentes, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que foram arrastados para fora de uma casa cercada, após uma fracassada sublevação de trabalhadores, e, de acordo com o que pôde ser até hoje apurado, foram espancados até à morte, um após o outro, com cassetetes no caminho para a prisão” (Elias, 1997:172).

pode refugiar-se nas minorias”, nos “grupos inquebrantáveis” (Horkheimer, 1989:67) que podem elaborar a *teoria crítica*. Referindo-se a esses grupos, ressaltou: “Hoje em dia, no momento em que todo poder dominante força o abandono de todos os valores culturais e impele à barbárie obscura, o círculo de solidariedade verdadeira mostra-se sem dúvida bastante reduzido” (op. cit.:67). Horkheimer acrescenta ainda, sobre o proletariado e o contexto de sua época:

“Mesmo os grupos mais avançados da sociedade são desencorajados, tomados pela total desorientação reinante. (...). No capitalismo monopolista e na impotência dos trabalhadores diante dos aparelhos repressivos dos Estados autoritários, a verdade se abrigou em pequenos grupos dignos de admiração, que, dizimados pelo terror, muito pouco tempo têm para aprimorar a teoria. Os charlatões lucram com isso e o estado intelectual geral das massas retrocede rapidamente” (op. cit.:65).

Aquela certeza que Lukács vê expressada por Rosa Luxemburgo quanto à revolução social conduzida pela classe trabalhadora não está presente aqui. Ao contrário, está em jogo a capacidade que possuem os Estados autoritários e os Estados capitalistas, juntamente com os aparatos industriais e de propaganda, de obscurecer as consciências. O cerceamento processado pelo mecanismo social é, para Horkheimer, possível de ser rompido pela elaboração, por parte de grupos de intelectuais interessados na transformação da ordem vigente, de um pensamento crítico.

“Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto do trabalho humano, e como a organização de que a humanidade foi capaz e que impôs a si mesma na época atual, aqueles sujeitos se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo. Por outro lado, descobrem que a sociedade é comparável com processos naturais extra-humanos, meros mecanismos, porque as formas culturais baseadas em luta e opressão não são a prova de uma vontade autoconsciente e unitária. Em outras palavras: este mundo não é o deles, mas sim o mundo do capital” (op. cit.: 44).

É central para o pensamento crítico a categoria da totalidade. A divisão social do trabalho no capitalismo cinde a sociedade, seja no plano econômico-social como no cultural. A consciência dessas cisões e a elaboração de uma teoria que reponha a abordagem da totalidade são pilares do empreendimento de Horkheimer em *Téoria Tradicional e Téoria Crítica*. A teoria crítica, entretanto, não se detém no mero conhecimento do mundo: “o reconhecimento crítico das categorias dominantes na vida social contém ao

mesmo tempo a sua condenação” (op. cit.:45); seu caráter dialético aí transparece com toda intensidade. A teoria crítica tem como objetivos últimos a supressão da dominação de classe e o esforço em dar uma forma racional à totalidade social.

Segundo Horkheimer, existe uma idéia essencial que delinea toda a teoria crítica:

“(...) a teoria crítica da sociedade em seu todo é um único juízo existencial desenvolvido. Formulado em linhas gerais, este juízo existencial afirma que a forma básica da economia de mercadorias, historicamente dada e sobre a qual repousa a história mais recente, encerra em si as oposições internas e externas dessa época, e se renova continuamente de uma forma mais aguda e, depois de um período de crescimento, de desenvolvimento das forças humanas, de emancipação do indivíduo, depois de uma enorme expansão do poder humano sobre a natureza, acaba emperrando a continuidade do desenvolvimento e leva a humanidade a uma nova barbárie” (op. cit.: 58).

Esse “juízo existencial” está vinculado à idéia de que progresso e regressão estão dialeticamente entrelaçados na civilização burguesa e de que o desenvolvimento desta civilização não levou, como imaginavam seus teóricos em sua aurora, à emancipação humana, e sim a uma nova forma de opressão.

4. Conclusões

De acordo com Lukács e Rosa Luxemburgo, a consciência de classe é o processo que leva à transformação social. O processo da consciência de classe tem como sujeito o proletariado, a classe social expropriada cujo papel no processo de produção é o de vendedora de força de trabalho aos detentores dos meios de produção. Justamente essa peculiar posição no processo produtivo possibilita o conhecimento das bases nas quais se assenta o modo capitalista de produção, ou seja, a exploração da força de trabalho e a obtenção de mais-valia. O desvelamento do ovo de serpente da acumulação capitalista⁹ tem como protagonista, para Lukács e Rosa Luxemburgo, um sujeito cole-

⁹ Para Marx, as relações sociais capitalistas não aparecem, na vida cotidiana, como relações de sujeição e de exploração entre possuidores de capital e vendedores de força de trabalho, mas como relações espontâneas entre sujeitos livres: “A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um das dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob as auspícios de uma previdênciaria toda experta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral” (Marx, 1988:141). É nesse sentido que as relações capitalistas são como um ovo de serpente, pois não deixam entrever seu âmago.

tivo, a classe social destinada a alcançar a verdade histórica e pôr abaixo a ordem existente. A consciência de classe como processo desvelador expõe a essência desta sociedade, dissolvendo as aparências e as inversões ideológicas que contribuem na manutenção e sustentação do *status quo*.

Como assinalado, as intervenções de Rosa Luxemburgo e Georg Lukács se deram na ante-sala de um processo revolucionário que influenciou grande parte das discussões na Europa nas duas primeiras décadas do século XX. Horkheimer escreve num contexto histórico já bastante diferente. As revoluções europeias não tiveram êxito e as energias populares foram canalizadas para os movimentos de massa nazista e fascista. O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, do qual Horkheimer fazia parte, nasceu tentando “compreender a vitória do nazismo e a derrota das esperanças revolucionárias” (Matos, 1993: 6). Os integrantes do Instituto encaravam o nacional-socialismo não como o contrário do liberalismo, mas como por ele produzido: “Em 1938 Horkheimer observou que ‘o fascismo não se opõe à sociedade burguesa, mas, sob certas condições históricas, é sua forma apropriada’. O fascismo é a sociedade liberal que perde seus escrúpulos” (op. cit.: 7). Também a União Soviética sob Stalin foi uma referência negativa levada em conta na composição da teoria crítica.

Teoria Tradicional e Teoria Crítica realiza um deslocamento. Se para Rosa Luxemburgo e Lukács a classe social, devido a sua posição específica, era o sujeito da transformação, para Horkheimer a possibilidade da crítica e da transformação se encerra em indivíduos, sujeitos individuais, que têm como horizonte a supressão do modo de produção capitalista, já que o proletariado, em razão da experiência histórica trágica do período entre-guerras, é demovido do protagonismo na tarefa de libertação humana. Esses sujeitos individuais são, notadamente, intelectuais e, portanto, desvinculados daquela posição particular no processo produtivo ocupada pelo proletariado. Seu único vínculo é com os objetivos da teoria crítica. Esses intelectuais ou grupos de intelectuais podem elaborar um pensamento radical através da reflexão crítica. O caminho possível para a transformação social se abre, em Horkheimer, com o poder desvelador e subversivo de uma crítica radical e incessante que mostra que as promessas da época burguesa não foram e não podem ser levadas até o fim sob o capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. (1985). Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W., *Magia e técnica, arte e política, Obras escolhidas, volume 1*. (pp. 222-232). São Paulo: Brasiliense.
- ELIAS, N. (1997). Civilização e violência. In: ELIAS, N., *Os Alemães*. (pp. 159-186). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- HABERMAS, J. (1990). *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- HORKHEIMER, M. (1989). Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W., *Textos Escolhidos - Max Horkheimer/Theodor W. Adorno (Os Pensadores)*. (pp. 31-68). São Paulo: Nova Cultural.
- LÊNIN, V. I. (1979). *Que fazer?*. São Paulo: Editora Hucitec.
- LUKÁCS, G. (1974). Rosa Luxemburgo, marxista. In: LUKÁCS, G., *História e consciência de classe*. (pp. 41-58). Porto: Publicações Escorpião.
- LUXEMBURG, R. (1991). *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes.
- LUXEMBURGO, R. (1986). *Reforma Social ou Revolução?*. São Paulo: Global Editora.
- MARX, K. (1988). *O Capital, volume I, Livro Primeiro, Tomo I*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- MATOS, O. C. F. (1995). *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Editora Moderna.
- NETTO, J. P. (1981). *Capitalismo e refúgio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- WEBER, M. (1993). Conferência sobre o socialismo. In: DURKHEIM, E. e WEBER, M., *Socialismo*. (pp. 85-128). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

* Recebido em 09 de abril de 2003.
* Aprovado em 16 de setembro de 2003.

Graduação & Pesquisa

A presente seção intitulada (Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) & Iniciação Científica, dedica-se a apresentar os esforços de pesquisadores em formação no nível da graduação seja ela de Psicologia, Sociologia ou outra que abra espaço para a investigação social em Psicologia Política. Neste espaço, apresentaremos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC's – e relatórios de Iniciação Científica – IC. Todos os TCC's e IC's devem ser submetidos à Comissão Editorial segundo as normas para a submissão de manuscritos publicadas neste periódico.

Democratização e Constituição do Sujeito: uma Reflexão Teórica Sobre suas Possíveis Relações

Democratization and Constitution of the Subject:
a Theoretical Reflection About its Possible Relations

Carine Suder Fernandes*
domeck@psicousp.org

Resumo

O presente texto é resultado de uma reflexão teórica iniciada com o estudo de conceitos políticos e psicológicos que envolvem os temas Democratização e Constituição do Sujeito, partindo dos pressupostos da psicologia sócio-histórica. Através desta reflexão pretende-se explicitar o processo de constituir-se sujeito, em um contexto sócio-político em período de democratização, assim como refletir sobre o papel do sistema sócio-econômico na construção da identidade de seus cidadãos.

Palavras-chave

Democratização, Constituição do Sujeito, Socialização Política, Democracia.

Abstract

This text is the result of a theoretical reflection started with the study of political and psychological concepts that involves the themes democratization and constitution of the subject, based on the presuppositions of the social-historical Psychology. Through this meditate there is the intend to expose the process of constitution of the subject, in a social-political context in a period of democratization, as well as to reflect about the role of the social-economic system in the construction of the identity of their citizenry.

Key words

Democratization, Constitution of the Subject, Political Socialization, Democracy.

FERNANDES, C. S. (2003). Democratização e Constituição do Sujeito: uma Reflexão Teórica Sobre suas Possíveis Relações. *Psicologia Política*, 3(6), 317-336.

* Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

FERNANDES, C. S. (2003). Democratização e Constituição do Sujeito: uma Reflexão Teórica Sobre suas Possíveis Relações.

Democratização e constituição do sujeito: dois temas que tem sido estudados e discutidos em campos separados, e mesmo sendo a Psicologia Política um ramo da Psicologia Social, não há muito diálogo entre os estudos destes diferentes processos. De que maneira um processo social de larga escala como a democratização permeia processos psicosociais tão singulares quanto a constituição do sujeito? Responder esta questão é o principal objetivo deste artigo, a partir da colaboração de diferentes autores que vêm estudando estas questões.

Por ser um processo que se inicia no seio da sociedade, a constituição do sujeito tem sido estudada em suas relações com outros processos igualmente psicosociais, rendendo diversos estudos teóricos e empíricos a respeito do assunto. Espejo Trigo (2000), explorou em sua pesquisa as relações entre o constituir-se enquanto sujeito e as relações no mundo do trabalho, ao tratar das experiências vividas pelos trabalhadores de uma empresa pública que estava em vias de privatização. Zanella (2000) contribui para a discussão ao estudar a constituição do sujeito aprendiz, que envolve também uma inserção na cultura em que o processo de aprendizado será construído. Lima (1997) constrói sua discussão sobre a constituição do sujeito ao explorar os valores políticos de estudantes universitários da Paraíba, e como estes valores perpassam o processo de socialização política.

Mas também é possível estudar este fenômeno em relação com outros pro-

cessos de uma forma um pouco mais genérica, e a primeira evidência dos estudos sobre o processo de constituir-se enquanto sujeito é que ele é um processo contínuo, dinâmico e dialético. É contínuo porque se inicia no primeiro momento de vida extra-uterina (talvez até antes) e só termina com a morte. Dinâmico pois durante este período de tempo tão variável, diversas relações serão estabelecidas, com diversos lugares, pessoas e épocas da vida do sujeito, sendo sempre relações diferentes, em contínua modificação.

Uma mãe, por exemplo, não trata da mesma forma seus três filhos, assim como também não trata de maneira idêntica cada um deles durante a vida inteira. E, finalmente, é dialético, visto que são nestas relações que o sujeito se constitui enquanto tal. Ao agir sobre o mundo, modificando estas relações, estará ao mesmo tempo se modificando, movimento que lembra uma espiral dialética, na qual a tese da objetividade é confrontada com antítese da subjetividade, e na superação deste confronto surge uma síntese, o sujeito que é uma nova tese, diferente da primeira.

E são nestas relações que surgirão os sentidos, os significados e as significações necessárias para que o indivíduo crie estratégias de lidar com o mundo em que vive. Molon (2000), denomina estas relações de “constitutivas eu-outro”, que nada mais é do que a apropriação da realidade, através das significações que o outro fornece. Ciampa (1985) define bem esta relação, ao se utilizar do nome como

exemplo para afirmar a construção social da identidade:

antes que eu me "chamasse Fulano", eu "era chamado fulano", ou seja, nós nos chamamos como outros nos chamam (Ciampa: 63).

Identidade é um outro termo utilizado por Ciampa (1985, 1995) para tratar da constituição do sujeito. Este autor define identidade como um processo de constante mudança, no qual o homem se reconhece como parte da humanidade e como a própria humanidade, no qual se reconhece enquanto ser mutante, em constante metamorfose, sem contudo perder sua singularidade, que permite ser quem é: Homem em movimento (Ciampa, 1985). Ao dizer que o homem também se reconhece como própria humanidade, fica muito claro a questão da historicidade do ser humano, e a participação da cultura em sua história de vida, ao mesmo tempo em que este dá a sua contribuição para modificá-la ou perpetuá-la. Ao nascer, ele já nasce dentro de um sistema estruturado, com sua história, a qual é construída por outros homens. Nas suas relações, as significações que permitirão sua sobrevivência no mundo virão primeiro de outros homens, e serão modificadas ou perpetuadas através destas mesmas relações, com outros seres como ele próprio. É neste sentido que o homem é também humanidade, pois na sua história de vida individual, no seu processo de constituição como sujeito, estão inseridos muitos outros seres humanos simbólicos.

Estas relações estarão em constante

transformação, em todo o momento, garantindo a dinâmica dialética da identidade, ou como preferir, do processo de constituição do sujeito. Pode-se ainda arriscar a falar em morte e vida (Ciampa, 1995), pois com esta constante transformação, o indivíduo deixa sempre de ser um para ser outro, porém sem deixar de ser a mesma pessoa. Sua singularidade estará garantida na medida que ele possui algumas características que sempre serão as mesmas. O que não impede de estar se transformando, já que ao longo de sua vida estará adquirindo novas experiências, que serão como outros filtros às novas informações. Para Molon a singularidade é

uma conjugação de convergências e divergências, semelhanças e diferenças, aproximação e afastamento em relação ao outro, e o sujeito "é uma composição não harmônica dessas tensões e sínteses" (Molon, 2000: 70).

Fica evidente, desta forma, a natureza social, dinâmica e dialética da constituição do sujeito, da construção de sua identidade. O homem é o que é por que está em constante relação com o mundo em que vive, e todos os elementos deste mundo e as transformações no sistema que constituem a organização deste mundo vão atravessar a sua história individual.

É por este caminho que este estudo tenta encontrar as relações entre o processo social chamado "Democratização" e este processo psicossocial denominado "constituição do sujeito". Antes porém, se faz necessária a explicitação do que vem a

ser democracia e democratização, e que idéias estão envolvidas nestes conceitos, de forma que seja possível vislumbrar as vértices que une um processo ao outro.

A questão da democracia gerou uma discussão quase tão antiga quanto os primórdios da cultura ocidental. Uma das primeiras disputas entre diferentes formas de governo é narrada por Heródoto (citado em Bobbio, 1992), em uma discussão que visava decidir a melhor forma de governar a Pérsia. Desde então a maneira como deve ser regido o Estado tem sido o foco das principais teorias políticas. Desta maneira três grandes tradições históricas contribuem para a atual teoria da democracia: a teoria clássica ou aristotélica, a teoria medieval de origem romana e a teoria moderna.

Segundo a tipologia aristotélica, o critério para distinguir as formas puras das formas corruptas de governo é o interesse ("do povo" ou "do tirano") em nome do qual se governa. O "governo da Maioria" é chamado de *politia*, e o termo "democracia" é atribuído à sua forma corrupta, que é o "governo da vantagem para o pobre" (Bobbio, 1992).

A tradição romano-medieval contribuiu com a elaboração da teoria da soberania popular, partindo de algumas passagens do *digesto* (citado em Bobbio, 1992), que permitem demonstrar dois aspectos importantes da democracia: 1) o poder soberano sempre se origina do povo; 2) o povo sempre conserva o poder de criar leis através da tradição. Assim, o poder de legislar, que apóia o poder soberano, diz respeito

somente ao povo. Ao governo cabe apenas a execução destas leis. O poder legislativo é o poder principal do estado, é o poder executivo derivado daquele, sendo o governante um "procurador" do poder soberano.

A partir de meditações sobre a república romana e sobre as características de seu próprio tempo, Maquiavel (citado em Bobbio, 1992) afirma que todos os Estados são repúblicas ou são principados. Desde Maquiavel até a Revolução Francesa (1789) a noção idealizada de República passa por várias transformações, sendo entendida a partir deste último acontecimento como "... aquela forma de governo que o poder não está concentrado nas mãos de um só mas é distribuído variadamente em diversos colegiados". (Bobbio, 1992: 322).

É em Rousseau (citado por Bobbio, 1992) que o ideal republicano e democrático coincidem perfeitamente. Em seu *Contrato Social* a doutrina clássica da soberania popular e o ideal da república se fundem, na doutrina contratualista do Estado fundado sobre o consenso e a participação de todos na produção de leis, fortalecendo o ideal igualitário que acompanhou a idéia republicana na história.

É fundada nestas tradições que está construída a Teoria da Democracia que é utilizada atualmente pelos principais teóricos, fundamentando regimes de diferentes embasamentos ideológicos, tais como o Liberalismo e o Socialismo, assim como também fundamenta outras teorias, tais como o Elitismo, doutrina que possui uma origem nitidamente antidemocrática. Fa-

lar, pois, de Democracia depende muito do enfoque teórico adotado, pois são estes diferentes pontos de vista que determinarão de qual processo de democratização se estará falando.

A elaboração de uma concepção liberal de Estado partiu principalmente da distinção feita por Benjamin Constant (citado em Bobbio, 1992), entre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos. Enquanto esta consiste na liberdade individual, manifesta concretamente nas liberdades civis e liberdade política, aquela vem a ser a participação ativa no processo de legislação, através das assembleias de cidadãos. Para este autor, a liberdade que deve ser promovida é a liberdade individual, pois a extensão das relações impossibilitou a prática da liberdade dos antigos.

Entendendo que o Estado Liberal é aquele que reconhece e garante alguns direitos fundamentais, principalmente a liberdade individual definida por Constant, foi se afirmando através de escritores liberais que a única forma de governo compatível com o Estado Liberal é a democracia representativa ou parlamentar, na qual o dever de legislar cabe a representantes eleitos, dotados de direitos políticos. Desta forma, para o liberalismo, o processo de democratização pode seguir duas direções: 1) o alargamento gradual do direito ao voto; 2) a multiplicação dos órgãos representativos.

Já para o Socialismo, o direito universal ao voto é apenas o ponto de partida para uma verdadeira democracia, e sendo a essência do socialismo a idéia de

uma revolução econômica que leve à emancipação social, o aprofundamento do processo de democratização acontece de duas maneiras: 1) através da crítica da Democracia apenas como representativa, retomando alguns temas da Democracia direta, discutindo por exemplo, como esta seria possível em um país com a extensão do Brasil; 2) *"Através da solicitação que a participação popular e o controle do poder de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica, de alguns centros do aparelho estatal até a empresa, da sociedade política até a sociedade civil"* (Bobbio, 1992: 325).

Por ocasião da Comuna de Paris, Marx (citado em Bobbio, 1992) colheu algumas informações e elegeu as principais características deste novo estado, que aqui será denominado de Estado da Comuna, diferenciando-se do Estado Representativo: 1) Enquanto no Estado representativo os poderes legislativo e executivo, não só são distintos como funcionam separadamente, no Estado da Comuna, o trabalho destes poderes devem acontecer de forma integrada; 2) se no Estado Representativo ainda ocorre a existência de órgãos com administração autônoma, onde seus dirigentes não são eleitos, no Estado da Comuna o sistema eleitoral é estendido à todos os órgãos do governo; 3) no Estado Representativo, o cargo ao qual se foi eleito não pode ser revogado durante o tempo de mandato, enquanto no Estado da Comuna os conselheiros municipais são eleitos pelo voto universal, mas seus cargos podem ser revogados a qualquer mo-

mentos, caso haja alguma irregularidade; 4) e por fim, enquanto no Estado Representativo há a centralização política e administrativa, no Estado da Comuna se procura a máxima descentralização das funções, ficando algumas muito poucas para o Governo Central.

Colhendo sua inspiração de Marx sobre a Comuna, Lenin (ibidem) enunciou as principais diretrizes e bases de uma nova democracia, a Democracia de conselhos:

O que caracteriza a Democracia de Conselhos em relação à democracia parlamentar é o reconhecimento de que na sociedade capitalista houve um deslocamento dos centros de poder dos órgãos tradicionais do estado para a grande empresa, e que portanto o controle que o cidadão está em grau de exercer através da Democracia política não é suficientes para impedir os abusos de poder cuja abolição é o escopo final da democracia. O novo tipo de controle não pode acontecer senão nos próprios lugares da produção e é exercido não pelo cidadão trabalhador através dos conselhos de fábrica. (...) O sistema estatal, em seu complexo, será uma federação de conselhos unificados através do reagrupamento ascendente, partindo deles até aos vários níveis territoriais e administrativos. (Bobbio, 1992: 325).

Em uma crítica supostamente não ideológica, a Teoria das Elites pretende discutir o tema Democracia a partir da observação dos fatos. Assim a soberania popular é um ideal limite, que corresponde à uma utopia porque em qualquer regime político o poder efetivo sempre estará nas mãos de uma minoria – a classe política – exis-

tindo apenas uma forma de poder: a Oligárquica. Não significa, porém, que todas os regimes de governo sejam iguais, mas que o critério de definição de Democracia não seja números de governantes, mas as várias maneiras de como a classe política se forma, se reproduz, se renova, se organiza e exerce o poder (Bobbio, 1992).

Dentro desta perspectiva, Joseph Schumpeter, em Capitalismo, Socialismo e Democracia (citado em Bobbio, 1992), afirma que existe democracia onde há vários grupos em concorrência pela conquista do poder através de uma luta que tem por objetivo o voto popular, o que leva em consideração a importância da liderança em qualquer formação política.

...uma redefinição de Democracia que quisesse levar em conta a ineliminável presença de mais classes políticas em concorrência entre si deveria compreender, pelo menos, o exame de três pontos: recrutamento, extensão e fonte do poder da classe política". Em respeito a estes pontos, pode-se considerar uma classe política democrática se: quanto ao recrutamento, "quando o seu pessoal é escolhido através de uma competição eleitoral livre"; quanto à extensão, "quando o pessoal de uma classe política é tão numeroso que se divide, de maneira estável, em classe política de governo e classe política de oposição e consegue cobrir a área do governo central e do governo local em suas diversas articulações"; e quanto à fonte de poder, "quando este é exercido por uma classe política representativa, com base numa delegação periódicamente renovável e fundada sobre uma declaração de confiança, e no âmbito de regras estabelecidas (Bobbio, 1992: 326).

Se é possível que a democracia seja compatível com correntes ideológicas tão distintas uma com a outra, e até com teorias com origens antidemocráticas, fica evidente que o termo democracia perdeu seu sentido original, passando a significar “um método ou um conjunto de regras para a constituição de um governo e para a formação de decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia” (Bobbio, 1992: 326). Segundo a Teoria contemporânea, que prevalece nos países de tradição democrático-liberal, a definição de democracia se restringe às regras de um jogo político, consistindo nestes “procedimentos universais”: 1) o órgão máximo do Governo é o Parlamento e seus membros devem ser eleitos direta ou indiretamente pelo povo; 2) junto deste órgão supremo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como as administrações locais ou o chefe de Estado; 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, se qualquer tipo de distinção devem ser eleitos; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem votar segundo a sua própria opinião; 6) também deve existir reais alternativas de escolha para que o eleitor possa exercer sua liberdade de voto; 7) tanto para eleições quanto para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica; 8) nenhuma decisão tomada deve limitar os direitos da minoria; e 9) o órgão do governo deve gozar de confiança

do parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez eleito pelo povo (Bobbio, 1992).

Tal definição de democracia gerou também uma mudança no conceito de democratização, que deixou de ser um cumprimento cada vez mais pleno do princípio da soberania popular, para ser a passagem de um Estado autocrático (e autoritário?) para um Estado democrático, sendo que prevalece o conceito de democracia como o conjunto de regras de um jogo político. Esta visão do processo de democratização tem instigado a muitos teóricos da sociologia – entre eles Schumpeter – a estudar este processo de mudança e o seu grau de consolidação, surgindo duas novas disciplinas: a transitologia e a consolidologia.

Desta maneira, vários pesquisadores têm questionado e discutido esta noção de democracia, e vêm afirmando a necessidade de uma nova redefinição do termo, que possa voltar o mais próximo possível do projeto do Estado igualitário fundado sobre o consenso e participação popular na criação das leis. Monclaire (2001) e Vitullo (2001) discutem a legitimidade destas disciplinas. Suas principais críticas giram em torno de seu caráter nitidamente normativo e às dificuldades metodológicas de submeter estas teorias à uma verificação empírica mais apurada:

Autores como Huntington, Di Palma ou Morlino – para citar apenas três exemplos – limitam-se a definir a consolidação democrática como o estabelecimento de regras e procedimentos que ga-

rantam a alternância rotineira do poder entre rivais eleitorais, dando a entender que a democratização reduz-se à mera normalização das instituições políticas. (Vitullo, 2001: s.p.).

São estas limitações teóricas, claramente embasadas no liberalismo e no elitismo, que geram as inúmeras dificuldades metodológicas, entre elas, unir em uma mesma análise países com características tão distintas como países do leste europeu e sul-africanos. Um outro problema metodológico apontados por Monclaire (2001) e Vitullo (2001) é o foco centrado nos “atores políticos relevantes”, deixando de lado a análise da democracia segundo a ótica das grandes massas, confinando o estudo do processo de democratização à esfera institucional (Costa, 1997). Ao tentar livrar-se destas limitações, Costa (1997) empreende um estudo que visa justamente estudar este processo de transformação a partir dos movimentos sociais, chamando a atenção para uma discussão maior sobre o assunto, refletindo a urgência da criação de uma política educacional para uma consciência mais crítica a respeito destes momentos históricos de mudança. Tal necessidade vem se refletindo em muitos estudos realizados em instituições de ensino, com diversos objetivos, porém com um ponto em comum: a investigação de como este tema vem sendo tratado na Educação (Paro e cols., 1988; Santos, 1989; Santos Filho, 1992; Cunha, 1995; Paro, 1996 e Oliveira, 1996).

Retomando o objetivo deste trabalho, e entendendo este dois processos (democratização e constituição do Sujeito) como processos contínuos, dinâmicos – e porque não? – dialéticos. A maneira de como o cidadão (o sujeito em questão) venha atuar em sua sociedade vai depender muito das características do processo de Democratização que vive sua sociedade, das vieses ideológicas que permeiam a noção de Democracia vigente. Apesar do termo “socialização” indicar uma cisão entre indivíduo e sociedade, cisão inexistente na concepção de sujeito adotada neste estudo, o termo “socialização política”, definido por Oppo (1992: 1202) ilustra muito bem as relações que existem entre dois processos aparentemente separados:

A expressão socialização política é usada para indicar o conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições.

Voltando à discussão inicial, onde afirma-se que o processo de constituição do sujeito se inicia desde o momento de nascimento, pois o indivíduo nasce num sistema já estruturado, socialmente e historicamente construído, não foram excluídos deste contexto os valores políticos que permeiam este sistema, sendo que estes também irão perpassar a construção de sua identidade, determinando suas definições de sociedade ideal e suas ações para chegar até ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N. "Democracia". In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 4 ed. Brasília: Edunb, 1992.
- CIAMPA, A. C. "Identidade". In: LANE, T. M.; CODO, W. (orgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CIAMPA, A.C. *A estória do Severino e a história de Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- COSTA, S. "Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997
- CUNHA, R. M. M. "Razão e política: a cultura como princípio educativo". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Maio/ago 1995, n. 76, v. 182. 38–97.
- ESPEJO TRIGO, R. A. *As transformações no mundo do trabalho: a experiência de funcionários de uma empresa pública em processo de privatização*. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Psicologia – UFSC), 2000.
- LIMA, M. E. O. *Válores, participação política, atitudes face à democracia e ao autoritarismo: uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba*. João Pessoa: Dissertação (Mestrado em Psicologia – UFPB), 1997.
- MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999.
- MONCLAIRE, S. "Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados". *Revista de Sociologia Política*, n. 17, 2001, pp. 61-74.
- OLIVEIRA, I. B. "A contribuição de Habermans para a democracia na educação". *Cadernos de Pesquisa*. Ago 1996, v. 98. 5–13.
- OPPO, A. "Socialização Política". In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 4 ed. Brasília: Edunb, 1992.
- PARO, V.H.; FERRETTI, C.J.; VIANNA, C.P.; SOUZA, D. T. R. "A escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais". *Cadernos de Pesquisa*. Maio 1998, v. 65. 11–20.
- PARO, V.H. "Eleição de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática.. Maio/ago 1996, n. 77, v. 186. 376–395. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*
- SANTOS FILHO, J. C. "O recente processo de descentralização e de gestão democrática da educação no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Maio/ago 1992, n. 74, v. 174. 219 –241.
- SANTOS, E. A. "Participação, autonomia e co-gestão na escola pública". *Cadernos de Pesquisa*. Fev 1989, v. 68. 99–105.
- Scielo Brasil – <http://www.scielo.br>
- VITULLO, Gabriel E. "Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica". *Revista de Sociologia Política*, n. 17, 2001, p. 53 - 60.
- ZANELLA, A. V.; BALBINOT, G.; PEREIRA, R. S. "A renda que enreda: analisando o processo de constituir-se rendeira". *Educação e sociedade*. Julho 2000, v. 21, n. 71.

• Recebido em 21 de agosto de 2003.
• Aprovado em 20 de outubro de 2003.

Resenhas

A seção Resenhas: Temas e Autores recebe três tipos de contribuição: a) resenhas que interrogam como uma temática específica vem sendo abordada por diferentes autores e apresentam criticamente as diferentes formas de enfrentamento de tal tema ou debate no seio de diferentes obras contemporâneas; b) resenhas que apresentam de forma crítica e clara as recentes obras de um autor e o lugar destas no conjunto do pensamento de um autor; e por fim, c) aquelas que contribuições que busquem apresentar e indicar à leitores específicos, determinada obra de um autor ou vários, que seja contribuição importante para o campo da Psicologia Política. Com estas variantes, pretendemos facilitar o acesso a recente obras bibliográficas e/ou a um conjunto de referências que tenham o campo da Psicologia Política como interlocução.

Estados párias: a lei da força nos assuntos internacionais

Pariah States: the Law of Force in International Affairs

Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

Email: tupinamb@ufc.br

Doutor em Psicologia Organizacional – Universidade Giessen (Alemanha)

Professor do Departamento de Psicologia da UFC

Estados párias: a lei da força nos assuntos internacionais.

Autor: Noam Chomsky

Lisboa: Campo da Comunicação, 2003.

Força e poder no âmbito das relações internacionais é o tema central do livro de **Noam Chomsky: Estados párias: a lei da força nos assuntos internacionais. Lisboa: Campo da Comunicação, 2003**, que apresentamos a seguir. O termo “Estado pária” que intitula o livro traz duas acepções: uma propagandística e uma literal. A primeira é aplicada aos Estados inimigos que se comportam de forma contrária aos interesses dos Estados, ditos civilizados. O segundo, aplica-se aos que ditam as regras do jogo político e econômico e se portam alheios aos acordos e normas estabelecidas nos fóruns internacionais. Essa divisão conceitual corrobora com o que a administração do presidente estadunidense George W. Bush tem estabelecido para dividir o mundo entre o bem e o mal. Ao segundo grupo compete evitar acordos internacionais que

possam limitar seu arco de ação, mesmo aqueles oficialmente reconhecidos, utilizando apenas decisões que ratifiquem suas posturas ou nelas se apoioando para referenciar seus próprios ditames, jamais para questionar planos e projetos nacionais, ainda que estes envolvam outros países. Isentos do efeito de tais convenções ou tratados, os países literalmente párias têm no seu maior exemplar, os Estados Unidos, uma referência e limitação. Muitas nações têm se comportado desta forma, seja em algum ponto de sua história senão todo o tempo. Há o desenvolvimento de uma vocação desta natureza em certos Estados, que buscam realizá-la ao extremo: “A doutrina do Estado pária [nos Estados Unidos] continuou em vigor quando os democratas regressaram à Casa Branca. O presidente Clinton informou as Nações Unidas em 1993 que atuariam

'multilateralmente quando possível, mas unilateralmente quando necessário', posição reiterada um ano depois por Madeleine Albright, embaixadora na ONU, e em 1999 pelo secretário da Defesa William Cohen, que declarou que os Estados Unidos estão empenhados no 'uso unilateral do poderio militar' na defesa dos seus interesses vitais, incluindo 'a garantia do acesso irrestrito a mercados essenciais, fontes de energia e recursos estratégicos' e a tudo o que Washington determinar como estando dentro da sua 'jurisdição interna'" (p. 11). Em Washington foram criados alguns recursos para os argumentos norte-americanosarem convincentes e "imediatamente discerníveis" pelos líderes dos "Estados pária" no Período Pós-Guerra Fria, nomeadamente a estratégia de dissuasão: "No mundo do pós-guerra (...) a 'estratégia da dissuasão deslocou-se do 'ambiente rico em armamentos' da superpotência inimiga para o 'ambiente rico em alvos' do Sul – na realidade, o alvo principal de agressão e terror durante a Guerra Fria. As armas nucleares parecem destinadas a ser a peça central da dissuasão estratégica americana no futuro previsível... Portanto os Estados Unidos devem rejeitar uma 'política em que não sejam os primeiros a usá-las' e devem tornar claro aos seus adversários que a sua 'reação' tanto pode ser 'de resposta como de antecipação'. Também devem rejeitar o objectivo expresso no Tratado de Não-Proliferação e não devem sujeitar-se às 'Garantias de Segurança Negativa' que proíbem o uso de armas

nucleares contra os Estados não nucleares. O planeamento interno e outras directivas presidenciais sobrepuçaram-se a uma Garantia de Segurança Negativa de 1995, dando um determinado rumo à estratégia da Guerra Fria, destacada do conjunto de alvos mais amplos" (p. 15).

Casos como o da Coréia do Norte e do Iraque se adequam a essa lógica norte-americana para o planejamento e análise políticas. Ambos foram declarados Estados pária por Washington e Londres, uma ameaça para seus vizinhos e para o mundo, nações fora da lei, dirigidas respectivamente por um *psicopata* e pela *reencarnação* de Hitler, tendo, portanto, que ser controlados pelos guardiães da ordem mundial, ou seja, pelos Estados Unidos e o seu "sócio mais novo"; a Inglaterra. Há, segundo Chomsky, nas ações ilegais levadas a cabo pelos Estados Unidos e associados um "desprezo aberto": "O desprezo pelas determinações legais está profundamente enraizado na prática e cultura intelectual americanas. Recorde-se, por exemplo, a reacção ao julgamento do Tribunal Internacional em 1986 condenando os Estados Unidos por 'uso ilegal da força' contra a Nicarágua, exigindo a sua suspensão e o pagamento de indemnizações, e declarando toda a ajuda americana aos Contra, qualquer que fosse o seu caráter, como 'ajuda militar' e não 'humanitária'. O tribunal foi denunciado por todos os quadrantes como tendo-se descredido. Os termos do julgamento não foram considerados merecedores de divulgação ou foram ignorados" (p. 27).

Além de constatações dessa natureza, o livro de Chomsky traz outras questões centrais a partir das quais o autor procura compreender e também denunciar o jogo arquitetado internacionalmente para liberar os Estados Unidos e, a seu critério, outros países do regime de direito e ordem internacionais vinculativos para todos os Estados, baseado na Carta da ONU e nas resoluções subsequentes e decisões do Tribunal Internacional. Uma outra pergunta pertinente considerada aqui é a de como são articuladas as regras da ordem mundial enunciadas na Carta da ONU e os direitos formulados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DU), um segundo pilar da ordem mundial estabelecido sob imperativo norte-americano após a Segunda Guerra. Há, portanto, duas perguntas fundamentais dirigidas à comunidade internacional: Quais são as "regras da ordem mundial" aceites e aplicáveis? Como se aplicam estas ou outras considerações nos casos que têm dividido a opinião pública internacional e inquietado os povos afetados? Kosovo, Colômbia, Turquia, Laos, Camboja e muitos dos países africanos são tematizados na busca de respostas às questões propostas. No caso do Kosovo foi por meio da articulação entre a Carta da ONU e a DU, com o pretenso objetivo de resolver uma tensão entre soberania de Estado e direitos humanos que se justificou a ação local. Com um direito de "intervenção humanitária" os Estados Unidos e a NATO entraram na região: "Os Estados Unidos escolheram uma via que, como reconhecem explicitamente, provoca uma escalada de atrocidades e violência; uma via que assesta novos golpes ao regime do direito internacional e que não oferece aos fracos uma proteção, ainda que limitada, em relação aos Estados agressores; uma via que prejudica - talvez destrua - desenvolvimentos democráticos promissores na Jugoslávia e provavelmente também na Macedónia. Quanto ao longo prazo, as consequências são imprevisíveis" (p. 65). No caso do Timor Leste uma intervenção de tal envergadura foi aguardada por anos pela população local, o que, por interesses escusos das superpotências não foi atendido. Aqui se põem em cheque, portanto, as verdadeiras intenções de ajuda humanitária de tais ações. A história tem pois, segundo o autor, mostrado os limites de uma retórica humanitária subjacente a ações intervencionistas dessa natureza, seja o Japão invadindo a Manchúria para "defender seu povo dos bandidos chineses", ou Mussolini invadindo a Etiópia e mesmo Hitler ocupando a Tchecoslováquia. Mas, independente das intenções e resultados, os Estados Unidos têm uma reação conveniente e exemplar, considerando atos de violação de direito internacional quando tais ações partem de outros Estados, como exemplo a intervenção vietnamita no ano de 1978 no Camboja, que pôs termo às atrocidades do sanguinário Pol Pot ou a invasão do Paquistão Oriental pela Índia em 1971, dando cabo de um inominável massacre e a fuga de cerca de dez milhões de pessoas daquela região.

Como já é de praxe em seus estudos sobre o mundo contemporâneo, Chomsky aborda também os acontecimentos que se têm desenrolado em Timor Leste. Mostra a ambivalência e as questionáveis razões dos Estados Unidos para se manter à distância do Timor Leste, onde o discurso "humanitário" que bem se mostrou adequado em outras intervenções, aqui, onde realmente deveria ter acontecido, não encontrou espaço. Por outro lado, a indevida ajuda militar norte-americana que recebe a Colômbia a pretexto de uma guerra contra o narcotráfico não tem sido levado a sério extamente: "...os militares treinados e armados pelos Estados Unidos não esmagaram a resistência interna, embora continuem a produzir todos os anos o seu habitual lote de atrocidades. Anualmente cerca de 300 mil novos refugiados são expulsos das suas casas, registrando-se uma média de cerca de 3 mil mortos e muitos massacres horríveis" (p. 89). Assim como na Colômbia, em Timor Leste e na Turquia o apoio chega de fato aos assassinos: "Em 1999, a Turquia tinha neutralizado em grande parte a resistência curda por meio do terror extremo e de limpezas étnicas, com um saldo de 2 a 3 milhões de refugiados, 3500 aldeias destruídas (...) e dezenas de milhares de mortos, sobretudo durante a administração Clinton" (p. 87).

Apresentação da atual situação e as perspectivas no caso de Cuba, da Venezuela, das Filipinas entre outros, principalmente no que tange à política externa norte-americana são também contem-

pladas em Chomsky. A "nossa pequena região", como o secretário da Guerra Henry Stimson intitula toda a América Latina, vive a experiência da busca de controle total mas separado do sistema mundial. A perfeição pode ser alcançada quando as regras são aplicadas, os procedimentos recomendados pelo FMI, portanto pelos Estados Unidos, são seguidos. A diferenciação pode custar caro: "... dizem que o Brasil enfrenta agora os mesmos problemas do México em 1994, mas o México gozou de um 'benefício' que o Brasil não tem. Esse benefício é o facto de o México ser uma ditadura. Por conseguinte, pode obrigar os pobres a aceitar os custos da rectidão económica. Mas o Brasil não goza desse 'benefício'. Os líderes brasileiros talvez não consigam transferir para os pobres o peso e os custos do respeito pelas regras ao mesmo tempo que os ricos e os investidores estrangeiros lucram com isso. É correcto. O problema é que o Brasil talvez seja demasiado democrático ou simplesmente demasiado caótico e descontrolado para forçar a transferência de custos para a população pobre, ao passo que os ricos e os investidores estrangeiros no México vêm assegurados os seus direitos e são devidamente recompensados" (p. 132). Endividar os países é uma estratégia que transcende ao fato econômico. A experiência dos países da América Latina e de outras regiões com a dívida é tema do oitavo capítulo do livro intitulado "Jubileu 2000", uma menção ao apelo para o cancelamento da dívida. A liberalização de flu-

xos de capitais é aqui vista como uma "arma potente contra a justiça social e a democracia" (p. 143).

A partir deste momento, isto é, a partir do capítulo nove intitulado "Recuperando direitos": um caminho sinuoso", que de fato é parte de uma palestra proferida em 9 de fevereiro de 1999 nas 'Oxford Amnesty Lectures', Chomsky busca alternativa para uma saída no cenário internacional, seja com relação aos direitos humanos, ao domínio político e econômico de poucos Estados, considerando ainda as experiências bem sucedidas de resistência nesses tempos sombrios. Tal esperança é exemplar em Confúcio: "A *Analecta confuciana* descreve a pessoa exemplar – o próprio mestre – como 'aquela que continua a tentar embora sabendo que é em vão'" (p. 145).

Observando o comportamento humano ao longo dos diferentes conflitos, conclui-se com o autor, que ao lado das bombas, as pessoas tentam se manter em sua lide diária enquanto os guerreiros prosseguem em seus rituais unilaterais de chacina, agressão e assassinato. Muitas dessas guerras, copatrocínadas pelos nomeados "Estados pârias" deixam um legado maldito. É nesse cenário que o autor pergunta-se sobre o novo milênio, pois segundo a propaganda corrente todos os inimigos já devem ter sido desmascarados e o comunismo totalitário que cultiva a miséria e a fome combatido e substituído pela experiência democrática capitalista (que no fundo produziu um recorde em miséria). Chomsky continua, portanto, em sua trajetória de incansável crítico do ilegítimo domínio dos Estados pârias que resulta em um maior desrespeito aos direitos humanos, crítico das ações bélicas que prejudicam principalmente os mais fracos e os menores e impedem a emancipação humana, acentuando consequentemente o fosso entre ricos e pobres, uma promoção injusta e unilateral da riqueza de uma próspera minoria. Com Alan Ryan (2000) o autor analisa as justificativas para a missão dos Estados Unidos, essa visão da bondade fundamental em contraste com a incompreensível monstruosidade do inimigo: "O quadro descrito sempre foi útil. Renovado mais uma vez hoje em dia, permite-nos apagar o registro de atrocidades horríveis acumuladas do 'nossa lado' nos últimos anos. No fim de contas, esses erros não contam, quando comparados com a iniquidade suprema do inimigo. Por maior que seja o crime, ele foi 'necessário' para enfrentar as forças das trevas, agora finalmente expostas no seu verdadeiro semblante. Sem qualquer pesar, podemos portanto prosseguir no nosso rumo histórico ou até, quem sabe, ascender a maiores alturas na prossecução do que alguns chamam, sem ironia, 'a missão da América', embora, como nos recordou Michael Wines, correspondente do *New York Times*, na seqüência do triunfo humanitário no Kosovo, não se possa deixar de ter em atenção certas 'lições profundamente esclarecedoras': 'a imensa divisão ideológica entre um Novo Mundo idealista empenhado em pôr termo à desumanida-

de e um Velho Mundo igualmente fatalista a respeito da perenidade dos conflitos.' O inimigo era a encarnação da maldade total mas até os nossos amigos têm um longo caminho a percorrer antes de poder ascender às nossas estonteantes alturas. Mesmo assim, podemos marchar em frente, 'de mãos limpas e coração puro', como é próprio de uma nação temente a Deus. E essencialmente, podemos rejeitar como ridículo qualquer inquérito insensato às raízes institucionais dos crimes do sistema Estado-empresas, meras trivialidades que de forma alguma mancham a imagem do Bem contra o Mal e que não nos dão lições, esclarecedoras ou não, sobre as mentiras que virão depois – uma postura conveniente, por razões tão óbvias que não vale a pena abordá-las" (p. 230/240).

Por fim temos uma análise do que significam a força, o poder e a dinâmica no plano interno da maior potência econômica na atualidade e seus efeitos sobre os próprios Estados Unidos e o resto do mundo. Resulta tudo isso, pois, em um poder extremamente concentrado, que apesar de ter ramificações externas mantém o seu núcleo norte-americano: "Esse poder global concentrado é apelidado de várias maneiras, dependendo do aspecto de soberania e de liberdade que se tem em mente. Por isso às vezes chamam-lhe o Consenso de Washington, ou o complexo Wall Street/Tesouro, ou NATO, ou a burocracia econômica internacional (a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o FMI), o G-7 (os países ocidentais industrializados e ricos),

ou G-3 ou, com mais exactidão, geralmente, G-1. Numa perspectiva mais fundamental, podemos descrevê-lo como uma panóplia de megaempresas, muitas vezes ligadas umas às outras por alianças estratégicas, administrando uma economia global que é na realidade uma espécie de mercantilismo empresarial que tende para o oligopólio na maior parte dos sectores, apoiando-se fortemente no poder do Estado para socializar os riscos e os custos e para submeter os elementos recalcitrantes" (p. 261). Não por menos, presume-se a perseguição orquestrada pelos Estados púrias (no sentido literal do termo) de governos cujo *slogan* seja a da "soberania popular, um governo de, e para o povo", uma vez pensarem que as pessoas são, no fundo, inimigos poderosos que devem ser submetidos a um controle, para o seu próprio bem. Veja, por exemplo, as dificuldades que o Brasil ora enfrenta para girar o seu eixo da história de dominação de direita para uma outra direção. O cenário mundial de intolerância a mudanças que contrariem interesses concentrados se mantém, como é bem exemplificado no livro: "Na Inglaterra do século XVII, grande parte da população não queria ser governada pelo rei ou pelo Parlamento... Como diziam nos seus panfletos, queriam ser governados 'por compatriotas como nós, que saibam nossas necessidades', não por 'cavaleiros e senhores que fazem leis para nós, que são escollhidos por medo e só nos oprimem, sem saber dos males que afligem o povo'" (p. 262/263). Este é o capítulo final do livro

que ora comentamos e que, a nosso ver, é de leitura obrigatória para os que querem compreender, à luz do pensamento de Chomsky, a essência dos círculos de reformas políticas e as tentativas de reordenamento socioeconômico que visam o desmantelamento dos direitos e garantias sociais:

"É muito natural que o desmantelamento da ordem econômica do pós-guerra tenha sido acompanhado por um ataque significativo à democracia substantiva – liberdade, soberania popular e direitos

humanos – sob o *slogan* TNA (*There is No Alternative*). É uma espécie de pantomina burlesca do marxismo vulgar. O *slogan*, esculpido será dizer, é uma fraude deliberada. A ordem socioeconómica particular que está a ser imposta é o resultado de decisões humanas através de instituições humanas. As decisões podem ser modificadas; as instituições podem ser mudadas. Se necessário, podem ser desmanteladas e substituídas, exactamente como as pessoas honestas e corajosas têm vindo a fazer no decurso da História" (p. 278).